



O SISTEMA ALIMENTAR URBANO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA

ANÁLISE E DIAGNÓSTICO

Julho 2014

FICHA TÉCNICA:

Coordenação: Rosário Oliveira

Execução: Maria João Morgado, Rita Martinho, Isabel Maurício

Colaboração: Magdalena Makarewicz (Erasmus, Czeck Republic)

Fotografia: Rosário Oliveira

AGRADECIMENTOS:

Às Câmaras Municipais que colaboraram na aplicação de entrevista e questionário.

Às Câmara Municipais que colaboraram na organização da visita de estudo no âmbito da Conferência e Workshop "Planear o Sistema Alimentar Urbano da Área Metropolitana de Lisboa".

O projeto ANATOLE foi financiado pelo Programa Espaço Atlântico (FEDER).

Índice

1. Introdução	7
2. O Projeto ANATOLE	10
2.1 Objetivos	11
2.2. Metodologia	11
3. Caracterização do Sistema Alimentar Urbano na AML	14
3.1 Enquadramento	15
3.1.1 Enquadramento Territorial.....	15
3.1.2 Enquadramento no Sistema de Gestão Territorial.....	20
3.1.3 Enquadramento sócio-demográfico.....	24
3.2 Análise Estatística.....	25
3.2.1 Superfície total das explorações agrícolas	25
3.2.2 A Superfície Agrícola Utilizada.....	29
3.2.3 Composição da SAU e a especialização produtiva por município	30
3.2.4 Efetivo animal.....	44
3.2.5 Outras atividades lucrativas associadas à exploração	57
3.2.6 Contributo do sector agrícola para a riqueza e emprego.....	60
3.3 Análise empírica	65
3.3.1 Análise de conteúdo – PARTE I.....	65
3.3.2 Análise de conteúdo - Parte II.....	73
4. Diagnóstico	76
5. Conclusões	79
Bibliografia	83
Anexos	86
Anexo 1	i
Anexo 2	vi

Índice de Figuras

Fig. 1 e 2 – Vista aérea da AML e Localização dos Municípios constituintes	15
Fig. 3 – Hipsometria da AML.....	16
Fig. 4 – Hidrografia da AML	16
Fig. 5 – Uso do solo com base no COS 2007.	18
Fig. 6 – Uso do solo com base no Corine Land Cover 2006.....	19
Fig. 7 - Áreas Protegidas da AML.....	21
Fig. 8 – Áreas de REN e RAN da AML.....	22
Fig. 9 e 10 – Superfície agrícola utilizada para nos anos de 1989, 1999 e 2009 em cada concelho da AML	26
Fig. 11 – Superfície agrícola utilizada para 2009 em cada concelho da AML (RGA, 1989, 1999, 2009).....	29

Índice de Quadros

Quadro 1 – Superfície das explorações agrícolas por município da AML para os anos de 1989, 1999 e 2009 e respectiva variação (em hectares) (RGA, 1989, 1999 e 2009)	25
Quadro 2 – Variação da Superfície Agrícola Utilizada por classes de dimensão 1989, 1999, 2009 (RGA, 1989,1999,2009)	28
Quadro 3 – Peso relativo da SAU no território do Município, 1999 – 2009. (RGA,1999,2009)	30
Quadro 4 – Superfície agrícola utilizada (ha) por localização geográfica (NUTS -2002); Composição da superfície agrícola utilizada (RGA,2009)	32
Quadro 5 – Superfície das culturas permanentes (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002) e tipo (culturas permanentes); INE Recenseamento Agrícola Séries Históricas.....	37
Quadro 6 – Superfície das culturas permanentes (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002), tipo (culturas permanentes) entre 1999 e2009. INE Recenseamento Agrícola Séries Históricas...38	
Quadro 7 – Superfície das culturas temporárias (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002) e tipo (culturas temporárias); (RGA, 2009)	40
Quadro 8 – Superfície das culturas temporárias (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002) e tipo (culturas temporárias) (parte I) (RGA, 1999-2009)	42
Quadro 9 – Superfície das culturas temporárias (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002) e tipo (culturas temporárias) (Parte II) (RGA, 1999-2009).....	43
Quadro 10 – Evolução do efetivo de gado bovino na AML nos períodos 1989, 1999 e 2009	45
Quadro 11 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: suínos.....	47
Quadro 12 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: ovinos	49
Quadro 13 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: caprinos	50
Quadro 14 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: equídeos.....	52
Quadro 15 –Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: Aves	54
Quadro 16 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: Coelhos	55

Quadro 17 –Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: Colmeiras e cortiços povoados.....	56
Quadro 18 – Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas (N.º) 1999 e 2009.....	58
Quadro 19 – Outras atividades lucrativas associadas à exploração.....	59
Quadro 20 – Proporção do valor acrescentado bruto (Base 2006 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Ramo de atividade (A3); INE, Contas Económicas Regionais, 2004, 2008, 2012.	61
Quadro 21 – O PIB regional por sector de actividade. INE, Contas Económicas Regionais, 2004, 2008, 2012.....	61
Quadro 22 – População empregada por conta de outrem (N.º) por Localização geográfica e Atividade económica (Secção - CAE Rev. 3). INE, Contas Económicas Regionais, 2004, 2008, 2012.....	62
Quadro 23 – Mão-de-obra agrícola (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de mão-de-obra e Regime de duração de trabalho; Decenal.....	64

1. Introdução



A globalização influenciou de forma determinante o funcionamento dos sistemas tradicionais de abastecimento alimentar das cidades, com consequências no ambiente, na economia, na saúde, no bem-estar social e na identidade cultural. A atual crise global e o reconhecimento de que, nas próximas décadas, a população mundial será predominantemente urbana, geram novas necessidades e a procura de novas abordagens ao planeamento do sistema alimentar.

A importância deste tema em Portugal justifica-se pelas profundas alterações do sistema alimentar nas últimas décadas, com evidentes reflexos na perda de dinâmicas urbano-rurais e num progressivo empobrecimento económico e sócio-cultural do rural face ao urbano, o que concorre significativamente para a falta de coesão territorial evidenciada pelos indicadores sócio-económicos dos Censos de 2011, tendência já anteriormente demonstrada por outras fontes estatísticas e espaciais ao nível das dinâmicas territoriais.

Torna-se premente a identificação de formas mais consistentes para lidar com estes novos desafios que dizem respeito à eficiência económica e energética, qualidade ambiental, segurança alimentar, criação de emprego e desenvolvimento urbano. Nos últimos anos, de acordo com as agendas políticas nacionais e internacionais, as estratégias definidas para a segurança alimentar em áreas metropolitanas, tanto na Europa como fora, realçam a necessidade de relocalizar os sistemas de produção-distribuição-consumo, através de circuitos de comercialização mais curtos e mais eficientes, como um meio para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável.

Assim, partindo de um contexto e problematização a nível internacional e nacional, entende-se que é ao nível local e regional que se devem encontrar respostas eficientes a preocupações ambientais, económicas e sociais, num contexto de mudança global.

Tendo a Área Metropolitana de Lisboa (AML) como estudo de caso, onde reside cerca de um terço da população nacional e 37% da sua área é Superfície Agrícola Útil (SAU), torna-se imperativa a identificação de linhas de orientação para o planeamento estratégico e para a gestão do uso do solo, capazes de promover a relocalização do seu Sistema Alimentar de forma sustentável,

Este relatório corresponde à primeira fase de caracterização e diagnóstico do actual sistema alimentar urbano da AML e pretende constituir-se como um ponto de partida para um projecto de investigação mais alargado que permita responder ao desafio do seu planeamento estratégico no horizonte temporal do quadro europeu de programação financeira 2014-2020.

Um Sistema Alimentar Urbano (SAURB) é aquele em que a cadeia de produção alimentar, desde a produção dos alimentos, passando pelo seu processamento, em menor ou maior escala, distribuição e comércio, até ao consumo final, está estabelecida de forma a garantir a segurança alimentar agora e para as gerações futuras, em termos de quantidade e qualidade, promovendo um ambiente saudável e contribuindo para o dinamismo económico, a coesão social e a saúde pública.

Partindo de uma base científica, este relatório destina-se a um público mais alargado, sobretudo técnicos e decisores, pelo que procura fazer uso de uma linguagem acessível e não referenciada bibliograficamente. Contudo, os resultados obtidos terão o devido tratamento científico através de artigos, apresentações e publicações orientados para um público académico.

Começa por fazer-se um breve enquadramento do Projeto ANATOLE ao nível dos seus objetivos e da metodologia prosseguida para a elaboração do presente estudo. Sendo o seu principal objectivo a caracterização do SAURB da AML, é feito o enquadramento territorial deste sistema e o modo como é considerado em termos de gestão territorial ao nível regional. Alguns indicadores demográficos completam o referido enquadramento. Segue-se um ponto dedicado à análise estatística que permite caracterizar aspectos essenciais do SAURB e, por fim são apresentados os resultados da análise de conteúdos do questionário aplicado aos municípios da AML. Conclui-se com o diagnóstico do SAURB a partir de uma análise SWOT.

As conclusões incluem as oportunidades de financiamento para o desenvolvimento e prossecução do projecto.

2. O Projeto ANATOLE



2.1 Objetivos

O projecto ANATOLE - Atlantic Network Abilities for Towns to Organize Local Economy, co-financiado pelo Programa Espaço Atlântico (FEDER) é desenvolvido por 9 parceiros, dos quais 3 espanhóis, 3 franceses, 2 irlandeses e 1 português.

A temática do projecto gira em torno do conceito de economia de proximidade, partindo do pressuposto que o consumo de produtos locais constitui um sinal do compromisso dos cidadãos com meios de produção e distribuição sustentáveis.

No entanto, atendendo a que a economia de proximidade é ainda organizada pelos próprios produtores de forma muito dispersa e assente, na maioria dos casos, em iniciativas individuais, este projecto tem como objectivo principal criar as condições para uma nova economia de proximidade, ao nível dos produtos alimentares locais, baseada na satisfação das necessidades dos consumidores sem se substituir aos organismos já existentes. Para tal, teve como áreas de estudo 9 cidades atlânticas.

Prevê ainda a definição de instrumentos para a implementação de acções de formação destinadas a criar competências no âmbito da economia de proximidade. A valorização e difusão dos resultados do projecto inicial constituem um dos objectivos da extensão do projecto.

O projecto em Portugal decorreu de Outubro a Dezembro de 2013. O seu principal objectivo foi analisar e diagnosticar o sistema alimentar urbano da AML, do qual este relatório constitui o principal resultado. Para além disso, uma outra iniciativa relevante do projecto consistiu na organização de uma Conferência Internacional e de um Workshop, que decorreu na FCSH de 10 a 12 de Dezembro de 2013, dedicado ao tema "Planear o Sistema Alimentar Urbano da Área Metropolitana de Lisboa", cujo programa e notas conclusivas constam do Anexo 1.

2.2. Metodologia

A metodologia prosseguida para a análise do sistema alimentar urbano da Área Metropolitana de Lisboa (AML) baseou-se em três componentes: *(i)* uma análise territorial, onde se incluem as principais componentes biofísicas que asseguram os recursos e as funcionalidades desempenhadas por este sistema, bem como o enquadramento que o Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT) da AML prevê para este tema. De referir que o PROT consultado é o de 2009. Não sendo o que se encontra em vigor, é o mais completo e atual em termos de informação. *(ii)* uma análise estatística com base nos principais indicadores; *(iii)* a análise de dados empíricos recolhidos através de entrevistas.

As duas primeiras componentes de análise baseiam-se nas fontes bibliográficas, cartográficas e estatísticas disponíveis, sempre que possível fazendo uso de dados em mais do que um período de tempo, de modo a obter uma leitura evolutiva das variáveis em estudo.

A entrevista aos municípios da Área Metropolitana de Lisboa é o que merece uma especificação metodológica mais detalhada, atendendo a que o guião foi elaborado no âmbito deste projeto. Este está organizado em duas partes distintas e independentes, orientadas para a caracterização de diferentes aspetos do Sistema Alimentar Urbano (SAURB) da AML. A primeira parte do questionário foi construída com o objetivo de identificar conceitos e abordagens territoriais do SAURB. Mais do que identificar quais os conceitos que os entrevistados associam ao SAURB é importante perceber as formas de coordenação formais ou informais que se estabelecem, as iniciativas que se desenrolam no município e que, de uma forma ou de outra, tem impacto sobre os sistemas alimentares locais. O guião apresenta assim a seguinte estrutura:

I – Conceitos e abordagens territoriais

- Perceção do conceito de sistema alimentar quanto à sua abordagem holística e as componentes atendidas;
- Relação entre o SAURB e o sistema de gestão territorial a nível municipal;
- Instrumentos, estratégias e ações no quadro do planeamento estratégico e territorial, que até ao momento tenham sido implementadas ou em perspetiva;
- Superfície Agrícola Utilizada, estrutura da propriedade, disponibilidade e acessibilidade ao solo agrícola;
- Prioridades e competências a desenvolver para um sistema alimentar mais sustentável;

II – Os atores do sistema alimentar

- Recolha de informação estatística que permite cartografar uma parte significativa do sistema alimentar: mercados municipais, cantinas, estabelecimentos de comércio de produtos alimentares por grosso e a retalho, restauração;

Este guião teve como objetivo recolher informação nos 18 municípios da AML, tendo-se utilizado a seguinte metodologia para o efeito:

- Contacto telefónico e por e-mail dos 18 municípios, em que foi apresentado o projeto solicitado o agendamento de uma reunião para entrevista;

Contudo, contingências diversas que mais à frente no relatório se explanarão, fizeram com que fossem os seguintes os resultados obtidos:

Nº de entrevistas marcadas – 10

- Nº de questionários respondidos - 8
 - Parte I – 8
 - Parte II – 5
- Taxa de resposta 44,4%

3. Caracterização do Sistema Alimentar Urbano na AML



3.1 Enquadramento

3.1.1 Enquadramento Territorial

A AML ocupa uma posição central face ao território continental e é constituída por duas penínsulas, a de Lisboa e de Setúbal, separadas pelo estuário do Tejo. Tem uma superfície de 2.994 km² e abrange 18 municípios das NUTS III da Grande Lisboa - Cascais, Lisboa, Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira e Península de Setúbal: Alcochete, Almada, Amadora, Barreiro, Moita, Montijo, Palmela, Sesimbra, Setúbal, Seixal (Fig. 1 e 2). Estes concelhos constituem cerca de 3,3% do território nacional e integram uma população de cerca de 2,75 milhões de habitantes (PROT-AML, 2010a).



Fig. 1 e 2 – Vista aérea da AML e Localização dos Municípios constituintes

Caracteriza-se pela centralidade administrativa derivada da localização da capital nacional no seu território e pelas dinâmicas sociais, económicas e culturais que fazem dela a Região com os melhores indicadores de desempenho em Portugal.

Ao nível das NUTS III, a população residente na Grande Lisboa é mais do dobro da população residente na Península de Setúbal, mas esta regista uma taxa de crescimento recente mais elevada face à grande Lisboa (PROT-AML, 2010b).

Considerando as principais características biofísicas, esta área metropolitana é muito diversa. Apresenta um relevo moderado (Fig. 3), em que as altitudes mais elevadas se situam nas Serras de Sintra (margem norte do Tejo, 529 metros) e a Serra da Arrábida (margem sul do Tejo, 501 metros). O território da AML é dominado por áreas de morfologia plana e de baixa altitude que constituem a extensa planície sedimentar das bacias do Tejo e do Sado.

O delta interior do Tejo inclui importantes zonas húmidas de enorme relevância pela sua biodiversidade e, em conjunto com o estuário constitui uma componente essencial da paisagem da AML e uma área com excelentes condições portuárias e enorme potencial turístico.

O estuário do Tejo é a maior zona húmida em Portugal e uma das mais importantes da Costa Atlântica europeia, com uma área de 325 km² e um elevado estatuto para a conservação de habitats de importantes espécies de fauna e flora. A sul da AML, o estuário do Sado apresenta-se como outra zona húmida muito rica, quer em termos de biodiversidade quer pela diversidade paisagística que inclui vastas áreas de exploração agrícola e florestal, pesca, saliculturas e aquaculturas extensivas, a par da ocupação urbana e espaços naturais de grande valor natural e cultural (PROT-AML, 2010b).

Quanto à ocupação do solo da AML, uma das componentes territoriais que mais releva na caracterização do SAURB, de acordo com Diagnóstico Sectorial dos Padrões de Ocupação do solo/Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental do PROT-AML (2009a), são as áreas edificadas, o tipo de ocupação de solo com maior expressão, ocupando cerca de 33,5% do território da AML. As áreas edificadas compactas (estrutura urbana consolidada, organizada e hierarquizada) e as áreas edificadas fragmentadas (territórios não planeados onde o crescimento urbano é descontrolado) correspondem a cerca de 18% do território da AML, estando associadas aos usos e funções urbanas do território. Encontram-se essencialmente localizadas ao longo dos principais eixos urbanos da margem norte (Lisboa-Odivelas-Amadora, Lisboa-Cascais, Lisboa-Sintra, Lisboa-Vila Franca de Xira) e junto às principais aglomerações urbanas da margem sul (Almada, Seixal, Setúbal e Barreiro). As áreas edificadas dispersas ocupam cerca de 9% do território e localizam-se sobretudo em territórios de uso agrícola dominante.

O diagnóstico sectorial de ocupação de uso do solo identificou nas classes de áreas edificadas os espaços vazios que constituem espaços livres de ocupação e estão associados ao conceito de "não uso" do território ou que está a ser alvo de obras de urbanização ou construção e ocupam cerca de 4,5% do território metropolitano. As infraestruturas e equipamentos identificados no estudo do PROT-AML (2009a) ocupam cerca de 1,02% do território. Relativamente à indústria, segundo o mesmo estudo, esta abrange um conjunto de áreas destinadas à indústria, comércio, logística, armazenagem e atividade extractiva, que ocupa cerca de 4,26% do território e encontra disseminada um pouco por toda a AML.

As áreas florestais identificadas correspondem a territórios onde a ocupação dominante é a florestal, em cerca de 22% do território, divididas em duas classes: povoamentos florestais e povoamentos florestais de sobreiro e/ou azinheira. Nos povoamentos florestais a paisagem florestal é constituída por um conjunto de árvores homogéneas sem distinção das espécies, estrutura ou composição e ocupam 10% do território. Encontram-se especialmente na margem sul, no concelho de Sesimbra e na margem norte nos concelhos de Mafra e Sintra. Os povoamentos florestais de sobreiro e/ou azinheira ocupam cerca de 12% do território do território Oeste e Vale do Tejo, designadamente no Montijo, Palmela e Setúbal.

As áreas agrícolas são o segundo padrão de ocupação do solo com maior expressão no território regional, a ocuparem cerca de 27% da AML. A agricultura, bem como as atividades e infraestruturas que lhe estão associadas representam um recurso importante na economia e paisagem metropolitana (PROT-AML, 2009a).

As áreas silvestres incluem áreas húmidas, sapais, matos e dunas e, no seu conjunto, ocupam cerca de 9,4% do território.

Sendo a ocupação do solo um tópico de análise muito relevante para a caracterização do SAURB da AML, procedeu-se a um outro estudo para efeitos comparativos e de validação, com base na Carta de Ocupação do Solo 2007 (COS) (Fig. 5) e no Corine Land Cover 2006 (CCL) (Fig. 6). Pesem embora as diferenças de critério e de escalas subjacentes a cada uma das bases cartográficas.

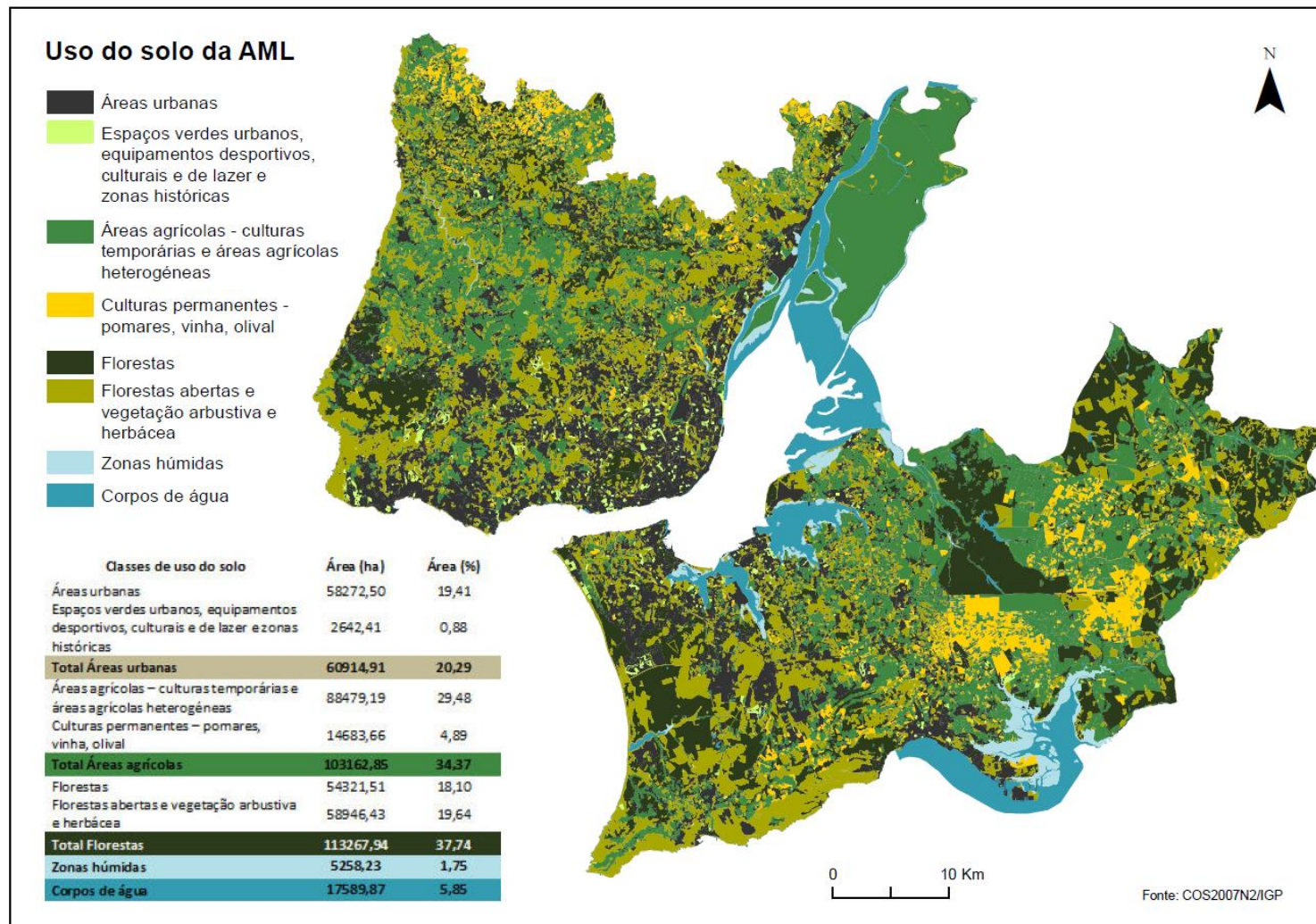


Fig. 5 – Uso do solo com base no COS 2007.

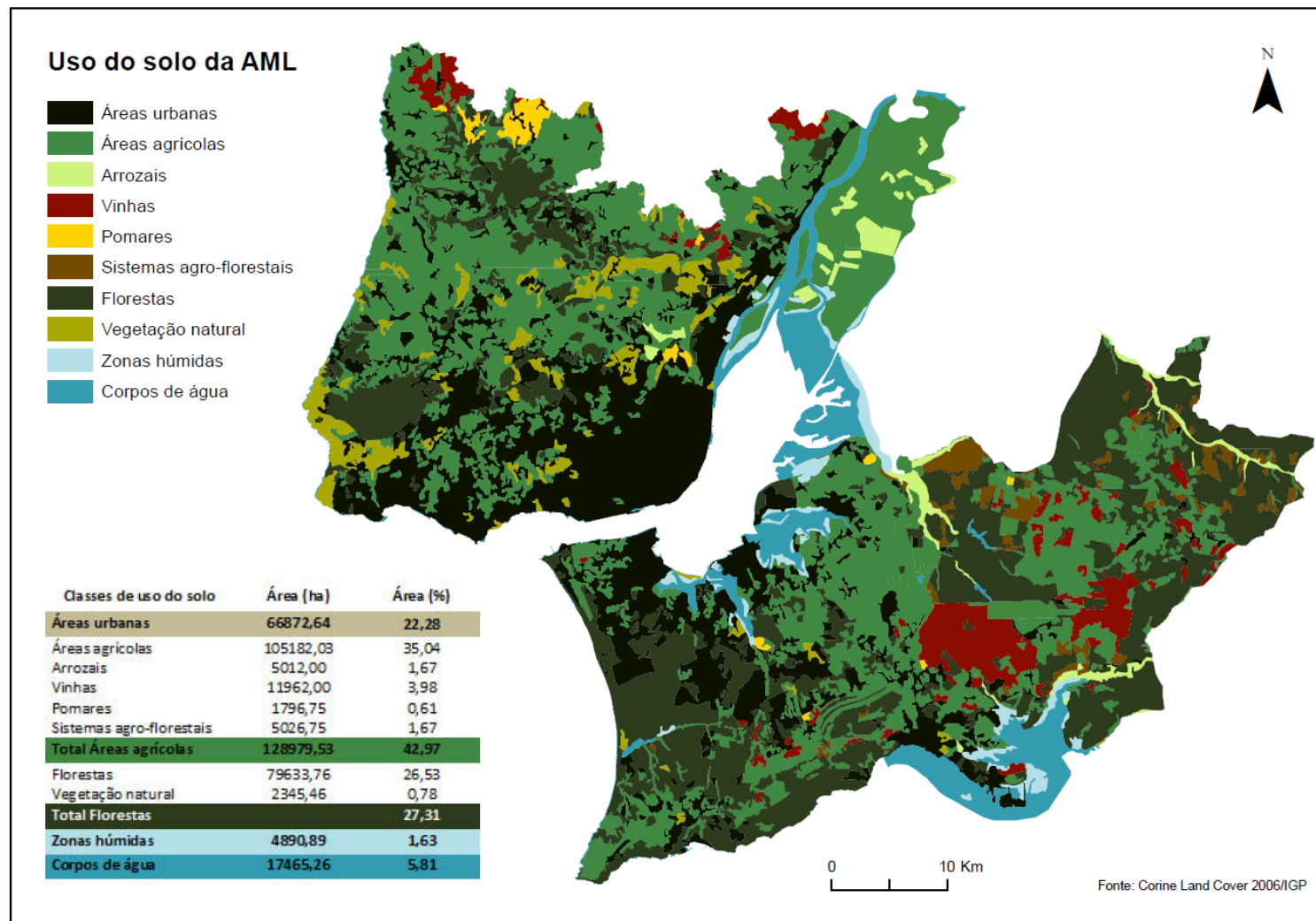


Fig. 6 – Uso do solo com base no Corine Land Cover 2006

Comparando as três análises de ocupação de uso do solo é possível observar que a análise do PROT-AML classifica uma maior área como áreas edificadas do que o COS e CLC, o que pressupõe uma menor área agrícola e áreas florestais.

No entanto, pelas três análises é possível perceber que embora a AML tenha um forte carácter urbano, quer as áreas agrícolas quer as florestais ainda apresentam elevada importância dentro do território metropolitano, sendo que os espaços agrícolas e florestais ocupam sempre mais de 50% do território.

Por outro lado, de acordo com o Diagnóstico Setorial de Agricultura e Florestas do PROT-AML (2009b), a agricultura atualmente praticada na SAU ocupa apenas cerca de 2,5% da SAU de Portugal Continental e a superfície florestal cerca de 2% do total do continente.

De acordo com o mesmo diagnóstico setorial, cerca de metade da SAU da AML é ocupada por culturas temporárias, representando as culturas permanentes 15% da área em causa e os prados e pastagens permanentes cerca de 28%.

Relativamente à superfície florestal, o diagnóstico indica que esta representa cerca de 41% da área agro-florestal da AML e é predominantemente ocupada pelo pinhal bravo (22%) e manso (15%) e pelo montado de sobro (39%).

Segundo o diagnóstico, do ponto de vista agro-florestal, as duas NUT III da AML apresentam diferenças significativas quanto ao tipo de sistemas de ocupação e uso dos solos agrícolas e florestal. No entanto, o relatório afirma que tanto a agricultura da Grande Lisboa como a da Península de Setúbal apresentam níveis de rendimento agrícola e de produtividade económica muito mais favoráveis do que o conjunto das explorações agrícolas de Portugal Continental, apresentando um grau de dependência em relação às políticas agrícolas em vigor significativamente inferior à média nacional. (PROT-AML, 2009b).

No decorrer deste projeto, fez-se uma análise mais detalhada do setor agrícola da AML e que será apresentado no ponto seguinte com base em dados estatísticos de 2009 e 2011.

3.1.2 Enquadramento no sistema de gestão territorial

À data do presente relatório o instrumento de gestão territorial em vigor na AML é o PROT 2002. Contudo, para efeitos de informação e análise foi considerado o PROT 2009, resultante da proposta de alteração ao PROT 2002, que foi sujeito a consulta pública mas não foi aprovado.

Analisando o seu modelo territorial verifica-se que a forma urbana da AML define-se em traços gerais por: *i)* um núcleo central tradicionalmente polarizador e compacto que se tem alastrado para fora dos limites da cidade de Lisboa; *ii)* eixos radiais com forte densidade urbana, definidos pelas linhas ferroviárias de Vila Franca de Xira, Sintra e Cascais; *iii)* pelo arco ribeirinho sul, pontuado por um rosário de núcleos estruturantes e fortemente dependentes da margem norte; e *iv)* por uma centralidade excêntrica e relativamente autónoma que corresponde à cidade de Setúbal (PROT-AML, 2010b).

O modelo territorial proposto no PROT-AML visa a melhoria nas acessibilidades externas e internas que permitem um desenvolvimento sustentável através do desenvolvimento económico e de produtividade, um melhor ordenamento do território, o incremento do bem-estar da população e uma maior eficácia energética (PROT-AML, 2010a, p. 14).

De acordo com este modelo territorial as conectividades entre os centros urbanos são acentuadas, através da melhoria dos sistemas de transporte e de acessibilidades internas e externas, o que permite o reforço da urbanização e da melhoria das relações com o exterior.

O modelo territorial assenta em 4 sistemas estruturantes: *i)* sistema urbano, *ii)* sistema económico, *iii)* sistema ambiental e *iv)* sistema de mobilidade e transportes (PROT-AML, 2010a, p. 16).

O sistema urbano tem uma tendência policêntrica e é estruturado segundo várias aglomerações urbanas, sendo que a mais importante é a cidade de Lisboa, cuja coesão, massa crítica e capacidade polarizadora resultam da agregação de centralidades próximas e com significativa interdependência.

Relativamente ao sistema económico, a cidade de Lisboa apresenta a principal concentração do sector terciário, sendo aqui que se localizam várias empresas de negócios, vários centros universitários e de investigação bem como uma diversificada oferta cultural (PROT- AML, 2010a).

Nas áreas urbanas imediatamente adjacentes a Lisboa, ressaltam as articulações estruturadas entre os parques empresariais de comércio e serviços (Miraflores/Linda-a-Velha, Carnaxide, Alfragide, Serra de Carnaxide e Venda Nova-Falagueira) e nos sectores industriais e de logística (Prior Velho, Camarate e Sacavém), que beneficiam de uma alta densidade residencial, de diversidade sociocultural e de várias modalidades de transporte público (PROT-AML, 2010a, p. 17).

Atualmente, existem outros eixos urbanos, a poente, que constituem as áreas que mais estimulam a economia metropolitana e a competitividade internacional da AML, como por exemplo o Tagus Park.

Na margem sul do Tejo os polos de atividade económica são mais espaçados no território mas têm vindo a beneficiar de melhor conectividades bem como da expectativa de investimentos futuros (Plataforma Logística do Poceirão, entre outros) (PROT- AML, 2010a).

No modelo territorial o sistema ambiental é traduzido pela Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA), que inclui os recursos hídricos e o litoral, o solo e a paisagem e as áreas de risco. Esta estrutura é concretizada na definição da Rede Ecológica Metropolitana (REN) e nas áreas a estabilizar tendo em conta os recursos naturais estruturantes e decisivos para a sustentabilidade ambiental da AML, incluindo o Sistema Nacional de Áreas Classificadas, Reserva Agrícola Nacional, Reserva Ecológica Nacional e o Domínio Público Hídrico (Fig. 7 e 8).

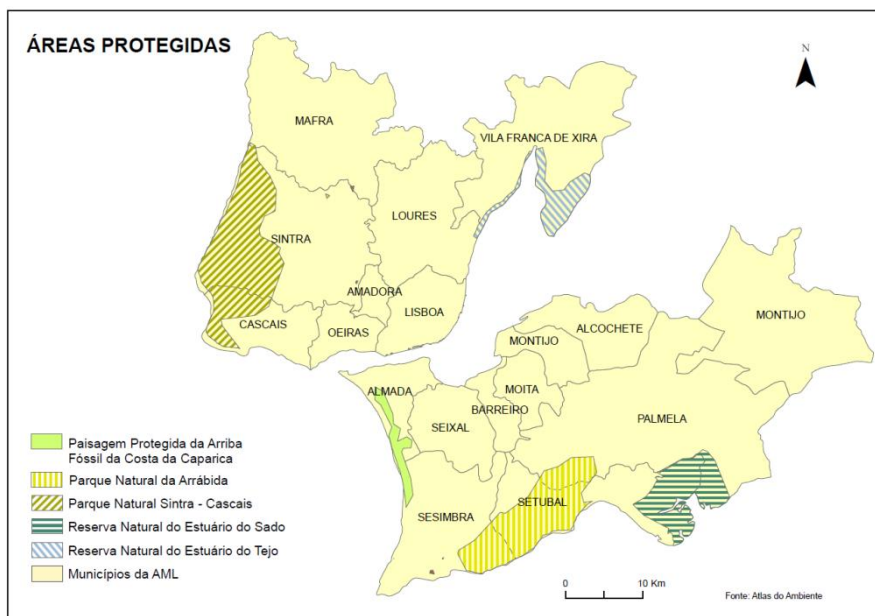


Fig. 7 - Áreas Protegidas da AML

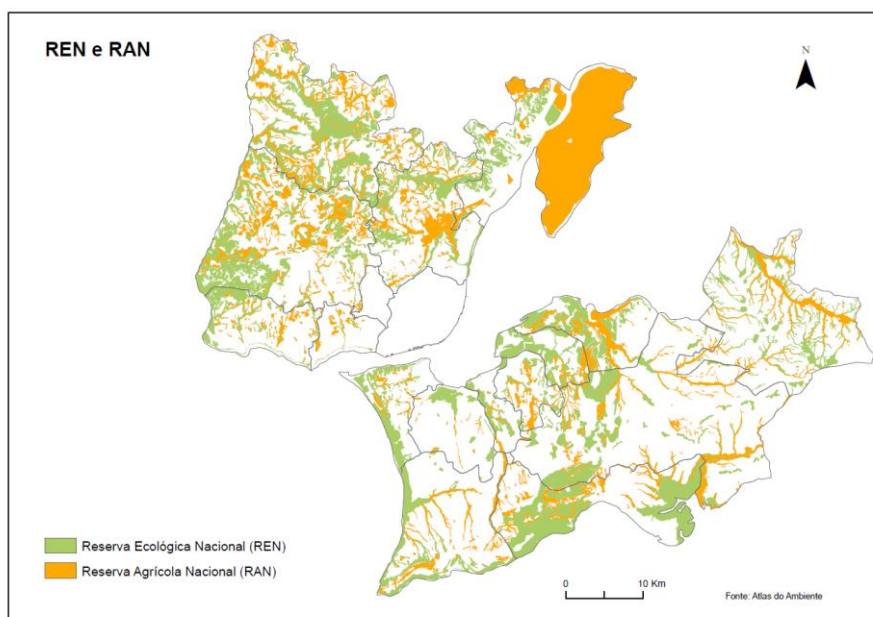


Fig. 8 – Áreas de REN e RAN da AML

Na ERPVA assumem particular relevância, para além dos espaços naturais, as áreas agrícolas e as áreas florestais, que deverão ser geridas no sentido da manutenção ou aumento da sua competitividade económica e da sua estabilidade territorial, produtores de serviços ambientais e suporte de biodiversidade, tendo em vista o reforço da sua viabilidade e importância territorial (PROT-AML, 2010a, p. 18).

A Reserva Ecológica Metropolitana (REM) é constituída por uma rede hierarquizada de territórios que originam áreas e corredores ecológicos, articulados com o sistema urbano e com as unidades territoriais. Esta desempenha funções de conectividade e continuidade ecológica. Os usos nestas áreas devem promover a manutenção ou a melhoria da biodiversidade ecológica e regional. A gestão correta da REM contribui para a qualificação urbana dos territórios da AML e para a manutenção dos recursos naturais bem como a redução dos riscos naturais.

Por fim, o último sistema do modelo territorial é o de acessibilidades e mobilidade. Este sistema é constituído pelas infraestruturas físicas existentes e prévias e pelo conjunto de propostas que visam melhorar a conectividade.

Ao considerarmos a visão estratégica subjacente a este modelo territorial, constata-se que a AML ambiciona desempenhar uma posição primordial no espaço europeu e um papel fundamental no desenvolvimento socioeconómico e na competitividade externa do país.

Tal visão responde aos quatro imperativos que são hoje consensuais no conceito de Desenvolvimento Sustentável – Competitividade, Sustentabilidade Ambiental, Equidade e Governabilidade (PROT-AML, 2010a, p. 8). Para a implementação da visão foram considerados cinco eixos estratégicos: A. conectividade, competitividade e cosmopolitismo; B. polinucleação e compactação; C. sustentabilidade e sintonia com a Natureza, D. dinâmica de qualificação territorial e coesão social; E. governabilidade.

Eixo Estratégico A – Conectividade, Competitividade e Cosmopolitismo

Uma das estratégias de desenvolvimento para a AML passa pela internacionalização, para aumentar a capacidade de gerar e atrair atividades de maior valor acrescentado.

Algumas das medidas que podem contribuir para o alcance deste eixo estratégico bem como para a definição do SAU referem que (PROT-AML, 2010a, 9):

- Deverá ser promovida a consolidação das infraestruturas chave da conectividade internacional da região.
- Reforço de políticas de apoio ao ensino superior, à investigação e ao desenvolvimento que conduzirá ao incremento de projetos de inovação tecnológica que proporcionem a renovação do tecido industrial e a **emergência de atividades competitivas**.
- **Desenvolver as potencialidades competitivas do território associadas aos seus recursos endógenos – agrícola, florestal, marítimo e paisagístico.**

Eixo Estratégico B – Polinucleação e Compactação

De acordo com a visão estratégica do PROT-AML (2010a, p. 9) a AML deve adotar um novo modelo territorial de desenvolvimento que concretize os princípios da cidade compacta e da polinucleação, estreitamente associados ao investimento em corredores de transporte público com maior capacidade de captação de utilizadores, assumindo-se como uma Metrópole, em duas margens - em torno do Estuário do Tejo.

Algumas das medidas que podem contribuir para o alcance deste eixo estratégico bem como para a definição do SAU referem que (PROT-AML, 2010a, 10):

- O território urbano deverá ser mais compacto e polinucleado, estruturado por aglomerações urbanas multifuncionais conectadas por eixos de transporte público.
- As áreas urbanas menos densamente ocupadas deverão ser objeto de uma intervenção integrada e sustentável, que garanta a qualificação e consolidação dos espaços urbanos e a **preservação dos espaços naturais e agrícolas e florestais**.

Eixo estratégico C – Sustentabilidade e Sintonia com a Natureza

A AML deve promover estratégias económicas ambientais (eco-eficientes) para alcançar o desenvolvimento sustentável, ou seja, ao forte crescimento desordenado deve-se contrapor a proteção dos recursos biofísicos.

Algumas das medidas que podem contribuir para o alcance deste eixo estratégico bem como para a definição do SAU referem que (PROT-AML, 2010a, 11):

- A região deverá valorizar os recursos territoriais e patrimoniais únicos, contemplados na Rede Fundamental de Conservação da Natureza, na Rede Natura e na Paisagem Cultural.
- A Rede Ecológica Metropolitana deverá ser concretizada e consolidada através da implementação da Estrutura Ecológica Municipal em todos os concelhos da AML.
- Dinamização e qualificação de espaços verdes de proximidade, indispensáveis para a qualidade devida dos habitantes, para a coesão social e para a competitividade urbana.
- Deverão intensificar-se as medidas de proteção, valorização e regeneração dos recursos naturais, numa ótica de gestão integrada do território, garantindo, desta forma, o funcionamento dos sistemas naturais.
- **Deverá ser assegurada a salvaguarda dos solos com reconhecida aptidão agrícola e florestal, através da articulação com a estratégia de desenvolvimento para o sector, valorizando a produção ambientalmente orientada e uma ocupação do solo que seja compatível com a preservação da biodiversidade e o ordenamento do espaço rural.**

Eixo Estratégico D – Dinâmica de Qualificação Territorial e Coesão Social

Para a coesão social o investimento deverá passar pela “qualificação de pessoas”, “qualificação dos espaços públicos” e na construção da “cidade de proximidade” (PROT-AML, 2010a, p. 12). É também necessário uma maior integração da população idosa e o bom acolhimento da diversidade social e cultural.

Algumas das medidas que podem contribuir para o alcance deste eixo estratégico bem como para a definição do SAU passam por (PROT-AML, 2010a, 12):

- A AML deverá ser um território coeso e qualificado, dispondo de áreas residenciais com identidade e urbanidade, dotadas de serviços e equipamentos de proximidade, de segurança e de espaços públicos de fruição e convivialidade.

Eixo Estratégico E – Governabilidade e Governação

De acordo com o PROT-AML é necessário um quadro de governação metropolitana suficientemente claro para articular os diferentes interesses locais, tendo como base o objetivo principal de uma AML polinucleada e com um tecido socioeconómico mais equilibrado.

Para tal deverão ser introduzidas reformas progressivas no desenho institucional, em simultâneo com práticas inovadoras nos domínios do planeamento e da identificação com a escala metropolitana.

3.1.3 Enquadramento sócio-demográfico

A Área Metropolitana de Lisboa (AML) é uma NUTII constituída por 18 municípios, organizados em duas NUTIII - a Grande Lisboa, na margem direita do Tejo, e a Península de Setúbal na margem esquerda. Com uma população residente de 2.821.876 indivíduos (INE, 2011), e representando cerca de 3% do território português, esta região é responsável por cerca de 36% do PIB nacional. A AML concentra cerca de 28% da população do Continente português, apresentando um padrão de distribuição da população por município em que há maior concentração na Grande Lisboa com 72% do total, sendo os municípios de Lisboa e Sintra os mais populosos, 19% e 13% do total da AML respectivamente. A Península de Setúbal representa 28% do total da AML e Almada e Seixal são os municípios mais povoados com 6%.

É a área mais densamente povoada do país, com uma densidade populacional média de 940,7 hab/km², cerca de 8,5 vezes superior à densidade média de Portugal Continental (INE, 2011). Numa análise mais detalhada, podemos verificar que a Grande Lisboa, com uma superfície de 1377 km², ligeiramente inferior à da Península de Setúbal, com uma superfície de 1625 km², apresenta, no entanto, uma densidade populacional de 1485,2 hab./Km², cerca de 3 vezes superior aos valores registados para a península de Setúbal, de 479,4 hab./Km², facto que muito se deve à localização de Lisboa, a capital nacional.

Embora a grande maioria dos municípios da AML em 2011 apresente uma taxa de crescimento natural positiva, exceto Lisboa, na Grande Lisboa, e Almada e Barreiro, na Península de Setúbal, olhando para a Taxa de crescimento efetivo da população verifica-se que é sempre inferior à taxa de crescimento natural, exceto no caso de Cascais em que ligeiramente superior, com 0,29% de crescimento natural e 0,30% de crescimento efetivo.

Em termos médios a taxa de atividade da AML (49,8%) é apenas ligeiramente superior à do Continente (47,6%), mas em alguns municípios é francamente superior, com Vila Franca de Xira, Sintra, Mafra e Loures a Norte e Odivelas, Alcochete, Montijo, Seixal e Sesimbra, com taxas superiores a 50%.

As taxas de atividade masculina estão sempre acima dos 50% em todos os municípios da AML e as taxas de actividade da população residente feminina, embora superiores à média do Continente, situam-se, em geral, abaixo dos 50% excepto nos municípios de Sintra, Vila Franca de Xira e Odivelas.

3.2 Análise Estatística

3.2.1 Superfície total das explorações agrícolas

Conforme anteriormente referido, de acordo com a análise cartográfica efetuada, a AML apresenta uma área agrícola e florestal muito significativa, a soma das quais supera mais de metade desta NUT II.

Segundo os dados estatísticos disponíveis (RGA, 2009), a superfície total das explorações agrícolas (110512ha) corresponde a cerca de 37% do total da superfície da AML (300195ha), correspondendo a superfície agrícola útil (SAU) (87590ha) a 79% da superfície das explorações agrícolas e a cerca de 30% da área total da AML. As matas e florestas correspondem a 17% da superfície das explorações agrícolas e a 6% da superfície total da AML. A superfície agrícola não utilizada corresponde a cerca de 2% da superfície das explorações agrícolas, sendo mais representativa nos municípios de Mafra, Sintra, Vila Franca de Xira, Montijo e Setúbal.

A análise da superfície das explorações agrícolas, no âmbito municipal indica-nos um grupo de municípios em que esta superfície tem pouca expressão, abaixo de 10%. É o caso da Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras, Almada, Barreiro e Seixal.

Em Odivelas, Moita e Setúbal a superfície das explorações agrícolas representa entre 15-20% do total do município. Entre 20 e 50% situam-se os municípios de Loures, Mafra, Sintra, Vila Franca de Xira, Alcochete e Sesimbra. Em apenas 2 municípios a superfície das explorações agrícolas representa mais de 50% do total do município, Montijo e Palmela com 61,9 e 69,6 % respetivamente.

No entanto uma análise mais rigorosa, relacionando a superfície das explorações agrícolas com a Superfície Agrícola Utilizada, permite-nos verificar que a diminuição da SAU se regista apenas nas classes de menor dimensão e que nas explorações de maior dimensão (≥ 50 ha) se regista um aumento significativo de área. Este aumento do peso relativo das explorações agrícolas de maior dimensão representa uma tendência para um redimensionamento das explorações.

O Quadro 1 dá-nos a superfície das explorações agrícolas por município da AML, para os anos de 1989, 1999 e 2009.

Quadro 1 – Superfície das explorações agrícolas por município da AML para os anos de 1989, 1999 e 2009 e respectiva variação (em hectares) (RGA, 1989, 1999 e 2009)

	1989	1999	2009	Var 89-09		1989	1999	2009	Var 89-09
Amadora	505	307	72	-85,7	Alcochete	2718	4233	3687	35,7
Cascais	1726	946	288	-83,3	Almada	1335	617	488	-63,4
Lisboa			149		Barreiro	703	279	196	-72,1
Loures	8116	7220	6040	-25,6	Moita	2920	2130	980	-66,4
Mafra	18589	12958	11354	-38,9	Montijo	22785	21197	21579	-5,3
Odivelas		348	509		Palmela	29288	29746	32375	10,5
Oeiras	1418	1262	140	-90,1	Seixal	814	1163	712	-12,5
Sintra	11354	9645	6757	-40,5	Sesimbra	5372	9266	7154	33,2
Vila Franca de Xira	12188	12067	14175	16,3	Setúbal	7251	7830	3858	-46,8

Relativamente à evolução da superfície das explorações agrícolas, verifica-se uma variação acentuadamente negativa na maioria dos municípios, de 1989 para 2009. Apenas em Vila Franca de Xira, Alcochete, Palmela e Sesimbra se registou uma variação positiva entre 1989 e 2009, de 16,3%, 35,7%, 10,5% e 33,2% respetivamente. Por sua vez, Seixal, Loures, Mafra, Sintra, Montijo e

Setúbal apresentam variações negativas inferiores a 50% e as restantes com variações negativas superiores a 60% atingindo mesmo em Oeiras os 90%.

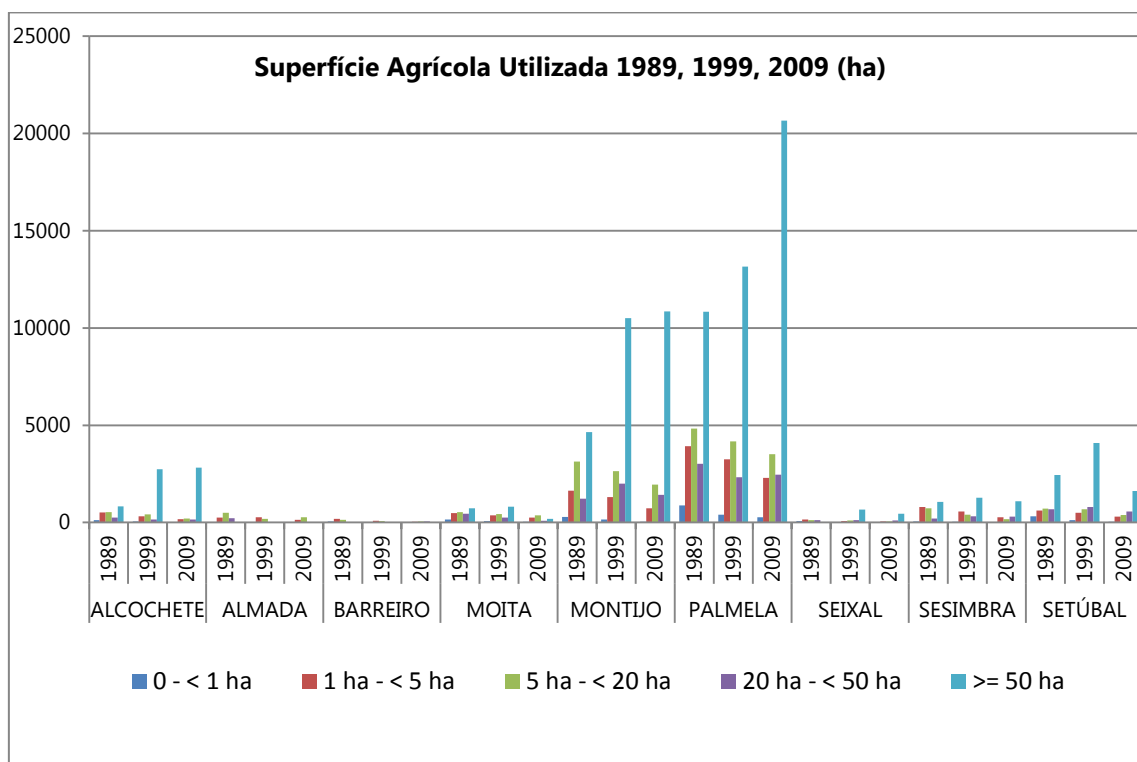
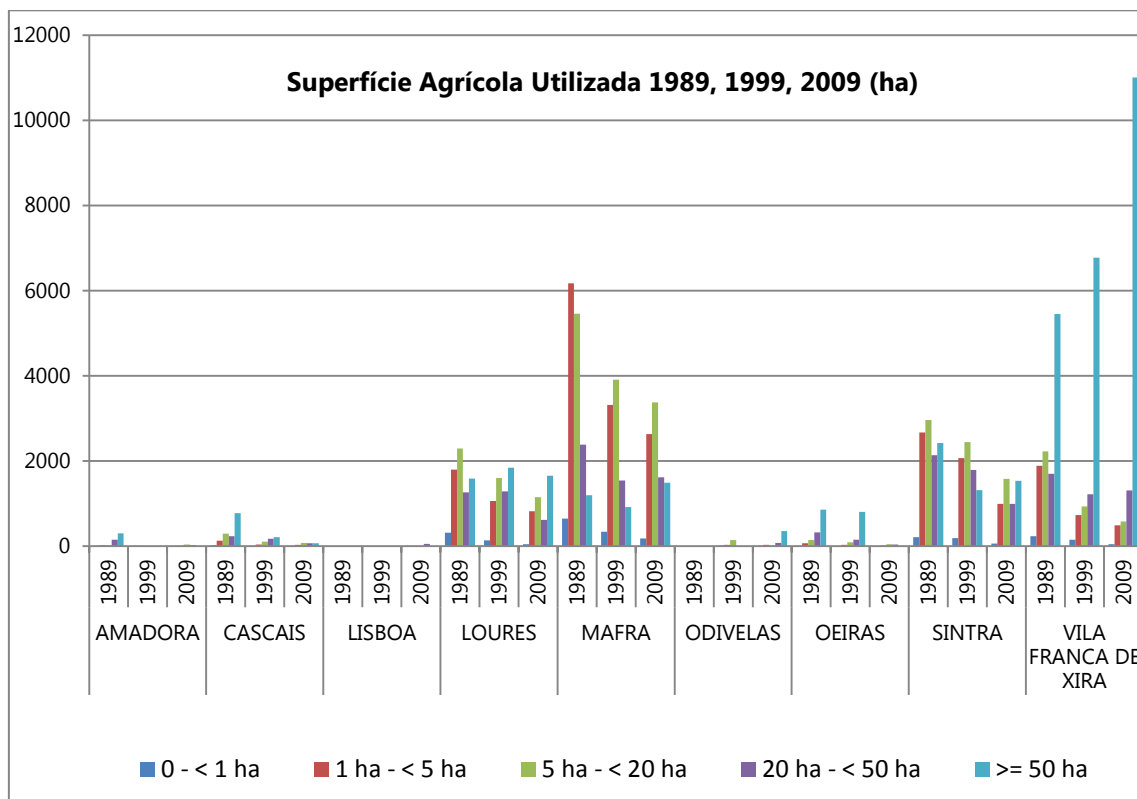


Fig. 9 e 10 – Superfície agrícola utilizada para nos anos de 1989, 1999 e 2009 em cada concelho da AML

No recenseamento agrícola de 1989 (Quadro 2) em todos os municípios exceto no de Oeiras, o número de explorações com SAU inferior a 5ha corresponde a mais de 70% do total de explorações da AML. No Barreiro e no Seixal as explorações >5ha atingem mais de 90% do total. Em Sesimbra, Palmela, Moita, Alcochete, Mafra e Loures esse valor está entre 80 e 90%. Amadora, Cascais, Sintra, Vila Franca de Xira, Montijo e Setúbal, entre 70 e 80%. Apenas em Almada e Oeiras, o valor se encontra entre os 60 e os 70% os valores mais baixos registados;

Quando incluímos na análise as explorações com SAU entre 5 e 20ha, a proporção do total ultrapassa os 90% na generalidade dos municípios. Apenas Amadora, Cascais e Oeiras ficam aquém desse patamar com 79,2%, 88,6% e 77,5% respetivamente. **Destes resultados conclui-se que na larga maioria dos municípios da AML, em 1989, existia uma prevalência acentuada das explorações de pequena e média dimensão, essencialmente as de dimensão entre 1 e 5ha.**

Em 2009 e considerando o total de explorações com SAU inferior a 20ha, continua a verificar-se um peso bastante acentuado destas pequenas e médias explorações no total das explorações agrícolas, com prevalência das explorações com SAU inferior a 5ha. No entanto o seu peso é relativamente inferior ao peso que estas explorações tinham em 1989.

Apenas no Município da Amadora se verifica um peso relativo das pequenas explorações, com dimensão inferior a 5ha, abaixo de 50%, no entanto quando incluímos nesta análise as explorações entre 5 e 20ha, verificamos todas as explorações (100%) tem uma dimensão inferior a 20ha.

O Montijo é o único município em que a proporção de explorações com SAU inferior a 5ha se situa entre 50 e 60%. Entre 60 e 70% temos Cascais, Lisboa, Oeiras, Vila Franca de Xira e Almada. Por fim, Loures, Mafra, Sintra, Alcochete, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal e Setúbal surgem com um peso das explorações inferiores a 5 ha entre 70-80%. Apenas em Sesimbra e Odivelas a proporção das explorações com SAU inferior a 5ha se situa entre 80 e 90%.

Quando incluímos também explorações com SAU entre 5 e 20ha o peso relativo mantém-se, salvo raras exceções, muito perto dos 90%, embora com valores ligeiramente inferiores aos registados em 1989. É em Loures, Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Almada, Barreiro, Moita, Palmela, Seixal e Sesimbra que se verifica um peso superior a 90% das explorações com SAU inferior a 20ha.

Podemos reter que, com uma dimensão acentuadamente reduzida e uma grande prevalência das explorações com SAU inferior a 5ha, ocorreu de 1989 para 2009 uma redução significativa do número de explorações agrícolas e uma certa reestruturação da dimensão com um aumento do peso relativo de explorações com maior SAU.

Quadro 2 – Variação da Superfície Agrícola Utilizada por classes de dimensão 1989, 1999, 2009 (RGA, 1989,1999,2009)

Municípios	1989		1999		2009		Variação		
	5 ha - < 20 ha	% do total	5 ha - < 20 ha	% do total	5 ha - < 20 ha	% do total	1989-1999	1999-2009	1989-2009
Amadora	3	6,3	2	10,5	4	57,1	-33,3	100,0	33,3
Cascais	31	18,6	12	12,5	9	26,5	-61,3	-25,0	-71,0
Lisboa	0		0		0	0,0			0,0
Loures	257	14,2	176	18,3	121	19,2	-31,5	-31,3	-52,9
Mafra	663	14,0	440	16,7	377	19,8	-33,6	-14,3	-43,1
Odivelas	0		13	18,3	2	4,4		-84,6	-84,6
Oeiras	12	15,0	8	23,5	3	27,3	-33,3	-62,5	-75,0
Sintra	336	15,8	285	17,1	175	22,9	-15,2	-38,6	-47,9
Vila Franca de Xira	253	15,6	96	12,2	60	12,7	-62,1	-37,5	-76,3
Alcochete	62	11,4	49	16,7	20	13,2	-21,0	-59,2	-67,7
Almada	61	26,2	22	12,6	36	30,0	-63,9	63,6	-41,0
Barreiro	17	7,1	8	7,5	7	21,2	-52,9	-12,5	-58,8
Moita	57	8,9	47	13,1	39	17,8	-17,5	-17,0	-31,6
Montijo	362	21,2	280	23,2	204	30,0	-22,7	-27,1	-43,6
Palmela	519	12,8	446	16,2	365	18,5	-14,1	-18,2	-29,7
Seixal	12	4,8	11	10,6	7	13,0	-8,3	-36,4	-41,7
Sesimbra	92	16,4	50	13,1	18	8,9	-45,7	-64,0	-80,4
Setúbal	78	18,6	74	13,4	40	13,6	-5,1	-45,9	-48,7

3.2.2 A Superfície Agrícola Utilizada

Como podemos verificar, a proporção da SAU no território total da AML é, de cerca de 37%, registando no entanto uma perda de relevância face a 1999 de 8,83%.

Como podemos verificar pelo gráfico seguinte (Fig. 11) a proporção da SAU no território total, em 2009, assume alguma relevância em alguns municípios da AML, essencialmente nos municípios de Sintra e Alcochete (entre 20% e 30%), Loures, Mafra, Sesimbra (entre 30% e 40%), e ultrapassa mesmo os 50% do total do território em Palmela (69,61%) e no Montijo (61,9%).

Nos municípios da Amadora, Cascais, Lisboa, Oeiras, Almada, Barreiro e Seixal, o peso relativo da SAU no território do município não ultrapassa os 10%.

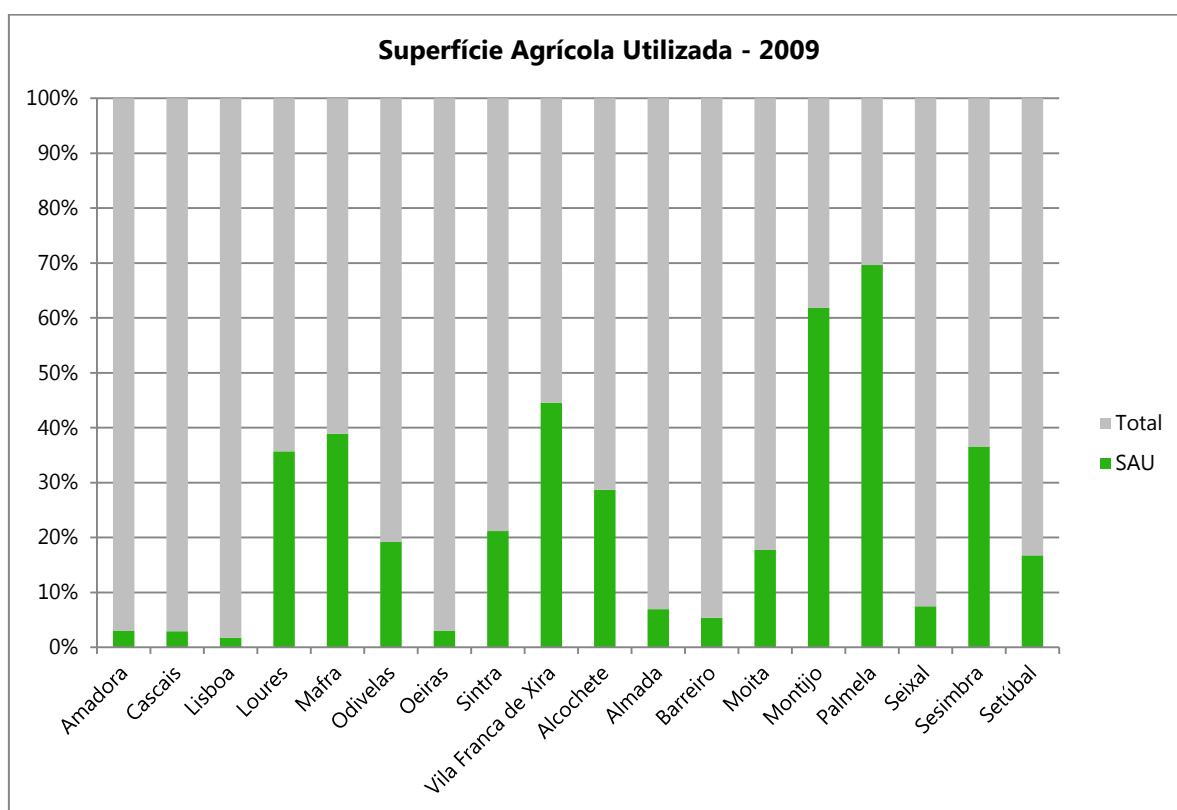


Fig. 11 – Superfície agrícola utilizada para 2009 em cada concelho da AML (RGA, 1989, 1999, 2009)

O Quadro 3 dá-nos o peso relativo da SAU no território total dos municípios da AML para os anos de 1999 e 2009, e a respectiva variação entre os dois períodos censitários.

A tendência para a diminuição do peso relativo da SAU no território total do município verifica-se na grande maioria dos municípios assumindo as maiores proporções, acima dos 50%, nos municípios de Setúbal (50,73%), Moita (53,99%), Cascais (69,56%), Amadora (76,55%) e Oeiras (88,91%).

Note-se que o grupo dos municípios em que a diminuição do peso relativo é maior, corresponde em grande medida aos municípios em que a SAU tem um menor significado no território total do Município, abaixo dos 5% em 2009. Neste grupo, os municípios de Setúbal e Moita são casos ligeiramente diferentes, na medida em que o peso da SAU passa de valores acima dos 30% (33,99% e 38,55%, respectivamente) para valores pouco acima dos 15% (16,75% e 17,73% respectivamente).

Um segundo grupo de municípios apresenta um aumento do peso relativo da SAU no território total do município. É o caso dos municípios do Montijo, Palmela, Vila Franca de Xira e Odivelas, com um acréscimo do peso relativo de 1,8%, 8,84%, 17,47% e 46,26%, respectivamente.

Note-se no entanto que nos diferentes municípios o acréscimo do peso relativo tem significados diferentes. Assim, enquanto em Odivelas o aumento de 46,26% no peso relativo da SAU corresponde a um acréscimo de 161 há, em Palmela, em que o peso relativo cresce 8,84% corresponde no entanto a um acréscimo de 2.629ha.

Quadro 3 – Peso relativo da SAU no território do Município, 1999 – 2009. (RGA,1999,2009)

Localização geográfica	Superfície (ha) do território nacional por Localização geográfica	SAU				Var 99-09 %
		2009		1999		
		(ha)	%	(ha)	%	
Lisboa	300196	110513	36,81	121214	40,38	-8,83
Amadora	2378	72	3,03	307	12,91	-76,55
Cascais	9740	288	2,96	946	9,71	-69,56
Lisboa	8497	149	1,75	-	-	-
Loures	16912	6040	35,71	7220	42,69	-16,34
Mafra	29166	11354	38,93	12958	44,43	-12,38
Odivelas	2654	509	19,18	348	13,11	46,26
Oeiras	4588	140	3,05	1262	27,51	-88,91
Sintra	31923	6757	21,17	9645	30,21	-29,94
Vila Franca de Xira	31812	14175	44,56	12067	37,93	17,47
Alcochete	12836	3687	28,72	4233	32,98	-12,90
Almada	7021	488	6,95	617	8,79	-20,91
Barreiro	3639	196	5,39	279	7,67	-29,75
Moita	5526	980	17,73	2130	38,55	-53,99
Montijo	34862	21579	61,90	21197	60,80	1,80
Palmela	46512	32375	69,61	29746	63,95	8,84
Seixal	9550	712	7,46	1163	12,18	-38,78
Sesimbra	19547	7154	36,60	9266	47,40	-22,79
Setúbal	23033	3858	16,75	7830	33,99	-50,73

3.2.3 Composição da SAU e a especialização produtiva por município

Quando analisamos a composição da SAU da ÁML (NUT II Lisboa) (Quadro 4) e a sua repartição em Terras aráveis, Horta familiar, Culturas Permanentes e Pastagens Permanentes, verificamos que as duas categorias de ocupação do solo com maior significado são as terras aráveis que representam 45% do total da SAU (32,7% no Continente) e as Pastagens Permanentes com um peso de 38,5% (47,4% no Continente).

A proporção de Terras Aráveis é em média mais representativa na Grande Lisboa com 68,7% do total da SAU, 9,8% das quais em Pousio, do que na Península de Setúbal onde assumem um peso de 30,7% do total, em que 24,2% das terras aráveis estão em Pousio.

Entre os diferentes Municípios da AML verificam-se diferenças significativas. O Município em que as Terras Aráveis assumem menor significado (3,3%) é a Amadora e a totalidade está em Pousio. Aqui são as pastagens permanentes que assumem a maior representatividade, 80% da

SAU, mas não podemos ignorar o facto de ser um município de pequena dimensão com uma SAU de apenas 61ha.

No Seixal as terras Aráveis representam apenas 16% do total da SAU, 59,9% das quais em Pousio, ao passo que as pastagens permanentes representam 77%. Os municípios em que as Terras Aráveis assumem um maior peso relativo são Loures, com 68,3%, Lisboa com 63,8%, Mafra com 64%, Sintra com 70,5%, Vila Franca de Xira com 73,7%, Almada com 79% e Moita com 58,7%. Estes são também os municípios em que o pousio apresenta valores relativos mais baixos. Os valores relativos à superfície em Pousio são bastante variáveis, entre os 3,4% no Barreiro, 4,8% em Vila Franca de Xira, 6,9% em Almada, 8,9% em Sesimbra ou 10,5% em Mafra.

Quadro 4 – Superfície agrícola utilizada (ha) por localização geográfica (NUTS -2002); Composição da superfície agrícola utilizada (RGA,2009)

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Composição da superfície agrícola utilizada												
	TOTAL	Terras aráveis						Horta familiar		Culturas permanentes		Pastagens permanentes	
		Total Terras aráveis		Culturas temporárias		Pousio							
	ha	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%	ha	%
Continente	3542305	1158805	32,7	817340	70,5	341465	29,5	18991	0,5	686221	19,4	1678288	47,4
Lisboa	87588	39443	45,0	33165	84,1	6278	15,9	342	0,4	14060	16,1	33743	38,5
Grande Lisboa	33083	22727	68,7	20494	90,2	2233	9,8	225	0,7	3518	10,6	6613	20,0
Amadora	61	2	3,3	-	-	2	100,0	1	1,6	9	14,8	49	80,3
Cascais	237	108	45,6	90	83,3	18	16,7	2	0,8	80	33,8	46	19,4
Lisboa	58	37	63,8	32	86,5	5	13,5	0	0,0	15	25,9	7	12,1
Loures	4286	2927	68,3	2267	77,5	660	22,5	25	0,6	466	10,9	867	20,2
Mafra	9286	5939	64,0	5315	89,5	625	10,5	122	1,3	2209	23,8	1016	10,9
Odivelas	475	132	27,8	132	100,0	-	-	2	0,4	17	3,6	325	68,4
Oeiras	100	52	52,0	45	86,5	7	13,5	3	3,0	34	34,0	11	11,0
Sintra	5147	3629	70,5	3186	87,8	443	12,2	58	1,1	243	4,7	1218	23,7
Vila Franca de Xira	13432	9901	73,7	9428	95,2	473	4,8	12	0,1	445	3,3	3074	22,9
Península de Setúbal	54506	16717	30,7	12671	75,8	4046	24,2	117	0,2	10542	19,3	27131	49,8
Alcochete	3375	1347	39,9	1059	78,6	288	21,4	4	0,1	257	7,6	1768	52,4
Almada	424	335	79,0	312	93,1	23	6,9	3	0,7	20	4,7	67	15,8
Barreiro	166	59	35,5	57	96,6	2	3,4	1	0,6	24	14,5	81	48,8
Moita	928	545	58,7	436	80,0	109	20,0	9	1,0	29	3,1	346	37,3
Montijo	14983	5126	34,2	3474	67,8	1653	32,2	18	0,1	1638	10,9	8201	54,7
Palmela	29189	7857	26,9	6272	79,8	1586	20,2	63	0,2	7317	25,1	13952	47,8
Seixal	682	114	16,7	47	41,2	66	57,9	3	0,4	41	6,0	525	77,0
Sesimbra	1856	632	34,1	576	91,1	56	8,9	6	0,3	238	12,8	980	52,8
Setúbal	2902	701	24,2	439	62,6	262	37,4	11	0,4	979	33,7	1210	41,7

As culturas permanentes assumem também alguma representatividade nalguns municípios. É o caso de Setúbal com 33,7%, valor superior ao peso de terras aráveis (24,3%) e onde as pastagens permanentes representam 41,7%. Em Palmela, as culturas permanentes representam 47,8% ao passo que as terras aráveis têm um peso de 26,9% da SAU, 20% das quais em Pousio. Em Mafra as culturas permanentes assumem um peso de 23,8% da SAU, Em Oeiras 34%, em Cascais 33,8 % e em Lisboa 25,9%.

É também nestes municípios que os valores para as pastagens permanentes são relativamente mais baixos com 19,9% em Cascais, 12,1% em Lisboa, 10,9% em Mafra e 11 % em Oeiras.

Apesar do baixo peso relativo das hortas familiares, que em média na AML é de 0,4%, abaixo do valor que se verifica para o Continente (0,5%), é de notar que encontramos duas situações distintas. A Norte do Tejo, na Grande Lisboa, as hortas familiares têm um peso relativo de 0,7%, que é superior à média do Continente, e na Península de Setúbal é de apenas 0,2%.

Na maioria dos municípios, as hortas familiares têm pouca representatividade em termos de ocupação da SAU não ultrapassando 1%. O valor mais alto regista-se em Oeiras, que representa 3% do total da SAU, com valores apenas ligeiramente acima de 1% na Amadora (1,6%), em Mafra (1,3%), Sintra (1,1%), todos na Grande Lisboa, e Moita (1,0%) na Península de Setúbal.

Estes valores são consentâneos com uma maior relevância da produção para autoconsumo, seja pelas características de urbanização dos municípios associada à baixa disponibilidade de terra, seja pelas características de maior ruralidade dos municípios, como é o caso de Mafra.

Analisando as culturas temporárias e permanentes por tipo de cultura, podemos tirar algumas conclusões relativamente à especialização produtiva dos Municípios da AML. Nos três anos analisados, a Península de Setúbal sempre teve um maior número de explorações agrícolas com culturas permanentes do que a Grande Lisboa.

É possível observar que o número de explorações agrícolas com culturas temporárias desceu de forma acentuada em todo o país e inclusive na AML. Em 1989 o número de explorações era de 2291 na AML, que reduziu para 839 em 1999 e em 2009 o número de explorações era apenas de 143.

Em 1989 os tipos de culturas temporárias que predominavam eram a da batata e as culturas hortícolas, e os concelhos com maior número de explorações deste tipo eram Mafra e Palmela. Em 1999 o número de explorações agrícolas de batata e de culturas hortícolas desceu de forma acentuada, e aumentou o número de explorações de culturas forrageiras. Os concelhos com maior número de explorações destes tipos continuam a ser Mafra e Palmela. Em 2009 continuava-se a verificar o decréscimo do número de explorações, ainda de forma mais acentuada, dos vários tipos de culturas permanentes.

Relativamente ao tipo de culturas temporárias com o menor número de explorações sempre foram os prados temporários, as flores e plantas ornamentais e as outras culturas temporárias.

Relativamente ao número de explorações na margem norte e sul do Tejo, a Grande Lisboa em 1989 e 2009 tinha menos explorações agrícolas de culturas temporárias que a Península de Setúbal. No entanto, em 1999 registaram-se um maior número de explorações na Grande Lisboa em comparação com a Península de Setúbal.

➤ **Nº de Explorações com Culturas Permanentes**

Como podemos verificar o número de explorações agrícolas com culturas permanentes teve um decréscimo na AML entre 1989 e 2009, tendência que se verifica em todo o país. Em 1989 existiam na Grande Lisboa 5794 explorações e na Península de Setúbal 6435. Em 2009 o número

destas explorações cai para 1915 na Grande Lisboa (-67%) e para 2261 na Península de Setúbal (-65%). Embora com uma quebra muito similar do nº de explorações com culturas permanentes, Península de Setúbal mantém um maior número de explorações em relação à Grande Lisboa.

Relativamente ao tipo de cultura com maior expressão continua a ser a vinha, embora tenha decrescido acentuadamente. Em 1989 o número de explorações com vinha na AML era de 8292, em 1999 era de 4617 (-44% do que no recenseamento anterior) e em 2009 era de 2826 (-39% do que e 1999). Nestes 20 anos assiste-se a uma redução do nº de explorações com vinha de 66%. Os concelhos com um maior número de explorações de vinha mantiveram-se ao longo dos três recenseamento, Mafra e Palmela.

A seguir à exploração de vinha, os outros tipos de culturas permanentes com maior expressão na AML são os frutos frescos e os citrinos. Também se verificou um decréscimo no número de explorações ao longo dos anos. Os concelhos com o maior número de explorações são também Mafra e Palmela.

Os tipos de culturas com menor número de explorações agrícolas na AML são as de frutos subtropicais e as outras culturas permanentes. No entanto, neste caso, o decréscimo do número de explorações não se verifica. Em 1989, o número de explorações na AML de frutos subtropicais e as outras culturas permanentes era de 26 e 32 respetivamente. Em 1999 houve um decréscimo acentuado do número de explorações de outras culturas permanentes. Em 2009 o número de explorações destes dois tipos voltou a subir para 31 no caso das explorações de frutos subtropicais e para 26 no caso de outras culturas permanentes.

➤ Superfície de culturas permanentes por município da AML

Quando analisamos a superfície de culturas permanentes por município da AML (Quadros 5 e 6) encontramos tendências similares ao que podemos verificar na análise do número de explorações com culturas permanentes.

Regista-se uma tendência para a diminuição da superfície de culturas permanentes de forma bastante mais acentuada que a tendência verificada em Portugal continental. Se aqui esta superfície regista uma diminuição de -9,7% entre 1989 e 1999 e de -2,7% entre 1999 e 2009, a quebra registada na AML é de -37,8% e -4,6% em cada um dos períodos respetivamente.

Note-se no entanto uma desaceleração da tendência para a diminuição da superfície de culturas permanentes na AML bastante mais clara do que no continente.

A análise a um nível mais desagregado, das NUT III da Grande Lisboa e Península de Setúbal, e ao nível municipal, permite encontrar algumas diferenças relevantes.

Ao nível das NUT III, verificamos que a diminuição da superfície de culturas permanentes é mais evidente na Grande Lisboa com uma diminuição de -48% entre 1989 e 1999 e de -21,6% entre 1999 e 2009, ao passo que na Península de Setúbal regista-se uma quebra de -32% entre 1989 e 1999, verificando-se depois uma inversão da tendência entre 1999 e 2009 com um crescimento de 2,9% da superfície, em contra-ciclo com o que se verifica no continente e na Grande Lisboa.

A análise ao nível municipal permite encontrar diferenças significativas e alguns casos particulares.

Entre 1989 e 1999 verifica-se uma redução da área de culturas permanentes em todos os municípios da AML, excepto no município de Oeiras, onde a superfície quase duplica (+90%). Não podemos no entanto ignorar que falamos de um acréscimo de 18ha em 1989, para 38ha em 1999. Este acréscimo é em grande medida justificado pelo aumento de 433% (13ha) na superfície de frutos frescos (de 3ha para 16ha).

Entre 1999 e 2009 a superfície de culturas permanentes continua a regredir em muitos municípios registando no entanto uma desaceleração geral da tendência e mesmo uma inversão nalguns municípios.

Neste período e na NUT III da Grande Lisboa, encontramos dois municípios com um aumento relativo da superfície de culturas permanentes muito significativo. No município da Amadora esta superfície cresce 200% (de 3ha em 1999 para 9ha em 2009) e no de Cascais o aumento é de 263% (de 22ha em 1999 para 80ha em 2009).

Os dois municípios representam no entanto tendências diversas.

Ao contrário do município da Amadora em que o aumento da superfície se deve exclusivamente ao aumento da superfície do Olival, em Cascais assistimos a um aumento generalizado da superfície de culturas permanentes. Neste município, o Olival deixa de ser uma insignificância estatística, evidenciando por isso um aumento do número de explorações, e aparece com 45ha em 2009, a superfície de citrinos cresce 77,8%, de 9ha para 20ha (continuando a tendência de crescimento do período anterior) e a vinha, depois do decréscimo do período censitário anterior (-74%) surge agora com um crescimento de 142%, de 7 há em 1999 para 17ha em 2009. Apenas no caso dos frutos frescos se regista uma diminuição de 83% de 6ha em 1999 para 1ha em 2009, depois de um crescimento de 50% no período anterior de 4ha para 6ha.

No município de Oeiras verifica-se uma inversão da tendência no sentido negativo devido ao facto de, após o grande aumento da superfície de frutos frescos no período anterior, se verificar agora uma queda de -75% entre 1999 e 2009 justificando a quebra de cerca de -10% no total da superfície de culturas permanentes neste período.

Quanto à Península de Setúbal o crescimento da superfície de culturas permanentes explica-se pelo crescimento registado em 5 dos 9 municípios.

Sesimbra surge com um aumento de cerca de 31% da superfície de culturas permanentes que se justifica pelo facto de, apesar do decréscimo, entre 1999 e 2009, na superfície de frutos frescos (-34,8%), de citrinos (-33,3%) e de vinha (-24%), se ter verificado um acréscimo de 2600% nos frutos de casca rija, que passam de 4ha em 1999 para 108ha em 2009, passando mesmo a representar cerca de 45% do total da área de culturas permanentes do município.

Os municípios do Seixal e do Barreiro apresentam também um crescimento das culturas permanentes entre 1999 e 2009, de 32,3% (de 31 para 41ha) e de 4.3% (de 23ha para 24ha), respectivamente. No caso do Seixal a variação positiva justifica-se pelo acentuado crescimento da superfície de vinha (366,7%) e de Olival (1800%).

O Município de Alcochete apresenta um crescimento da superfície de culturas permanentes de 559%, entre 1999 e 2009, de 39ha para 257ha, justificado apenas pela variação da superfície de frutos de casca rija que passam a 250ha, que mais do que compensa a descida registada na vinha (-91,3%), no Olival (-100%) e nos citrinos (-71,4%) variações negativas que no seu conjunto representam uma quebra de 32ha numa superfície de total de culturas permanentes que era de 39ha em 1999.

No mesmo período, entre 1999 e 2009, os municípios de Palmela e Montijo são aqueles em que a superfície de culturas permanentes é mais representativa, 52% e 11,65% do total da superfície de culturas permanentes da AML, respetivamente. Aqui encontramos um ligeiro crescimento de 0,7% em Palmela e de 9,6% no Montijo, invertendo a tendência que se registava entre 1989 e 1999 em que esta superfície sofreu uma forte contração de -24% em Palmela e -42% No Montijo.

Em ambos os casos é o crescimento da superfície de frutos de casca rija, que cresce entre 1999 e 2009 de 8ha para 519ha em Palmela e de 0ha para 570ha no Montijo, que determina o crescimento da superfície de culturas permanentes.

A vinha que é a cultura mais representativa em ambos os municípios, correspondendo, em 2009, a cerca de 85% do total de superfície com culturas permanentes de Palmela e 52% no município do Montijo, sofre uma quebra de -3% e -18% respetivamente.

No total da AML, a vinha evidencia uma diminuição da importância relativa na superfície de culturas permanentes de 72% em 1999 para 69% em 2009, invertendo a tendência do período anterior em que a sua importância relativa havia aumentado de 64,9% do total em 1989 para 72% em 1999.

Esta alteração da importância relativa explica-se pelo aumento significativo da superfície de frutos de casca rija que contraria a tendência mais geral de contração da superfície das diferentes culturas permanentes.

Por outro lado a análise aponta também para o facto de serem os municípios de menor dimensão e mais urbanizados aqueles em que existe um aumento da superfície de culturas permanentes nomeadamente Olival e Vinha contrariando as tendências gerais nos municípios da AML.

Quadro 5 – Superfície das culturas permanentes (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002) e tipo (culturas permanentes); INE Recenseamento Agrícola Séries Históricas

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Variação da Superfície das culturas permanentes (ha) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo (culturas permanentes); Decenal																							
	Total			Frutos frescos (excepto citrinos)			Citrinos			Frutos sub-tropicais			Frutos de casca rija			Olival			Vinha			Outras culturas permanentes		
	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR
	ha		%	ha		%	ha		%	ha		%	ha		%	ha		%	ha		%	ha		%
Continente	686221	705232	-2,7	39746	52342	-24,1	16389	22428	-26,9	1764	1197	47,4	114980	80281	43,2	335841	335028	0,2	175773	211821	-17,0	1728	2135	-19,1
Lisboa	14060	14732	-4,6	1270	2151	-41,0	632	1064	-40,6	1	2	-50,0	1695	139	1119,4	627	624	0,5	9741	10715	-9,1	92	37	148,6
Grande Lisboa	3518	4486	-21,6	905	1358	-33,4	252	302	-16,6	1	2	-50,0	129	105	22,9	273	250	9,2	1939	2462	-21,2	20	7	185,7
Amadora	9	3	200,0	-	-	-	-	-	-	-	-	9	0	-	-	-	-	-
Cascais	80	22	263,6	1	6	-83,3	16	9	77,8	0	3	-	-	45	17	7	142,9	-	-	-
Lisboa	15			1	-	-	1	-	-	-	-	-	0	-	-	1	-	-	4	-	-	8	-	-
Loures	466	583	-20,1	13	21	-38,1	5	16	-68,8	0	0	0,0	4	34	-88,2	146	130	12,3	296	382	-22,5	2
Mafra	2209	2415	-8,5	748	952	-21,4	195	203	-3,9		0		60	44	36,4	15	7	114,3	1191	1209	-1,5	-
Odivelas	17	21	-19,0	2	6	-66,7	2	3	-33,3		1	8	8	0,0	5	-	-	-
Oeiras	34	38	-10,5	4	16	-75,0	2	2	0,0		-	-	0	-	-	6	2	200,0	22	18	22,2	-	-	-
Sintra	243	480	-49,4	79	173	-54,3	15	41	-63,4	1	1	0,0	26	11	136,4	13	32	-59,4	99	217	-54,4	10	6	66,7
Vila Franca de Xira	445	923	-51,8	58	183	-68,3	17	27	-37,0	0	0	0,0	34	17	100,0	31	69	-55,1	306	626	-51,1	0	-	-
Península de Setúbal	10542	10247	2,9	366	793	-53,8	380	762	-50,1	1	1	0,0	1566	33	4645,5	354	374	-5,3	7803	8253	-5,5	72	30	140,0
Alcochete	257	39	559,0	1	1	0,0	4	14	-71,4				250	0	1	-100,0	2	23	-91,3	-	-	-
Almada	20	46	-56,5	7	6	16,7	1	6	-83,3	0			0	2	-100,0	8	9	-11,1	4	22	-81,8	0	-	-
Barreiro	24	23	4,3	0	8	-100,0	2	13	-84,6				-	18	4	2	100,0	-	-	-
Moita	29	70	-58,6	7	14	-50,0	16	38	-57,9	0			0	1	8	-87,5	4	10	-60,0	-	-	-
Montijo	1638	1494	9,6	34	183	-81,4	46	174	-73,6	0			570	0		94	84	11,9	866	1051	-17,6	26
Palmela	7317	7268	0,7	214	400	-46,5	214	275	-22,2	0	0	0,0	519	8	6387,5	88	131	-32,8	6238	6425	-2,9	43	29	48,3
Seixal	41	31	32,3	3	11	-72,7	4	15	-73,3				0	1	-100,0	19	1	1800,0	14	3	366,7	-	-	-
Sesimbra	238	182	30,8	43	66	-34,8	14	21	-33,3	0			108	4	2600,0	8	8	0,0	63	83	-24,1	3	-	-
Setúbal	979	1094	-10,5	57	104	-45,2	78	207	-62,3	0			118	18	555,6	118	132	-10,6	608	633	-3,9	0	-	-

Quadro 6 – Superfície das culturas permanentes (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002), tipo (culturas permanentes) entre 1999 e 2009. INE Recenseamento Agrícola Séries Históricas

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Período de referência dos dados														
	2009														
	Total 2009	Frutos frescos (excepto citrinos)		Citrinos		Frutos sub- tropicais		Frutos de casca rija		Olival		Vinha		Outras culturas permanentes	
	ha	ha	%Total	ha	%Total	ha	%Total	ha	%Total	ha	%Total	ha	%Total	ha	%Total
Continente	686221	39746	5,8	16389	2,4	1764	0,3	114980	16,8	335841	48,9	175773	25,6	1728	0,3
Lisboa	14060	1270	9,0	632	4,5	1	0,0	1695	12,1	627	4,5	9741	69,3	92	0,7
Grande Lisboa	3518	905	25,7	252	7,2	1	0,0	129	3,7	273	7,8	1939	55,1	20	0,6
Amadora	9	-		-	-	-	-	-	-	9	100,0	0	0,0	-	-
Cascais	80	1	1,3	16	20,0	0	0,0	3	3,8	45	56,3	17	21,3	-	-
Lisboa	15	1	6,7	1	6,7	-	-	0	0,0	1	6,7	4	26,7	8	53,3
Loures	466	13	2,8	5	1,1	0	0,0	4	0,9	146	31,3	296	63,5	2	0,4
Mafra	2209	748	33,9	195	8,8			60	2,7	15	0,7	1191	53,9	-	-
Odivelas	17	2	11,8	2	11,8			1	5,9	8	47,1	5	29,4	-	-
Oeiras	34	4	11,8	2	5,9			0	0,0	6	17,6	22	64,7	-	-
Sintra	243	79	32,5	15	6,2	1	0,4	26	10,7	13	5,3	99	40,7	10	4,1
Vila Franca de Xira	445	58	13,0	17	3,8	0	0,0	34	7,6	31	7,0	306	68,8	0	0,0
Península de Setúbal	10542	366	3,5	380	3,6	1	0,0	1566	14,9	354	3,4	7803	74,0	72	0,7
Alcochete	257	1	0,4	4	1,6			250	97,3	0	0,0	2	0,8	-	-
Almada	20	7	35,0	1	5,0	0	0,0	0	0,0	8	40,0	4	20,0	0	0,0
Barreiro	24	0	0,0	2	8,3			-	-	18	75,0	4	16,7	-	-
Moita	29	7	24,1	16	55,2	0	0,0	0	0,0	1	3,4	4	13,8	-	-
Montijo	1638	34	2,1	46	2,8	0	0,0	570	34,8	94	5,7	866	52,9	26	1,6
Palmela	7317	214	2,9	214	2,9	0	0,0	519	7,1	88	1,2	6238	85,3	43	0,6
Seixal	41	3	7,3	4	9,8			0	0,0	19	46,3	14	34,1	-	-
Sesimbra	238	43	18,1	14	5,9	0	0,0	108	45,4	8	3,4	63	26,5	3	1,3
Setúbal	979	57	5,8	78	8,0	0	0,0	118	12,1	118	12,1	608	62,1	0	0,0

➤ Superfície de culturas temporárias por município da AML

Os dados do recenseamento de 2009 (Quadros 7 a 9) permitem concluir que as culturas forrageiras, com 36,7% do total, são a cultura temporária com maior peso na superfície de culturas temporárias da AML, ficando no entanto abaixo da média do Continente de 47,9%, tanto na grande Lisboa com um valor de 33,2% como na Península de Setúbal com 42,4%. No entanto, em alguns municípios as culturas forrageiras assumem um peso muito significativo em termos de superfície. Em Oeiras representam 100% da área de culturas temporárias, no Seixal 96%, 73,2% na Moita, 95,5% em Odivelas e 80% em Cascais. Os valores mais baixos surgem nos municípios de Alcochete com 7,4%, Lisboa, com 9,4% e Almada com 15,3%.

Em segundo lugar surgem as culturas de cereais para grão com um peso de 31,8% ligeiramente abaixo da média do Continente, 37,4%, o que se deve ao baixo valor registado na Península de Setúbal de 23,1%, uma vez que na Grande Lisboa o valor é de 37,2% próximo da média do Continente.

As culturas hortícolas surgem em terceiro lugar em termos de ocupação da superfície de culturas temporárias na AML, com 21,2% da superfície total. No entanto, como podemos ver pelo quadro, este valor é bastante superior à média do Continente de 5% do total de superfície de culturas temporárias dedicado a culturas hortícolas. É o que se verifica na generalidade dos municípios da AML excepto no Seixal com apenas 1,6% da superfície e em Odivelas com 3,8%. Em todos os outros municípios o peso das culturas hortícolas na superfície de culturas temporárias é superior à média nacional e atinge valores máximos nos municípios de Lisboa com 78,1%, Almada com 62,9% e em Alcochete com 42%. Nestes três municípios a cultura de hortícolas é a mais relevante em termos de ocupação da superfície de culturas temporárias. Com o segundo lugar em termos de peso relativo surgem os municípios de Loures com um valor de 40% do total e Vila Franca de Xira com 23,7%.

A cultura de flores e plantas ornamentais tem maior peso na superfície de culturas temporárias da AML (0,8%) do que na média do Continente (0,2%) o que está relacionado com o peso de 9% da superfície que representa em Alcochete, 4,2% em Setúbal e 3,3% no Montijo.

Numa perspetiva mais geral podemos verificar que há essencialmente 3 tipos de culturas temporárias com maior relevância na AML: Os Cereais para grão, as Culturas Forrageiras e as Culturas Hortícolas, que apresentam valores relativamente mais significativos em quase todos os municípios da AML.

A Cultura de Batata e os Prados temporários têm também algum significado na AML e algumas culturas sem grande expressão no conjunto da AML assumem algum peso em determinados municípios. É o caso das Flores e plantas ornamentais com um peso significativo em Alcochete (9%) mas em que a maior área de produção se encontra no Montijo.

Como se pode observar, o concelho que se destaca com a maior superfície de culturas temporárias é o de Vila Franca de Xira, seguido pelos concelhos de Palmela e Mafra. Os concelhos com menor superfície são o de Lisboa e Oeiras.

Quadro 7 – Superfície das culturas temporárias (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002) e tipo (culturas temporárias); (RGA, 2009)

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Total 2009	Tipo (culturas temporárias)																	
		Cereais para grão		Leguminosas secas para grão		Prados temporários		Culturas forrageiras		Batata		Culturas industriais		Culturas hortícolas		Flores e plantas ornamentais		Outras culturas temporárias	
		ha	%total	ha	%total	ha	%total	ha	%total	ha	%total	ha	%total	ha	%total	ha	%total	ha	%total
Continente	923537	345556	37,4	13152	1,4	31652	3,4	442320	47,9	17331	1,9	24764	2,7	46367	5,0	1525	0,2	870	0,1
Lisboa	34888	11082	31,8	261	0,7	1414	4,1	12812	36,7	1388	4,0	217	0,6	7402	21,2	285	0,8	27	0,1
Grande Lisboa	21471	7977	37,2	213	1,0	721	3,4	7119	33,2	263	1,2	183	0,9	4969	23,1	18	0,1	8	0,0
Amadora						-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-		
Cascais	90	5	5,6			2	2,2	72	80,0	-	-	-	-	11	12,2	0	0,0	0	0,0
Lisboa	32	1	3,1			3	9,4	3	9,4	-	-	-	-	25	78,1	0	0,0		
Loures	2278	267	11,7	12	0,5	43	1,9	1021	44,8	3	0,1	18	0,8	912	40,0	3	0,1		
Mafra	5327	1763	33,1	85	1,6	218	4,1	2166	40,7	166	3,1	20	0,4	896	16,8	6	0,1	7	0,1
Odivelas	132	1	0,8	0	0,0	-	-	126	95,5	0	0,0	-	-	5	3,8	0	0,0	0	0,0
Oeiras	45					-	-	45	100,0	-	-	-	-	-	-	-	-		
Sintra	3224	878	27,2	11	0,3	245	7,6	1334	41,4	72	2,2	2	0,1	672	20,8	9	0,3	1	0,0
Vila Franca de Xira	10343	5063	49,0	104	1,0	211	2,0	2352	22,7	22	0,2	143	1,4	2448	23,7	-	-		
Península de Setúbal	13417	3104	23,1	48	0,4	693	5,2	5693	42,4	1125	8,4	34	0,3	2434	18,1	267	2,0	19	0,1
Alcochete	1131	223	19,7	13	1,1	145	12,8	84	7,4	89	7,9	-	-	475	42,0	102	9,0	1	0,1
Almada	321	54	16,8	10	3,1	1	0,3	49	15,3	4	1,2	-	-	202	62,9	-	-	2	0,6
Barreiro	68	9	13,2	0	0,0	4	5,9	40	58,8	5	7,4	-	-	10	14,7	-	-		
Moita	557	28	5,0	0	0,0	7	1,3	408	73,2	36	6,5	-	-	78	14,0	-	-	0	0,0
Montijo	3495	1223	35,0	5	0,1	34	1,0	854	24,4	567	16,2	33	0,9	647	18,5	115	3,3	16	0,5
Palmela	6757	1491	22,1	18	0,3	299	4,4	3627	53,7	413	6,1	-	-	877	13,0	31	0,5	0	0,0
Seixal	61			0	0,0		0,0	59	96,7	-	-	0	0,0	1	1,6	1	1,6		
Sesimbra	576	33	5,7	2	0,3	161	28,0	312	54,2	1	0,2	1	0,2	66	11,5	-	-		
Setúbal	452	44	9,7	0	0,0	42	9,3	257	56,9	10	2,2	0	0,0	80	17,7	19	4,2	0	0,0

Relativamente ao tipo de culturas temporárias com maior expressão nos vários concelhos são as culturas forrageiras. O concelho com maior superfície destas culturas é o de Palmela (3627 ha) e o com menor superfície é o Lisboa (3 ha).

Outro tipo de cultura temporária com bastante expressão é a produção de cereais para grão, sendo que o concelho onde esta predomina é Vila Franca de Xira (5063ha). Por sua vez os concelhos onde a superfície ocupada por esta cultura é mínima são os de Lisboa e Odivelas (1 ha).

As culturas temporárias que se seguem são as culturas hortícolas, os prados temporários e a de batata. Por sua vez, as culturas que ocupam menos superfície na AML são as leguminosas secas para grão, as culturas industriais e as flores e plantas ornamentais. As outras culturas temporárias são as que menor superfície ocupam nos concelhos da AML.

Quadro 8 – Superfície das culturas temporárias (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002) e tipo (culturas temporárias) (parte I) (RGA, 1999-2009)

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Total 2009	Tipo (culturas temporárias)														
		Cereais para grão			Leguminosas secas para grão			Prados temporários			Culturas forrageiras			Batata		
		2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR
Continente	923537	345556	601003	-42,5	13152	25246	-47,9	31652	37246	-15,0	442320	528049	-16,2	17331	47313	-63,4
Lisboa	34888	11082	11765	-5,8	261	293	-10,9	1414	1249	13,2	12812	17182	-25,4	1388	1913	-27,4
Grande Lisboa	21471	7977	7115	12,1	213	217	-1,8	721	571	26,3	7119	9454	-24,7	263	546	-51,8
Amadora				-			-	-	...	-	-	50	-	-
Cascais	90	5	48	-89,6			-	2	...	-	72	168	-57,1	-
Lisboa	32	1		-			-	3	-	-	3	-	-	-	-	-
Loures	2278	267	346	-22,8	12	7	71,4	43	147	-70,7	1021	1449	-29,5	3	40	-92,5
Mafra	5327	1763	1361	29,5	85	119	-28,6	218	83	162,7	2166	3212	-32,6	166	350	-52,6
Odivelas	132	1	34	-97,1	0		-	-	62	-	126	43	193,0	0
Oeiras	45		232	-			-	-	-	-	45	366	-87,7	-	-	-
Sintra	3224	878	1304	-32,7	11	61	-82,0	245	128	91,4	1334	2558	-47,8	72	100	-28,0
Vila Franca de Xira	10343	5063	3790	33,6	104	19	447,4	211	147	43,5	2352	1609	46,2	22	47	-53,2
Península de Setúbal	13417	3104	4650	-33,2	48	77	-37,7	693	678	2,2	5693	7728	-26,3	1125	1366	-17,6
Alcochete	1131	223	210	6,2	13	3	333,3	145	...	-	84	518	-83,8	89	229	-61,1
Almada	321	54	103	-47,6	10		-	1	-	-	49	109	-55,0	4	8	-50,0
Barreiro	68	9	3	200,0	0		-	4	-	-	40	68	-41,2	5	1	400,0
Moita	557	28	263	-89,4	0	1	-100,0	7	11	-36,4	408	1105	-63,1	36	63	-42,9
Montijo	3495	1223	1553	-21,2	5	44	-88,6	34	119	-71,4	854	1845	-53,7	567	645	-12,1
Palmela	6757	1491	2265	-34,2	18	20	-10,0	299	392	-23,7	3627	2247	61,4	413	383	7,8
Seixal	61		5	-	0		-		59	168	-64,9	-	1	-
Sesimbra	576	33	119	-72,3	2	7	-71,4	161	42	283,3	312	414	-24,6	1	5	-80,0
Setúbal	452	44	128	-65,6	0		-	42	107	-60,7	257	1253	-79,5	10	30	-66,7

Quadro 9 – Superfície das culturas temporárias (ha) por localização geográfica (NUTS – 2002) e tipo (culturas temporárias) (Parte II) (RGA, 1999-2009)

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Total 2009	Tipo (culturas temporárias)														
		Beterraba sacarina			Culturas industriais			Culturas hortícolas			Flores e plantas ornamentais			Outras culturas temporárias		
		2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR	2009	1999	VAR
Continente	923537	-	7551	-	24764	74400	-66,7	46367	49708	-6,7	1525	1010	51,0	870	6889	-87,4
Lisboa	34888	-	534	-	217	754	-71,2	7402	8341	-11,3	285	241	18,3	27	82	-67,1
Grande Lisboa	21471	-	456	-	183	503	-63,6	4969	3778	31,5	18	48	-62,5	8	54	-85,2
Amadora		-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	-	-			-
Cascais	90	-	-	-	-	...	-	11	10	10,0	0	1	-100,0	0		-
Lisboa	32	-	-	-	-	-	-	25	-	-	0	-	-			-
Loures	2278	-	-	-	18	16	12,5	912	998	-8,6	3	10	-70,0		5	-
Mafra	5327	-	...	-	20	1	1900,0	896	843	6,3	6	6	0,0	7	1	600,0
Odivelas	132	-	-	-	-	5	23	-78,3	0	1	-100,0	0		-
Oeiras	45	-	-	-	-	-	-	-	20	-	-	-	-			-
Sintra	3224	-	-	-	2	69	-97,1	672	1081	-37,8	9	25	-64,0	1	39	-97,4
Vila Franca de Xira	10343	-	456	-	143	414	-65,5	2448	801	205,6	-	4	-		9	-
Península de Setúbal	13417	-	78	-	34	251	-86,5	2434	4564	-46,7	267	193	38,3	19	28	-32,1
Alcochete	1131	-	-	-	-	475	505	-5,9	102	87	17,2	1	...	-
Almada	321	-	-	-	-	-	-	202	228	-11,4	-	-	-	2	...	-
Barreiro	68	-	-	-	-	-	-	10	30	-66,7	-	1	-			-
Moita	557	-	-	-	-	-	-	78	201	-61,2	-	0	-	0		-
Montijo	3495	-	...	-	33	108	-69,4	647	1270	-49,1	115	96	19,8	16	20	-20,0
Palmela	6757	-	...	-	-	133	-	877	1964	-55,3	31	8	287,5	0	5	-100,0
Seixal	61	-	-	-	0	-	-	1	14	-92,9	1	-
Sesimbra	576	-	-	-	1	66	202	-67,3	-	-	-		...	-
Setúbal	452	-	-	-	0	-	-	80	149	-46,3	19	1	1800,0	0	...	-

A análise dos dados permite verificar que embora exista uma tendência a nível nacional para a diminuição da superfície de culturas temporárias em todos os tipos de culturas, na AML não é na maioria das vezes tão acentuada podendo mesmo contrariar a tendência do resto do país.

É possível identificar várias situações. A primeira em que a diminuição da superfície de cada tipo de cultura é menos acentuada do que no resto do país. A diminuição da superfície de cereais para grão regista uma diminuição de apenas 5,8% enquanto no Continente o decréscimo é de 42,5%. No caso das leguminosas secas para grão temos uma redução de 10,9% na AML e de 47,9% no Continente. O mesmo se verifica com a superfície de cultura de batata que cai 27,4% na AML ao passo que no Continente a queda é de 63,4%.

Num segundo grupo, podemos identificar culturas em que a tendência é idêntica à do Continente mas mais acentuada. É o caso da superfície de hortícolas, com uma diminuição de 6,7% no Continente e de 11,3% na AML, das culturas industriais com uma redução de 77% na AML, ao passo que no Continente a redução, embora acentuada é de 66,7%, e também das culturas forrageiras com um decréscimo de 25,4% na AML e apenas 16,2% no Continente.

No caso da superfície de cultivo de Flores e Plantas Ornamentais, verificamos que existe um crescimento de 18,3% que é no entanto bastante inferior ao acréscimo de 51% verificado no Continente.

Os Prados temporários, com um crescimento de 13,2% na AML, registam uma tendência inversa no Continente onde a superfície se reduz em 15%.

Numa análise mais desagregada, ao nível do município, podemos encontrar algumas peculiaridades. É o caso do Município de Vila Franca de Xira que regista um crescimento significativo da superfície de culturas temporárias para quase todos os tipos de culturas.

De 1999 para 2009, a superfície de produção de cereais para grão cresce 33,6%, a de leguminosas secas para grão cresce 447% e a superfície de culturas hortícolas cresce cerca de 205,6%, o que poderá estar relacionado com a produção pecuária. Apenas a superfície de cultura de batata e de culturas industriais apresentam tendências negativas com uma diminuição de 53,25 e 65,5% respetivamente.

No município de Sintra apenas se regista o crescimento da superfície de prados temporários que quase duplica crescendo cerca de 91%.

No município de Mafra há um crescimento da superfície de prados temporários em 162,7%, dos cereais para grão em 29,5%, das culturas industriais que cresce de 1ha para 20ha e das culturas hortícolas cuja superfície aumenta 6,3%.

A Península de Setúbal apresenta um crescimento significativo (38,3%) da superfície de cultura de Flores e Plantas Ornamentais com um crescimento de 17,2% em Almada, 19,8% no Montijo e 287,5% em Palmela.

3.2.4 Efetivo animal

A produção pecuária na AML análise será feita através do efetivo animal por espécie. O quadro 10 apresenta os dados relativos ao efetivo de gado bovino por município da AML, nos três momentos censitários, 1989, 1999 e 2009, e ainda o peso que cada município tem na AML e a variação do efetivo ao longo dos dois períodos, entre 1989 e 1999, e entre 1999 e 2009.

Quadro 10 – Evolução do efetivo de gado bovino na AML nos períodos 1989, 1999 e 2009

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Bovinos							
	2009			1999			1989	
	N.º	%	VAR 99-09	N.º	%	VAR 89-99	N.º	%
Continente	1177019	AML/CONT =3,7%	0,4	1172437	AML/CONT =4,4%	-2,0	1196077	AML/CONT =4,9%
Lisboa	43460	%AML	-15,2	51254	%AML	-12,1	58339	%AML
Grande Lisboa	17117	39,4	-22,8	22172	43,3	-30,1	31729	54,4
Amadora	0	0,0	-100,0	241	0,5	-31,9	354	0,6
Cascais	28	0,1	-52,5	59	0,1	-94,0	979	1,7
Lisboa	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0
Loures	2340	5,4	-15,8	2778	5,4	-52,9	5896	10,1
Mafra	8806	20,3	-19,2	10900	21,3	-18,3	13343	22,9
Odivelas	142	0,3	-79,9	708	1,4	#DIV/0!	0	0,0
Oeiras	0	0,0	-100,0	179	0,3	-53,5	385	0,7
Sintra	1730	4,0	-48,3	3345	6,5	-39,8	5561	9,5
Vila Franca de Xira	4071	9,4	2,8	3962	7,7	-24,0	5211	8,9
Península de Setúbal	26343	60,6	-9,4	29082	56,7	9,3	26610	45,6
Alcochete	1329	3,1	-12,3	1515	3,0	35,6	1117	1,9
Almada	187	0,4	-47,3	355	0,7	-70,6	1209	2,1
Barreiro	193	0,4	-32,3	285	0,6	-73,8	1088	1,9
Moita	2241	5,2	-74,1	8641	16,9	69,1	5110	8,8
Montijo	6181	14,2	12,4	5501	10,7	18,6	4638	8,0
Palmela	15366	35,4	50,4	10216	19,9	10,4	9255	15,9
Seixal	68	0,2	-80,6	350	0,7	-38,6	570	1,0
Sesimbra	211	0,5	-71,3	736	1,4	-44,5	1327	2,3
Setúbal	567	1,3	-61,8	1483	2,9	-35,4	2296	3,9

Como podemos verificar, o efetivo de gado bovino da AML apresenta uma diminuição relevante ao longo dos três momentos censitários. Entre 1989 e 1999 o efetivo cai -12,1% e entre 1999 e 2009 cai -15,2%. No entanto, e apesar deste decréscimo, o efetivo bovino da AML representa em 2009 3,7% do gado bovino do Continente nacional, apesar de registar uma quebra do peso relativo de 4,9% em 1989 para 4,4% em 1999 e 3,7% em 2009 como vimos anteriormente.

Em termos da importância relativa de cada uma das NUTs III da AML verifica-se uma inversão na sua posição relativa, a partir de 1999. A Grande Lisboa detinha 54,4% do total do efetivo bovino da AML em 1989, perdendo importância relativa desde então, a favor da Península de Setúbal. Em 1999 a Grande Lisboa detém apenas 43,3% do efetivo bovino da AML e em 2009 o valor passa para 39,4%.

Analisando cada uma das NUTs III podemos verificar que as tendências não são coincidentes.

Enquanto a Grande Lisboa vê o efetivo bovino diminuir em cerca de 30% entre 1989 e 1999, e 22,8% entre 1999 e 2009, na Península de Setúbal verifica-se um crescimento de 9,7% ao longo do primeiro período, invertendo-se esta tendência entre 1999 e 2009, voltando a cair 9,4%, para um valor inferior ao de 1989.

Ao nível municipal, em cada uma das NUTs III, encontramos também tendências díspares, no entanto um tanto ou quanto esperadas dadas as características de cada uma.

Assim nos municípios da Grande Lisboa, o efetivo de bovinos não representa, em geral, um peso significativo no total de efetivos da AML excepto no município de Mafra. Com 8806 cabeças de

gado bovino, o município detém cerca de 20% do efectivo da AML, mas a tendência é para que, não apenas o efectivo mas também o seu peso relativo na AML, diminuam. De facto constata-se uma forte contracção do efectivo desta espécie de -18,3% entre 1989 e 1999 e de 19,2% entre 1999 e 2009.

Vila Franca de Xira é o único município da Grande Lisboa que no RGA de 2009 contraria a tendência geral verificada na NUT, registando uma taxa de crescimento do efetivo bovino de 2,8% entre 1999 e 2009 o que representa uma inversão da tendência registada entre 1989 e 1999 em que há uma diminuição de -24% do efetivo bovino. Em 2009 Vila Franca de Xira passa para o 4º lugar com 4071 cabeças de bovinos e um peso relativo na AML de 9,4%.

A redução do peso relativo de Mafra no total de efetivos bovinos da AML faz com que em 2009 Palmela, na Península de Setúbal passe a ser o Município mais representativo no efectivo bovino com um total de 15366 cabeças.

Com efeito, Montijo e Palmela, na Península de Setúbal, representam respectivamente 35,4% e 14,2% do efetivo de bovinos da AML em 2009 e são os únicos municípios que apresentam um crescimento constante ao longo dos períodos analisados, Entre 1989 e 1999 tiveram um crescimento de 18,6% e 10,4% respectivamente, reforçando assim a sua posição relativa no efetivo total de bovinos da AML. Montijo e Palmela passam de cerca de 8% e 15,9% respectivamente, em 1989 para 10,7 e 19,9% do efectivo da AML em 1999 respectivamente. Entre 1999 e 2009 a tendência de crescimento acentua-se em ambos os municípios embora de maneira bastante mais notória em Palmela cujo efetivo cresce 50,4% ao passo que no Montijo cresce cerca de 12,4%.

Para além destes municípios, Moita e Loures apresentam ainda algum peso relativo no total de efetivos bovinos da AML com cerca de 5% cada um. Ambos os municípios apresentam tendências decrescentes em 2009 mas com comportamentos anteriores diversos. No município da Moita, após um crescimento de cerca de 69% entre 1989 e 1999, assistimos a uma inversão da tendência e entre 1999 e 2009 a um decréscimo do efectivo bovino de cerca de -74%.

Loures por seu lado tem, logo no primeiro período analisado, um decréscimo de cerca de 50% continuando depois a decrescer, entre 1999 e 2009, cerca de 15,8% evidenciando, portanto, uma desaceleração da tendência.

A representatividade da AML no Continente português no que respeita ao número de efetivos suínos é superior à que se verifica no caso do gado bovino tendo, no entanto, vindo a diminuir a sua importância ao longo dos dois períodos censitários analisados (Quadro 11). Com 298505 efetivos em 1989 a AML detém 12,5% do efetivo total de suínos do Continente iniciando um processo de diminuição a partir daí. Entre 1989 e 1999 assistimos a uma quebra de 13,5% do efetivo para uma posição relativa de 11,1% do total de efetivos do Continente e entre 1999 e 2009 a tendência acentua-se de forma clara com uma diminuição de -43,9% do efetivo passando a representar apenas 7,8% dos efetivos de suínos do continente.

Quadro 11 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: suínos

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Suínos							
	2009			1999			1989	
	N.º	%	VAR 99-09	N.º	%	VAR 89-99	N.º	%
Continente	1854306	AML/CONT =7,8%	-20,5	233286 4	AML/CONT =11,1%	-2,0	2380233	AML/CONT =12,5%
Lisboa	144882	%AML	-43,9	258186	%AML	-13,5	298505	%AML
Grande Lisboa	7045	4,9	-84,9	46804	18,1	-42,4	81256	27,2
Amadora	0	0,0	-100,0	16	0,0	-81,4	86	0,0
Cascais	2	0,0	-99,2	246	0,1	-67,6	759	0,3
Lisboa	2	0,0	#DIV/0!	0	0,0	#DIV/0!	0	0,0
Loures	110	0,1	-72,9	406	0,2	-96,9	13078	4,4
Mafra	6614	4,6	-80,7	34188	13,2	-15,1	40250	13,5
Odivelas	44	0,0	-25,4	59	0,0	#DIV/0!	0	0,0
Oeiras	0	0,0	-100,0	113	0,0	-90,1	1136	0,4
Sintra	247	0,2	-97,5	10017	3,9	-54,4	21945	7,4
Vila Franca de Xira	26	0,0	-98,5	1759	0,7	-56,0	4002	1,3
Península de Setúbal	137837	95,1	-34,8	211382	81,9	-2,7	217249	72,8
Alcochete	4633	3,2	-73,8	17669	6,8	-26,0	23861	8,0
Almada	13	0,0	-94,8	249	0,1	-53,5	536	0,2
Barreiro	16	0,0	-70,4	54	0,0	-86,3	393	0,1
Moita	1881	1,3	-79,3	9094	3,5	21,2	7505	2,5
Montijo	98987	68,3	30,3	75960	29,4	2,1	74406	24,9
Palmela	32213	22,2	-66,7	96765	37,5	5,2	91960	30,8
Seixal	14	0,0	-99,9	9403	3,6	39,4	6744	2,3
Sesimbra	37	0,0	-89,5	351	0,1	-95,3	7464	2,5
Setúbal	43	0,0	-97,7	1837	0,7	-58,1	4380	1,5

A análise ao nível das NUTs III permite verificar que a península de Setúbal tem maior relevância no total da AML do que a Grande Lisboa em todos os momentos censitários representando 72,8% do efetivo de suínos da AML em 1989, 81,9% em 1999 e 95,1% em 2009.

Esta tendência para o aumento da importância relativa da Península de Setúbal de forma tão acentuada prende-se essencialmente com a existência de tendências opostas em alguns municípios de cada uma das NUTs. Embora se verifique um decréscimo do efetivo suíno em ambas as NUTs III analisadas, na Grande Lisboa o valor atinge 84,9% ao passo que na Península de Setúbal é comparativamente bastante inferior situando-se nos 34,8%.

A origem desta divergência pode encontrar-se na análise ao nível municipal. Assim podemos identificar uma diminuição do efetivo de suínos em todos os municípios da Grande Lisboa que chega mesmo a atingir, em 2009, os 100%, como no caso dos municípios de Oeiras e Amadora ou atingir valores muito próximos, acima dos 95% como Cascais, Sintra e Vila Franca de Xira.

Apenas o município de Odivelas regista em 2009 uma diminuição abaixo dos 50%, mas não podemos ignorar o facto de estarmos a falar de um efetivo de 44 cabeças.

Em 1989 podíamos identificar ainda alguma representatividade dos municípios de Mafra e Sintra que representavam respetivamente 13,5% e 7,4% do total de suínos da AML mas no entanto verifica-se um decréscimo expressivo de -15,1% e -54,4% respetivamente entre 1989 e 2009 passando a representar 13,2% e 3,9% dos efetivos da AML, respetivamente.

Entre 1999 e 2009 a tendência agrava-se nitidamente em ambos os municípios, com um decréscimo de -80,7% do efetivo em Mafra e de -97,5 em Sintra, que passam a representar apenas 4,6 % e 0,2% do efetivo de suínos da AML.

Na Península de Setúbal os resultados da análise não são tão contundentes embora se identifique uma tendência acentuadamente decrescente do número de efetivos com uma diminuição de -2,7% entre 1989 e 1999 e de -34,8% entre 1999 e 2009.

Ainda assim alguns municípios apresentam tendências contrastantes.

Entre 1989 e 1999 os municípios da Moita, Montijo, Palmela e Seixal apresentam taxas de crescimento do efetivo suíno positivas de 21,2%, 2,1%, 5,2% e 39,4% respetivamente.

Destes, destacam-se dois municípios, Montijo e Palmela, por terem simultaneamente uma representatividade relevante no efetivo da AML, 24,9% e 30,8% respetivamente, valores que se reforçam para 29,4% e 37,5%, respetivamente, em 1999.

Entre 1999 e 2009, apenas o Montijo mantém uma taxa de crescimento do efetivo suíno positiva, de 30,3%, com todos os restantes municípios a evidenciarem taxas fortemente negativas.

Em 2009, os municípios de Montijo (com 98987 cabeças de suínos) e Palmela (com 32213 cabeças) são de longe os municípios com maior representatividade no efetivo de suínos da AML, com 68,3% e 22,2% respetivamente. Segue-se Mafra com apenas 4,6% dos efetivos de suínos da AML em 2009.

Apesar de no Continente português se registar uma diminuição significativa do efetivo ovino, podemos verificar que a representatividade do efetivo de ovinos da AML em relação ao Continente é baixa e tende a decrescer (Quadro 12). Em 1989, a AML representava 4,1% do total de ovinos do Continente, valor que baixa para 3,1% em 1999 e para apenas 2,8% em 2009, com um total de 61464 cabeças.

Da mesma forma que no caso dos suínos verificamos que o efetivo de ovinos da Península de Setúbal é mais representativo no efetivo da AML do que o da Grande Lisboa, em todos os momentos censitários, com um peso de 53,4% em 1989, 57,3% em 1999 e 64,9% em 2009.

Este reforço da posição relativa da Península de Setúbal no efetivo de ovinos da AML não representa qualquer aumento do efetivo, mas antes uma diminuição menos acelerado do que a que se regista nos municípios da Grande Lisboa, essencialmente no primeiro período analisado.

Na realidade, entre 1989 e 1999 todos os municípios do AML veem o efetivo de ovinos diminuir acentuadamente o que resulta numa redução média de -24,8% na AML, continuando a verificar-se esta tendência entre 1999 e 2009. Apenas no município de Palmela se verifica uma inversão da tendência e um ligeiro acréscimo (2,6%) da produção de ovinos.

Em termos absolutos, com 19799 ovinos, este é o município com maior efetivo e também com maior representatividade no efetivo total de ovinos da AML, 32,2%.

Quadro 12 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: ovinos

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Ovinos							
	2009			1999			1989	
	N.º	%	VAR 99-09	N.º	%	VAR 89-99	N.º	%
Continente	2211173	AML/CONT =2,8%	-24,2	2917719	AML/CONT =3,1%	0,2	2912043	AML/CONT =4,1%
Lisboa	61464	%AML	-31,2	89400	%AML	-24,8	118962	%AML
Grande Lisboa	21602	35,1	-43,4	38161	42,7	-31,2	55491	46,6
Amadora	185	0,3	-77,2	813	0,9	-41,6	1392	1,2
Cascais	315	0,5	-80,2	1591	1,8	-58,2	3806	3,2
Lisboa	29	0,0	#DIV/0!	0	0,0	#DIV/0!	0	0,0
Loures	4483	7,3	-44,8	8115	9,1	-43,5	14371	12,1
Mafra	8210	13,4	-27,4	11316	12,7	-26,0	15287	12,9
Odivelas	1051	1,7	-29,1	1482	1,7	#DIV/0!	0	0,0
Oeiras	38	0,1	-94,8	729	0,8	-64,3	2044	1,7
Sintra	4235	6,9	-54,9	9380	10,5	-28,9	13197	11,1
Vila Franca de Xira	3056	5,0	-35,5	4735	5,3	-12,2	5394	4,5
Península de Setúbal	39862	64,9	-22,2	51239	57,3	-19,3	63471	53,4
Alcochete	766	1,2	-54,6	1687	1,9	-53,7	3643	3,1
Almada	1069	1,7	-24,7	1420	1,6	-23,3	1852	1,6
Barreiro	377	0,6	-38,2	610	0,7	-42,5	1061	0,9
Moita	1317	2,1	-38,9	2154	2,4	-37,4	3441	2,9
Montijo	9402	15,3	-30,3	13486	15,1	-0,6	13563	11,4
Palmela	19799	32,2	2,6	19289	21,6	-17,1	23281	19,6
Seixal	536	0,9	-53,7	1158	1,3	-54,3	2534	2,1
Sesimbra	1431	2,3	-60,0	3580	4,0	-30,2	5129	4,3
Setúbal	5165	8,4	-34,2	7855	8,8	-12,4	8967	7,5

Depois de Palmela surge o Montijo com 15,3% dos ovinos da AML e que reforçou bastante a sua posição em 1999 dado ter registado uma quebra de apenas 0,6%, comparativamente aos restantes municípios da AML com quebras na generalidade superiores a 20% e que chegam a atingir 64,3% em Oeiras ou 54,3% no Seixal.

Ainda assim a tendência para a diminuição do efetivo ovino agravou-se significativamente no Montijo entre 1999 e 2009 (-30,3%), mantendo-se no entanto ligeiramente abaixo da média da AML, pelo que o município reforça ligeiramente a sua posição passando de 15,1% em 1999 para 15,3% em 2009.

O Município de Mafra representa em 2009, 13,4% do efetivo total de ovinos da AML com uma tendência para diminuir registando uma taxa de -26% entre 1989 e 1999 e de -27,4% entre 1999 e 2009.

Em Setúbal o efetivo de ovinos representa em 2009 8,4% do total de ovinos da AML também com uma tendência decrescente com uma redução de -12,4% entre 1989 e 1999 e de -34,2% entre 1999 e 2009, mantendo no entanto praticamente inalterada a sua posição relativa no efetivo de ovinos da AML representando 7,5% em 1989, 8,8% em 1999 e 8,4% em 2009.

O efetivo de caprinos na AML é pouco significativo no efetivo do Continente, com um peso de 1,9% em 1989, 1,2% em 1999 e uma ligeira melhoria da posição relativa em 2009 para 2,2% do efetivo do Continente (Quadro 13).

Contrariamente ao que se verifica em Portugal continental, em que o efetivo cai -25,6% entre 1989 e 1999 e -21,8 % entre 1999 e 2009, a tendência na AML sofre uma inversão em 1999.

Entre 1989 e 1999 assistimos a um decréscimo de 54% do efetivo caprino da AML havendo no entanto uma recuperação de 39,9% entre 1999 e 2009.

Quadro 13 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: caprinos

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Caprinos							
	2009			1999			1989	
	N.º	%	VAR 99-09	N.º	%	VAR 89-99	N.º	%
Continente	405627	AML/CONT =2,2%	-21,8	519018	AML/CONT =1,2%	-25,6	697471	AML/CONT =1,9%
Lisboa	8764	%AML	39,9	6266	%AML	-52,8	13267	% AML
Grande Lisboa	3901	44,5	11,4	3503	55,9	-54,0	7610	57,4
Amadora	89	1,0	-71,1	308	4,9	-39,0	505	3,8
Cascais	154	1,8	4,1	148	2,4	-81,3	790	6,0
Lisboa	56	0,6	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0
Loures	984	11,2	78,6	551	8,8	-70,1	1842	13,9
Mafra	1227	14,0	220,4	383	6,1	-77,9	1734	13,1
Odivelas	81	0,9	-12,0	92	1,5	#DIV/0!	0	0,0
Oeiras	0	0,0	-100	103	1,6	-57,3	241	1,8
Sintra	922	10,5	-24,8	1226	19,6	-33,5	1843	13,9
Vila Franca de Xira	388	4,4	-43,9	692	11,0	5,6	655	4,9
Península de Setúbal	4863	55,5	76,0	2763	44,1	-51,2	5657	42,6
Alcochete	53	0,6	76,7	30	0,5	-16,7	36	0,3
Almada	363	4,1	134,2	155	2,5	-7,7	168	1,3
Barreiro	95	1,1	23,4	77	1,2	-58,2	184	1,4
Moita	316	3,6	105,2	154	2,5	-53,8	333	2,5
Montijo	319	3,6	45,0	220	3,5	-55,8	498	3,8
Palmela	1623	18,5	162,6	618	9,9	-67,5	1904	14,4
Seixal	273	3,1	22,4	223	3,6	-56,0	507	3,8
Sesimbra	601	6,9	-38,7	980	15,6	-24,0	1289	9,7
Setúbal	1220	13,9	298,7	306	4,9	-58,5	738	5,6

Neste caso, e contrariamente ao que se verifica no caso dos suínos e dos ovinos, a Grande Lisboa tem um peso relativo superior ao da Península de Setúbal nos dois primeiros momentos censitários com 57,4% (7610 cabeças) em 1989 e 55,9% (3503 cabeças) respetivamente. Em 2009, no entanto, a Península de Setúbal reforça significativamente a sua posição passando a deter 4863 cabeças, e representando 55,5% do efetivo de caprinos da AML.

Este facto, contrariamente ao que aconteceu no caso do efetivo de ovinos, deve-se essencialmente ao crescimento significativo do efetivo caprino em alguns municípios da NUT III da Península de Setúbal.

Se entre 1989 e 1999 assistimos a um recuo do efetivo de caprinos da AML em -52,8%, devido principalmente à diminuição verificada em todos os municípios excepto o de Vila Franca de Xira (onde cresce 5,6%), já entre 1999 e 2009 assistimos a uma total inversão da tendência na maioria dos municípios que passam a evidenciar uma evolução positiva do efetivo de caprinos,

incluindo o município de Lisboa que surge com 56 cabeças em 2009 e não tinha qualquer uma nos momentos censitários anteriores.

Entre 1999 e 2009 apenas 6 dos 18 municípios da AML verificam uma quebra do efetivo caprino, 5 deles na Grande Lisboa. É o caso dos municípios da Amadora, Odivelas, Oeiras, Sintra e Vila Franca de Xira com uma diminuição de -71,1%, -12%, -100%, -24,8% e -43,9% respetivamente. Em quatro destes municípios verifica-se o agravamento de uma tendência pré-existente. Amadora, Oeiras e Sintra registam uma diminuição do efetivo caprino entre 1989 e 1999 de -39%, -57,3% e -33,5% respetivamente. Vila Franca de Xira passa mesmo de um crescimento de 5,6% entre 1989 e 1999 para um decréscimo de -43,9% entre 1999 e 2009.

Esta tendência é contrariada nos restantes municípios da Grande Lisboa que assistem a um reforço significativo do efetivo de caprinos.

Loures e Mafra são decisivos para a tendência positiva que se verifica na Grande Lisboa entre 1999 e 2009. Com efeito, depois de um decréscimo de -70,1% e -77,9%, respetivamente, entre 1989 e 1999, assistem a uma inversão da tendência e a um crescimento muito significativo do efetivo caprino de 78,6% no primeiro caso e 220,4% no segundo caso.

Na Península de Setúbal, registamos uma flagrante inversão da tendência verificada em cada um dos períodos analisados.

Entre 1989 e 1999 regista-se uma diminuição acentuada do efetivo caprino em todos os municípios da Península de Setúbal, acima dos 50% no Barreiro, Moita, Montijo, Seixal e Setúbal, e acima dos 60% em Palmela.

Em Sesimbra regista-se 1 diminuição de -24% e em Alcochete e Almada de -16,7% e -7,7%, respetivamente.

Entre 1999 e 2009 a situação altera-se e apenas Sesimbra mantém a tendência negativa de -38,7%. Os restantes municípios assistem a um aumento do efetivo caprino, alguns de forma significativa.

No Seixal e Barreiro, o aumento é de 22,4% e 23,4% respetivamente, no Montijo o efetivo cresce 45% e em Alcochete cresce 76,7%.

Os restantes municípios assistem a um aumento exponencial do efetivo caprino.

Assim, Setúbal tem um crescimento de 298,7%, Palmela de 162,6%, Almada de 134,2% e Moita de 105,6%.

Destes municípios destacam-se os de Setúbal e Palmela que têm simultaneamente uma expressão significativa no efetivo caprino da AML com 13,9% e 18,5% respetivamente.

Na Grande Lisboa, os municípios com maior significado no efetivo caprino da AML, são os municípios de Mafra com 14% e o de Loures com 11,2%, seguidos de perto por Sintra que representa 10,5% do efetivo caprino da AML.

O efetivo equídeo do Continente português tem diminuído significativamente ao longo dos períodos censitários analisados, cerca de -35,7% entre 1989 e 1999 e -41,2% entre 1999 e 2009 (Quadro 14).

A tendência registada na AML é similar à do Continente mas ligeiramente menos acentuada (-13,2% entre 1989 e 1999 e -32,6% entre 1999 e 2009) o que contribui para que haja um reforço consistente do peso relativo do efetivo de equídeos da AML no efetivo equídeo do continente passando de 2,7% em 1989 para 3,6% em 1999 e 4,1% em 2009.

Quadro 14 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: equídeos

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Equídeos							
	2009			1999			1989	
	N.º	%	VAR 99-09	N.º	%	VAR 89-99	N.º	%
Continente	53243	AML/CONT =4,1%	-41,2	90544	AML/CONT =3,6%	-35,7	140862	AML/CONT =2,7%
Lisboa	2206	%AML	-32,6	3274	%AML	-13,2	3772	%AML
Grande Lisboa	938	42,5	-38,9	1536	46,9	-16,1	1831	48,5
Amadora	7	0,3	75,0	4	0,1	-83,3	24	0,6
Cascais	26	1,2	136,4	11	0,3	-71,1	38	1,0
Lisboa	6	0,3	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0
Loures	109	4,9	-42,0	188	5,7	-36,5	296	7,8
Mafra	242	11,0	-53,3	518	15,8	-36,2	812	21,5
Odivelas	86	3,9	437,5	16	0,5		0	0,0
Oeiras	10	0,5	-69,7	33	1,0	94,1	17	0,5
Sintra	162	7,3	-63,6	445	13,6	72,5	258	6,8
Vila Franca de Xira	290	13,1	-9,7	321	9,8	-16,8	386	10,2
Península de Setúbal	1268	57,5	-27,0	1738	53,1	-10,5	1941	51,5
Alcochete	131	5,9	18,0	111	3,4	-23,4	145	3,8
Almada	62	2,8	21,6	51	1,6	-22,7	66	1,7
Barreiro	5	0,2	-44,4	9	0,3	-75,7	37	1,0
Moita	133	6,0	10,8	120	3,7	-16,1	143	3,8
Montijo	232	10,5	16,6	199	6,1	-64,1	555	14,7
Palmela	420	19,0	-7,5	454	13,9	-17,2	548	14,5
Seixal	1	0,0	-97,0	33	1,0	-10,8	37	1,0
Sesimbra	52	2,4	-37,3	83	2,5	-61,0	213	5,6
Setúbal	232	10,5	-65,8	678	20,7	244,2	197	5,2

A análise ao nível das NUTs III permite verificar que tanto a Grande Lisboa como a Península de Setúbal evidenciam uma tendência negativa, mas menos acentuada nesta última, (-10,5% entre 1989 e 1999 e -27% entre 1999 e 2009), o que justifica o reforço da sua representatividade na AML, de 51,5% em 1989, 53,1% em 1999 e 57,5% em 2009.

A análise ao nível municipal permite identificar que no primeiro período analisado, entre 1989 e 1999, se regista uma tendência negativa em quase todos os municípios da AML, excepto em Oeiras e Sintra que vêem o efetivo equídeo crescer 94,1% e 72,5% respetivamente, e que entre 1999 e 2009 muitos municípios invertem a tendência registada anteriormente.

Na NUT III da Grande Lisboa os municípios com maior representatividade no efetivo de equídeos da AML são os de Vila Franca de Xira (13,1%), Mafra (11%) e Sintra (7,3%), mas apenas Vila Franca de Xira apresenta um reforço da sua posição relativa no efetivo da AML passando de 9,8% do efetivo equídeo em 1999 para 13,1% em 2009.

Mafra e Sintra, pelo contrário, apresentam tendências negativas com também perdem importância relativa no conjunto da AML.

Com um crescimento de 72,5% entre 1989 e 1999, Sintra inverte a tendência decrescendo -63,3% entre 1999 e 2009, e perde representatividade no efetivo da AML passando de 13,6% do efetivo equídeo em 1999 para 7,3% em 2009.

Em Mafra a tendência verificada é de diminuição acentuada do efetivo equídeo que cai -36,2% entre 1989 e 1999 e -53,3% entre 1999 e 2009, perdendo rapidamente importância relativa no

total do efetivo equídeo da AML baixando de 21,5% em 1989 para 15,8% em 1999 e 11% em 2009.

Na Península de Setúbal a situação é ligeiramente diferente da que se verifica na Grande Lisboa. Com uma tendência negativa em todos os seus municípios, entre 1989 e 1999, verificamos que na Península de Setúbal, a tendência para a diminuição do efetivo de equídeos (10,5%) não é tão acentuada como na AML (-13,2%) ou no Continente (-35,7%). A diferença ao nível das NUTs II e III mantém-se entre 1999 e 2009 com uma variação negativa na Península de Setúbal de -27%, na AML de -32,6% e no Continente de -41,2%, facto que contribui para o reforço da posição relativa da Península de Setúbal no efetivo equídeo da AML.

Ao nível municipal, podemos encontrar alguma variabilidade nas tendências encontradas.

Nas tendências encontradas. Os municípios com maior relevância no efetivo equídeo da AML em 2009 são os de Palmela (19%), Montijo e Setúbal (10,5%) e depois ainda com alguma relevância mas bastante inferior temos a Moita e Alcochete com 6% e 5,9%, respetivamente.

Estes municípios reforçaram o seu peso no efetivo da AML excepto o município de Palmela que vê diminuir o efetivo equídeo em 2009 (-7,5%). Os restantes municípios com maior relevância na AML apresentam aumentos do efetivo de equídeos.

O efetivo de equídeos do Montijo, Moita e Alcochete crescem 16,6%, 10,8% e 18% respectivamente, todos eles invertendo a tendência registada entre 1989 e 1999 (-64,1%, -16,1% e -23,4%, respetivamente)

Além destes, o município de Almada apresenta a taxa de crescimento do efetivo equídeo mais elevada da AML, 21,6%, entre 1999 e 2009. No entanto estamos perante um efetivo de apenas 62 cabeças, com um peso de 2,8% no efetivo total de equídeos da AML.

O efetivo de Aves da AML tem registado uma tendência negativa que se agravou significativamente ao longo dos períodos analisados (Quadro 15).

Partindo de uma situação em 1989 em que o efetivo de aves representa 6,2% do efetivo da NUT I Portugal continental, assistimos a uma redução progressiva, de -0,8% com uma redução do peso relativo para 4,5% do efetivo de aves do Continente, onde se regista um crescimento de 37,3% do efetivo de aves.

Entre 1999 e 2009 a tendência agrava-se significativamente e regista-se um decréscimo de -37,3% do efetivo de aves da AML, bastante mais gravosa do que a verificada na NUT I Portugal continental, -17%. Além disso, o peso relativo do efetivo de aves da AML reduz para 3,4% do efetivo de aves do Continente.

O peso relativo do efetivo de aves da Grande Lisboa no total da AML é bastante mais significativo do que o da Península de Setúbal, em todos os momentos censitários.

Assim, o efetivo de aves da Grande Lisboa representa em 1989, 82,6% do total da AML, aumentando para 89,1% em 1999 e para 95,9% em 2009.

Os municípios com maior representatividade são Mafra, com 62,6% do efetivo da AML, e Loures com 29,2% do total.

O município de Mafra apresenta uma tendência de diminuição do efetivo de aves 8-21,8% entre 1999 e 2009, mantendo no entanto a posição relativa no efetivo de aves da AML, aumentando o peso relativo de 45,3% em 1989 para 49,9% em 1999 e 62,2% em 2009.

Quadro 15 –Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: Aves

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Aves							
	2009			1999			1989	
	N.º	%	VAR 99-09	N.º	%	VAR 89-99	N.º	%
Continente	34369250	AML/CONT =3,4%	-17,0	41397586	AML/CONT =4,5%	37,3	30140943	AML/CONT =6,2%
Lisboa	1169152	%AML	-37,3	1864841	%AML	-0,8	1879657	% AML
Grande Lisboa	1121463	95,9	-32,5	1661110	89,1	7,0	1552432	82,6
Amadora	180	0,0	-15,5	213	0,0	-89,2	1970	0,1
Cascais	412	0,0	-99,9	289719	15,5	288,6	74556	4,0
Lisboa	0	0,0	0	0	0,0	0		#VALOR!
Loures	341428	29,2	25,1	272967	14,6	171,1	100694	5,4
Mafra	727313	62,2	-21,8	930163	49,9	9,3	851204	45,3
Odivelas	229	0,0	-87,1	1780	0,1	0		#VALOR!
Oeiras	27	0,0	-95,8	637	0,0	-54,6	1403	0,1
Sintra	46343	4,0	-51,5	95477	5,1	-58,6	230764	12,3
Vila Franca de Xira	5531	0,5	-92,1	70154	3,8	-76,0	291841	15,5
Península de Setúbal	47689	4,1	-76,6	203731	10,9	-37,7	327225	17,4
Alcochete	928	0,1	-67,3	2835	0,2	-28,8	3979	0,2
Almada	1325	0,1	-63,0	3582	0,2	-34,4	5461	0,3
Barreiro	666	0,1	-64,0	1850	0,1	-39,9	3079	0,2
Moita	5239	0,4	-36,6	8269	0,4	-52,7	17492	0,9
Montijo	3860	0,3	-94,8	74105	4,0	-18,3	90748	4,8
Palmela	21338	1,8	-71,4	74507	4,0	-38,9	121889	6,5
Seixal	235	0,0	-89,9	2321	0,1	-93,4	35123	1,9
Sesimbra	1161	0,1	-80,1	5847	0,3	-82,7	33850	1,8
Setúbal	12937	1,1	-57,5	30415	1,6	94,9	15604	0,8

O município de Loures mantém taxas de crescimento positivas, aumentando o peso relativo no efetivo de aves da AML de 5,4% em 1989 para 14,6% em 1999. Entre 1999 e 2009 verifica-se também uma taxa positiva embora mais baixa, 25,1% e o peso relativo no efetivo de aves da AML sobe para 29,2%.

O município de Cascais evidencia duas situações extremas. Entre 1989 e 1999 regista um crescimento de 288,6% atingindo um peso relativo no efetivo de aves da AML de 15,5%, para no período seguinte, entre 1999 e 2009 sofrer uma quebra de -99,9% para apenas 412 aves sem expressão no efetivo de aves da AML.

Na Península de Setúbal o efetivo de aves não atinge valores muito significativos no total da AML e todos os municípios registam tendências negativas ao longo dos períodos analisados, mais acentuadas entre 1999 e 2009, do que entre 1989 e 1999.

O município da Península de Setúbal, com maior efetivo de aves é Palmela com 21338 animais que no entanto representam apenas 1,8% do efetivo da AML, com tendência a diminuir. O efetivo de aves decresce -38,9% entre 1989 e 1999 e -71,4% entre 1999 e 2009, reduzindo simultaneamente o peso relativo na AML de 6,5% em 1989, para 4% em 1999 e 1,8% em 2009.

Com 1,1% do efetivo da AML, o município de Setúbal quase duplica o efetivo de aves crescendo 94,9% entre 1989 e 1999 invertendo no entanto a tendência entre 1999 e 2009 com uma acentuada quebra de -57,5%.

Todos os restantes municípios da Península de Setúbal têm uma representatividade no efetivo de aves da AML inferior a 0,5% e com tendência para continuar a cair.

O efetivo de coelhos apresenta tendências contraditórias ao longo dos períodos analisados com um forte crescimento entre 1989 e 1999, para no período seguinte, entre 1999 e 2009, sofrer uma forte contracção (Quadro 16).

Na NUT I de Portugal continental o efetivo de coelhos aumenta 248,7% entre 1989 e 1999, Na AML (NUT II Lisboa) aumenta 136,5% e nas NUT III da Grande Lisboa e Península de Setúbal aumenta 79,2% e 196,8%.

Já entre 1999 e 2009 regista-se uma quebra generalizada no efetivo de coelhos, de -17,9% no Continente, -36,3% na AML, -62,7% na Grande Lisboa e -36,3% na AML.

Quadro 16 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: Coelhos

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Coelhos							
	2009			1999			1989	
	N.º	%	VAR 99-09	N.º	%	VAR 89-99	N.º	%
Continente	1358415	AML/CONT =2,1%	-17,9	1654957	AML/CONT =3,3%	248,7	474660	AML/CONT =4,8%
Lisboa	28985	%AML	-46,5	54204	%AML	136,5	22917	% AML
Grande Lisboa	7866	27,1	-62,7	21062	38,9	79,2	11751	51,3
Amadora							111	0,5
Cascais	17	0,1	-94,3	300	0,6	-8,3	327	1,4
Lisboa								
Loures	441	1,5	-73,7	1675	3,1	22,4	1368	6,0
Mafra	3756	13,0	-57,6	8856	16,3	39,5	6350	27,7
Odivelas	14	0,0	-94,9	274	0,5			
Oeiras				152	0,3	4,8	145	0,6
Sintra	3069	10,6	-64,7	8700	16,1	266,6	2373	10,4
Vila Franca de Xira	569	2,0	-42,9	996	1,8	-7,5	1077	4,7
Península de Setúbal	21119	72,9	-36,3	33142	61,1	196,8	11166	48,7
Alcochete	32	0,1	-92,3	415	0,8	44,6	287	1,3
Almada	198	0,7	-77,3	874	1,6	123,0	392	1,7
Barreiro	50	0,2	-81,0	263	0,5	43,7	183	0,8
Moita	407	1,4	-56,9	944	1,7	12,2	841	3,7
Montijo	197	0,7	-90,2	2014	3,7	-14,9	2367	10,3
Palmela	19819	68,4	-23,8	26015	48,0	430,2	4907	21,4
Seixal	78	0,3	-77,9	353	0,7	-2,5	362	1,6
Sesimbra	154	0,5	-89,6	1474	2,7	125,7	653	2,8
Setúbal	184	0,6	-76,7	790	1,5	-32,7	1174	5,1

Em 1989 os municípios com maior peso relativo no efetivo de coelhos da AML são Mafra e Sintra na Grande Lisboa com 27,7% e 10,4% respetivamente e, na Península de Setúbal, Palmela e Montijo com 21,4% e 10,3% respetivamente.

Entre 1989 e 1999 os municípios de Palmela e Sintra reforçam significativamente o seu peso relativo, de 21,4% para 48% no primeiro caso e de 10,4% para 16,1% no segundo, o que resulta de taxas de crescimento positivas substanciais, 430,2% em Palmela e 266,6% em Sintra.

Outros municípios registam também acentuadas taxas de crescimento do efetivo de coelhos, embora sem alterações significativas quanto ao peso relativo no efetivo total na AML. É o caso de Sesimbra que cresce 125,7%, Almada com 123%, Barreiro, Alcochete, Mafra e Loures com 43,7%, 44,6%, 39,5% e 22,4% respetivamente.

Já entre 1999 e 2009, as tendências revelam-se em geral marcadamente negativas em todos os municípios.

Com maior peso relativo na AML, mantêm-se os municípios de Palmela, Mafra e Sintra que representam respetivamente 68,4%, 13% e 10,6% do efetivo de coelhos da AML.

O efetivo de colmeias e cortiços povoados na AML não é muito significativo em nenhum dos períodos analisado, representando apenas 0,4% do total da NUT I Portugal continental, em 1989 e, embora com um reforço significativo em 1999 passando a ter um peso relativo de 1,4% do total, devido a um crescimento de 149,5%, volta a sofrer um recuo entre 1999 e 2009 **voltando a 0,5% o que se deve a uma diminuição acentuada do número de colmeias e cortiços povoados de 77,1%** (Quadro 17).

Em 1989 a Península de Setúbal assume a maior representatividade no efetivo de colmeias e cortiços da AML (61,2%) mas a partir de 1999 a Grande Lisboa reforça significativamente a sua posição aumentando o peso relativo para 72,9% do total embora se assista a um novo recuo para 58,3% em 2009.

Podemos ainda retirar da análise que entre 1989 e 1999 existem algumas situações pontuais de grande crescimento do efetivo de colmeias e cortiços povoados, principalmente na NUT III da Grande Lisboa que no conjunto dos seus municípios cresce 369% essencialmente graças ao crescimento do efetivo em Loures, (797% para 906 colmeias e cortiços povoados), de Sintra (622,2% para 1170 unidades), Mafra (89,5% e 326 unidades) e ainda o município de Odivelas onde surgem 255 novas colmeias ou cortiços que representam 6,7% do total da AML.

Em Cascais e vila Franca de Xira desaparecem neste período todas as colmeias e cortiços e apenas em vila Franca de Xira voltam a surgir 89 unidades entre 1999 e 2009.

Na Península de Setúbal, apenas o município de Setúbal regista um reforço significativo do efetivo de colmeias e cortiços povoados (438,5%) aumentando para 420 unidades o que representa um peso de 11% do total da AML.

Quadro 17 – Efetivo animal da exploração agrícola por localização geográfica: Colmeias e cortiços povoados

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Colmeias e cortiços povoados							
	2009			1999			1989	
	N.º	%	VAR 99-09	N.º	%	VAR 89-99	N.º	%
Continente	192526	AML/CONT =0,5%		279928	AML/CONT =1,4%		360832	AML/CONT =0,4%
Lisboa	873	%AML	-77,2	3823	%AML	149,5	1532	%AML
Grande Lisboa	509	58,3	-81,7	2786	72,9	369,0	594	38,8
Amadora	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0
Cascais	0	0,0	0,0	0	0,0	-100,0	92	6,0
Lisboa	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0
Loures	116	13,3	-87,2	906	23,7	797,0	101	6,6

Mafra	92	10,5	-71,8	326	8,5	89,5	172	11,2
Odivelas	141	16,2	-44,7	255	6,7	-	0	0,0
Oeiras	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0
Sintra	78	8,9	-93,3	1170	30,6	622,2	162	10,6
Vila Franca de Xira	82	9,4	-	0	0,0	-100,0	57	3,7
Península de Setúbal	364	41,7	-64,9	1037	27,1	10,6	938	61,2
Alcochete	0	0,0	0,0	0	0,0	-100,0	112	7,3
Almada	5	0,6	-	0	0,0	0,0	0	0,0
Barreiro	0	0,0	0,0	0	0,0	0,0	0	0,0
Moita	0	0,0	0,0	0	0,0	-100,0	11	0,7
Montijo	11	1,3	-96,8	344	9,0	17,0	294	19,2
Palmela	83	9,5	-25,9	112	2,9	-59,7	278	18,1
Seixal	0	0,0	-100,0	17	0,4	13,3	15	1,0
Sesimbra	126	14,4	1,6	124	3,2	-8,8	136	8,9
Setúbal	139	15,9	-66,9	420	11,0	438,5	78	5,1

Entre 1999 e 2009 porém todas estas tendências positivas se invertem e todos os municípios com efetivo de colmeias e cortiços assistem a um recuo significativo do efetivo com exceção do município de Sesimbra que cresce 1,6% reforçando o peso relativo na AML de 14,4%.

Em dois municípios onde em 1999 não havia qualquer colmeia ou cortiço povoado registados, Almada e Vila Franca de Xira como já foi referido, assistimos ao surgimento de 5 e 82 unidades respetivamente.

Neste período os municípios de Setúbal, Odivelas e Mafra reforçam a sua posição relativa na AML passando de 11%, 6,7% e 8,5% em 1999 para 15,9%, 16,2% e 10,5% em 2009, respetivamente.

O município de Loures perde terreno passando de 23,7% em 1999 para um peso relativo de 13,3% em 2009.

3.2.5 Outras atividades lucrativas associadas à exploração

Através da análise dos dados relativos aos recenseamentos agrícolas é possível perceber-se que o número de explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas diminuiu de 1999 para 2009 de forma significativa em Portugal e inclusive na AML (Quadro 18).

No Continente regista-se uma diminuição de 54% no nº de explorações com outras atividades lucrativas e na AML (NUT II Lisboa), a quebra é de 46%.

Também se pode observar que em 1999 a Grande Lisboa possuía maior número de explorações agrícolas com atividades não agrícolas (208) do que a Península de Setúbal (95), no entanto, em 2009 verifica-se o oposto, a Grande Lisboa passou para 60 explorações e a Península de Setúbal para 103.

A redução do número de explorações com outras atividades lucrativas é nitidamente acentuada na NUT III da Grande Lisboa com uma redução de 71% compensada em parte, no entanto, por um crescimento de 8,4% na Península de Setúbal.

Apenas em Cascais, Sesimbra e Setúbal se regista o crescimento do número de explorações com outras atividades lucrativas. Em Setúbal regista-se um aumento de 300% no número de unidades passando de 5 em 1999 para 20 em 2009. Mas se compararmos com o decréscimo em Mafra de cerca de 82% das unidades com outras atividades, passando de 150 em 1999 para

apenas 27 em 2009, verificamos que a tendência para a especialização de atividades das explorações agrícolas é distinta, não se verificando uma tendência clara para a diversificação privilegiada pela política de desenvolvimento rural.

Quadro 18 – Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas (N.º) 1999 e 2009

Localização Geográfica	Total 1999	% do Total Lisboa	Total 2009	% do Total Lisboa	Var
	N.º		N.º		%
Continente	32721		15045		-54,0
Lisboa	303		163		-46,2
Grande Lisboa	208	68,6	60	36,8	-71,2
Amadora	0	0,0	1	0,6	-
Cascais	2	0,7	4	2,5	100,0
Lisboa	0	0,0	1	0,6	-
Loures	13	4,3	5	3,1	-61,5
Mafra	150	49,5	27	16,6	-82,0
Odivelas	1	0,3	1	0,6	0,0
Oeiras	0	0,0	1	0,6	-
Sintra	27	8,9	12	7,4	-55,6
Vila Franca de Xira	15	5,0	8	4,9	-46,7
Península de Setúbal	95	31,4	103	63,2	8,4
Alcochete	2	0,7	1	0,6	-50,0
Almada	0	0,0	4	2,5	-
Barreiro	0	0,0	0	0,0	0,0
Moita	0	0,0	8	4,9	-
Montijo	20	6,6	16	9,8	-20,0
Palmela	64	21,1	50	30,7	-21,9
Seixal	2	0,7	1	0,6	-50,0
Sesimbra	2	0,7	3	1,8	50,0
Setúbal	5	1,7	20	12,3	300,0

O quadro 19 permite analisar por tipo de atividades não lucrativas associadas à exploração agrícola, as dinâmicas registadas na AML.

Quadro 19 – Outras atividades lucrativas associadas à exploração

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Explorações agrícolas com atividades lucrativas não agrícolas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Tipo de atividade (lucrativa não agrícola); Decenal																	
	Turismo rural e atividades diretamente relacionadas			Artesanato e transformação de produtos agrícolas não alimentares			Transformação de produtos agrícolas alimentares			Prestação de serviços			Transformação de madeira			Outras atividades lucrativas		
	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.	1999	2009	Var.
	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%	N.º	N.º	%
Portugal	444	606	36,5	369	78	-78,9	29992	1148	-96,2	1740	2185	25,6	684	118	-82,7	923	1305	41,4
Continente	418	573	37,1	299	71	-76,3	29009	1114	-96,2	1616	2109	30,5	674	111	-83,5	907	1270	40,0
Lisboa	22	17	-22,7	3		-100,0	209	30	-85,6	64	56	-12,5	6	1	-83,3	12	19	58,3
Grande Lisboa	14	6	-57,1	1		-100,0	156	7	-95,5	24	30	25,0	4		-100,0	9	7	-22,2
Amadora			-			-			-			-			-			-
Cascais	1		-100,0			-			-	1		-100,0			-	1		-100,0
Lisboa			-			-		1	-			-			-			-
Loures	4	1	-75,0	1		-100,0	8	2	-75,0		4	-			-		1	-
Mafra	3	2	-33,3			-	139	2	-98,6	12	4	-66,7	1		-100,0	3	3	0,0
Odivelas			-			-			-			-			-	1	1	0,0
Oeiras			-			-			-			-			-			-
Sintra	4		-100,0			-	6	1	-83,3	7	13	85,7	2		-100,0	4	2	-50,0
Vila Franca de Xira	2	3	50,0			-	3	1	-66,7	4	9	125,0	1		-100,0			-
Península de Setúbal	8	11	37,5	2		-100,0	53	23	-56,6	40	26	-35,0	2	1	-50,0	3	12	300,0
Alcochete	1	1	0,0			-	1		-100,0			-			-			-
Almada			-			-			-	1		-100,0			-		3	-
Barreiro			-			-			-			-			-			-
Moita		2	-			-			-	4		-100,0		1	-			-
Montijo	1		-100,0	2		-100,0	5	3	-40,0	6	12	100,0	1		-100,0		4	-
Palmela	1	1	0,0			-	46	12	-73,9	23	13	-43,5	1		-100,0	2	5	150,0
Seixal			-			-		1	-		1	-			-			-
Sesimbra	2	1	-50,0			-		2	-			-			-			-
Setúbal	3	6	100,0			-	1	5	400,0	6		-100,0			-	1		-100,0

A transformação de produtos agrícolas alimentares que em 1999 era a atividade com maior relevância, decresceu de forma acentuada. Como se pode observar em Mafra passou de 132 para apenas 11 e em Palmela de 46 para 12, os concelhos que apresentavam maior número de explorações com esta atividade em 1999.

Para atividade de produção florestal, em 1999 não tínhamos informações acerca dos números de explorações com esta atividade. No entanto, para o ano de 2009 existem algumas explorações com esta atividade na AML, em especial em Mafra e Palmela.

As restantes atividades continuam a existir em número reduzido e dispersas pelos vários concelhos.

Ao contrário do que se verifica no Continente em que o " *Turismo rural e atividades diretamente relacionadas* " regista um crescimento de 36,5% entre 1999 e 2009, na AML, encontramos um decréscimo de 22,7% que se deve à quebra acentuada do número de explorações com este tipo de atividades, na NUT III Grande Lisboa de 57% ligeiramente amenizada pelo crescimento registado na Península de Setúbal de 37,5%. É de notar que este aumento na Península de Setúbal se traduz apenas num aumento de 3 explorações.

Também contrariamente ao verificado no Continente em que o número de explorações que associa a " *Prestação de serviços* " cresce cerca de 31%, na AML (NUT III de Lisboa) verifica-se uma tendência contrária com uma diminuição de 12,5% que se explica essencialmente pela descida acentuada que se verifica na Península de Setúbal de cerca de 35%.

Na Grande Lisboa verifica-se um crescimento de 25% no nº de explorações que associa atividades de Prestação de Serviços à atividade agrícola, coincidindo em grande medida com a tendência registada no Continente, explicado essencialmente pelos valores registados em Sintra com 85,7% (de 7 para 13 explorações) e em Vila Franca de Xira com 125% (de 4 para 9 explorações).

3.2.6 Contributo do sector agrícola para a riqueza e emprego

Contributo sectorial para o Valor Acrescentado Bruto (VAB)

Como podemos verificar pelo Quadro 20, em 2012 a contribuição do Sector da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca para o VAB é, em todas as Unidades territoriais analisadas, pouco significativa e na NUT II de Lisboa é ainda mais baixa (0,4%) o que se justifica pelo valor registado na NUT III da Grande Lisboa (0,2%) e da Península de Setúbal (1,6%), ligeiramente mais elevado mas, ainda assim, inferior ao do Continente.

Note-se que entre 2004, 2008 e 2012, este valor mantém-se na NUT II de Lisboa e na NUT III da Grande Lisboa ao passo que tanto na Península de Setúbal como no Continente o valor sofreu uma quebra de 1,8% para 1,6% e de 2,9% para 2,1%, respetivamente.

Na AML as actividades de serviços são as que mais contribuem para o VAB, com tendência crescente de 80,8% em 2004 para 82,7% em 2008 e 84% em 2012. Quando comparamos com o Continente português encontramos duas situações distintas.

Na NUT III da Grande Lisboa a contribuição da Indústria, incluindo energia e construção, para o VAB é de apenas 13,6% do total em 2012, enquanto no Continente se situa nos 24,1%, sendo possível constatar uma tendência decrescente em ambas as unidades. A contribuição da Indústria para o VAB a nível nacional decresce de 26,8% em 2004 para 24,1% em 2012 e na NUT II da Grande Lisboa de 16,9% para 13,6% no mesmo período.

Na NUT II da Península de Setúbal, a situação é ligeiramente diferente. Com um decréscimo de 30,6% em 2004 para 27,6% em 2008, o valor mantém-se em 2012. Note-se que além de apresentar uma dinâmica de variação ligeiramente diferente da NUT II de Lisboa

(correspondente à AML), a contribuição da Indústria para o VAB é superior na Península de Setúbal (27,6% em 2012) do que no Continente nacional (24,1% em 2012).

Quando analisamos o contributo dos Serviços para o VAB, encontramos uma situação distinta da anterior. Enquanto na NUT III da Grande Lisboa o contributo das atividades de serviços para o VAB é de 86,2% em 2012, significativamente superior ao valor registado no Continente (73,8%), e com uma tendência sistematicamente crescente, de 82,9% em 2004 para 84,7 em 2008 e 86,2% em 2012, e no Continente nacional, de 70,3% em 2004 para 72,6% em 2008 e 73,8% em 2012. Na Península de Setúbal, a contribuição do sector dos serviços para o VAB é proporcionalmente mais baixa do que na Grande Lisboa e no Continente, e tem uma tendência evolutiva ligeiramente diferente, com um aumento de 67,7% em 2004 para 70,8% em 2008 mantendo-se depois constante em 2012.

Quadro 20 – Proporção do valor acrescentado bruto (Base 2006 - %) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Ramo de atividade (A3); INE, Contas Económicas Regionais, 2004, 2008, 2012.

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca			Indústrias incluindo energia e construção			Serviços		
	2012	2008	2004	2012	2008	2004	2012	2008	2004
	%	%	%	%	%	%	%	%	%
Continente	2,1	2,2	2,9	24,1	25,1	26,8	73,8	72,6	70,3
Lisboa	0,4	0,4	0,4	15,6	16,9	18,8	84	82,7	80,8
Grande Lisboa	0,2	0,2	0,2	13,6	15,1	16,9	86,2	84,7	82,9
Península de Setúbal	1,6	1,6	1,8	27,6	27,6	30,6	70,8	70,8	67,7

Quadro 21 – O PIB regional por sector de actividade. INE, Contas Económicas Regionais, 2004, 2008, 2012

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Produto interno bruto (B.1*g) a preços correntes (Base 2006 - €) por Localização geográfica								
	2012			2008			2004		
	€ (milhões)	% Continente	Variação %	€ (milhões)	% Continente	Variação %	€ (milhões)	% Continente	
Continente	156.566,6	100	-3,92	162.952,8		14,95	141.762,7		
Lisboa	61.225,9	39,1	-4,16	63.880,3	39,2	15,60	55.257,6	39,0	
Grande Lisboa	52.307,6	33,4	-4,10	54.541,8	33,5	14,61	47.587,8	33,6	
Península de Setúbal	8.918,3	5,7	-4,50	9.338,6	5,7	21,76	7.669,8	5,4	

A análise do Quadro 21 permite-nos verificar que as tendências do PIB são comuns a todas as unidades territoriais analisadas, com taxas de crescimento relevantes de 2004 para 2008, 14,95% no Continente, 15,6% Na NUT II de Lisboa (AML), 14,61% na NUT III da Grande Lisboa e 21,76% na Península de Setúbal, bastante superior à média Nacional. Esta tendência de crescimento inverte-se com todas as NUTs analisadas a registar uma quebra no PIB entre 2008 e 2012, -3,92% no Continente, -4,16% na NUT II de Lisboa e 4,1% na NUT III da Grande Lisboa e 4,5% na Península de Setúbal.

Como podemos verificar pelo quadro, a AML (NUTII de Lisboa) tem um contributo de cerca de 39% para o PIB nacional e mantém ao longo dos períodos analisados o seu peso relativo (39% em 2004, 39,2% em 2008 e um ligeiro recuo para 39,1% em 2012.

Para esta relevância no PIB nacional é determinante o contributo da Grande Lisboa que representa 33,4% do PIB do Continente em 2012, embora com uma tendência ligeiramente decrescente do seu peso relativo, de 33,6% em 2004 e 33,5% em 2008. A Península de Setúbal tem um contributo muito menos relevante no total do PIB do Continente mas o seu peso relativo aumentou de 5,4% em 2004 para 5,7% em 2008, mantendo-se constante em 2012.

Quadro 22 – População empregada por conta de outrem (N.º) por Localização geográfica e Atividade económica (Secção - CAE Rev. 3). INE, Contas Económicas Regionais, 2004, 2008, 2012.

Ano	Localização geográfica (NUTS - 2002)	População empregada por conta de outrem (N.º) por Localização geográfica e Atividade económica (Secção - CAE Rev. 3)						
		Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca		Indústria incluindo energia e construção		Serviços	
		N.º	N.º	%	N.º	%	N.º	%
2012	Continente	2387386	48046	2,01	766327	32,10	1573013	65,89
	Lisboa	773240	4107	0,53	122399	15,83	646734	83,64
2008	Continente	2894365	57535	1,99	1044435	36,09	1795394	62,03
	Lisboa	937083	4659	0,50	189905	20,27	742519	79,24

A análise do Quadro 22 permite constatar que o total de trabalhadores por conta de outrem da AML (NUT II de Lisboa) corresponde em 2012 a 32,4% do total de trabalhadores por conta de outrem do Continente sem alteração desde 2008.

Podemos ainda identificar um baixo peso relativo do número de trabalhadores por conta de outrem no sector da agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca, tanto no continente nacional (2,01% em 2012 e 1,99% em 2008) como na NUT II de Lisboa que corresponde à AML (0,5% em 2008 e 0,53% em 2012).

Em 2012, o nº de trabalhadores por conta de outrem no sector da Agricultura, Produção animal, caça, floresta e pesca da AML corresponde a cerca de 8,5% (8,1% em 2008) do total Continental para este sector. Na indústria incluindo energia e construção a AML representa cerca de 16% do total do mesmo sector no Continente (18,2% em 2008) e no sector dos Serviços o peso é de 41% (41,4% em 2008).

Esta tendência constitui um dado importante para a análise, na medida em que tendo havido uma diminuição do nº de trabalhadores por conta de outrem no sector de Agricultura, Produção animal, caça, floresta e pesca, tanto na AML como no Continente nacional, essa tendência foi mais significativa no Continente o que contribui para que a AML reforce o peso relativo dos trabalhadores por conta de outrem no total do sector nacional. Inversamente, a indústria e os serviços perdem importância relativa no total nacional.

Mão de Obra agrícola

Considerando os três períodos censitários (Quadro 23) encontramos em todos os municípios da AML uma diminuição da mão-de-obra agrícola total, com um valor médio de -42,3% entre 89 e 99 e de -38,9% entre 99 e 2009. Podemos também identificar claramente uma tendência para um decréscimo que se mantém acelerado no caso da mão-de-obra agrícola familiar, -40,3% entre 89 e 99 e de -41,8% entre 99 e 2009.

Entre 99 e 2009 apenas em 4 municípios da AML se verifica uma diminuição da mão-de-obra inferior à média do Continente (-35,2%). Mafra com -30,8%, Almada com -21%, Moita com -

33,8% e Palmela com menos 33,5%. A mão-de-obra familiar é para a maioria dos municípios bastante mais significativa que a mão-de-obra não familiar. Podemos registar, no entanto, algumas situações que contrariam a tendência geral. Em metade dos municípios da AML, apesar da diminuição da mão-de-obra agrícola quase sem excepção, tanto familiar como não familiar, a mão-de-obra não familiar com um peso relativamente reduzido, evidencia uma tendência clara para o aumento da sua importância relativa (Mafra, Odivelas, Oeiras, Sintra, Vila Franca de Xira, Alcochete, Montijo, Sesimbra e Setúbal).

Nos municípios de Cascais, Loures e Almada, após uma perda de importância acentuada do peso da mão-de-obra não familiar de 1989 para 1999, regista-se uma recuperação até 2009 para proporções idênticas às de 1989, com valores absolutos que são apenas cerca de 20% (ou menos) dos valores de partida.

A Mão-de-obra não familiar tem também um decréscimo evidente em todos os municípios, mas em geral, de forma menos acentuada do que a mão-de-obra familiar e onde passamos de um decréscimo muito acentuado de -54,3% entre 89 e 99 para um decréscimo de -17,3% entre 99 e 2009. Na Amadora, Loures, Barreiro, Moita, Palmela e Seixal a mão-de-obra não familiar perde peso em relação à familiar, e regista também em termos absolutos uma queda bastante mais acentuada do que a mão-de-obra familiar.

Apenas em 5 municípios se verifica um decréscimo mais acentuado da mão-de-obra não familiar relativamente à da mão-de-obra familiar - Almada, Barreiro, Moita, Amadora e Seixal. Estes são também os municípios em que o trabalho agrícola, familiar e não familiar, tem menos representatividade. Palmela, Montijo e Mafra são os três municípios que em 2009 apresentam maior volume de mão-de-obra não familiar, 590, 606 e 293, respetivamente. Nos restantes municípios ocorre uma redução da mão-de-obra não familiar menos acentuada que o decréscimo da mão-de-obra familiar.

Quadro 23 – Mão-de-obra agrícola (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de mão-de-obra e Regime de duração de trabalho; Decenal

Localização geográfica (NUTS - 2002)	Mão-de-obra agrícola (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Tipo de mão-de-obra e Regime de duração de trabalho; Decenal														
	Mão-de-obra agrícola total					Mão-de-obra agrícola familiar					Mão-de-obra agrícola não familiar				
	2009	VAR	1999	VAR	1989	2009	VAR	1999	VAR	1989	2009	VAR	1999	VAR	1989
	N.º	99-09	N.º	89-99	N.º	N.º	99-09	N.º	89-99	N.º	N.º	99-09	N.º	89-99	N.º
Continente	649607	-35,2	1002480	-30,9	1449906	602389	-36,3	945754	-30,9	1368942	47218	-16,8	56726	-29,9	80964
Lisboa	17853	-38,9	29226	-42,3	50665	15046	-41,8	25843	-40,3	43260	2807	-17,0	3383	-54,3	7405
Grande Lisboa	8651	-40,6	14562	-45,0	26494	7709	-42,4	13391	-42,7	23367	942	-19,6	1171	-62,6	3127
Amadora	16	-55,6	36	-72,7	132	16	-46,7	30	-68,1	94	-	-	6	-84,2	38
Cascais	87	-59,0	212	-45,8	391	65	-58,9	158	-40,4	265	22	-59,3	54	-57,1	126
Lisboa	25	-	-	-	-	3	-	-	-	-	22	-	-	-	-
Loures	1302	-37,0	2066	-57,5	4858	1153	-39,3	1899	-52,6	4003	149	-10,8	167	-80,5	855
Mafra	4208	-30,8	6077	-47,3	11531	3915	-32,5	5802	-47,5	11047	293	6,5	275	-43,2	484
Odivelas	68	-58,5	164	-	-	52	-63,4	142	-	-	16	-27,3	22	-	-
Oeiras	30	-57,7	71	-63,2	193	16	-66,7	48	-65,0	137	14	-39,1	23	-58,9	56
Sintra	1797	-54,5	3951	-19,0	4879	1568	-55,3	3509	-16,5	4201	229	-48,2	442	-34,8	678
Vila Franca de Xira	1118	-43,7	1985	-56,0	4510	921	-48,9	1803	-50,2	3620	197	8,2	182	-79,6	890
Península de Setúbal	9202	-37,2	14664	-39,3	24171	7337	-41,1	12452	-37,4	19893	1865	-15,7	2212	-48,3	4278
Alcochete	530	-40,4	890	-44,0	1590	256	-58,4	616	-41,0	1044	274	0,0	274	-49,8	546
Almada	312	-21,0	395	-34,4	602	298	-21,4	379	-22,0	486	14	-12,5	16	-86,2	116
Barreiro	68	-69,9	226	-54,4	496	68	-69,4	222	-43,8	395	-	-	4	-96,0	101
Moita	611	-33,8	923	-42,0	1591	549	-33,5	826	-39,8	1371	62	-36,1	97	-55,9	220
Montijo	1858	-39,5	3071	-36,3	4823	1252	-49,6	2485	-29,5	3523	606	3,4	586	-54,9	1300
Palmela	4449	-33,5	6687	-35,5	10371	3859	-33,8	5825	-34,9	8945	590	-31,6	862	-39,6	1426
Seixal	89	-62,0	234	-56,9	543	85	-58,7	206	-51,5	425	4	-85,7	28	-76,3	118
Sesimbra	465	-45,8	858	-34,3	1305	418	-48,5	811	-34,4	1237	47	0,0	47	-30,9	68
Setúbal	820	-40,6	1380	-51,6	2850	552	-49,0	1082	-56,1	2467	268	-10,1	298	-22,2	383

3.3 Análise empírica

A caracterização do SAURB da AML incluiu não apenas a identificação dos atores que intervêm neste sistema, mas também o conhecimento das abordagens conceptuais e das perspectivas que existem por parte das entidades com competências de planeamento e ordenamento do território, especificamente nas entidades governativas locais, os Municípios. A recolha desta informação foi feita com base na aplicação de um questionário apresentado aos municípios da AML (Anexo 1). Este questionário está organizado em duas partes distintas.

A primeira parte, “Conceitos e Abordagens territoriais” tem como objetivo principal identificar a forma como o Sistema Alimentar é definido em cada um dos municípios e a forma de articulação das suas diferentes componentes em termos de estratégias e políticas, ainda que de forma não planeada. Nas primeiras duas questões procuramos identificar a forma como é entendido o SAURB ao nível dos governos locais bem como as componentes que, no entendimento dos seus representantes o constituem.

Um segundo grupo de questões relativo à gestão territorial e aos instrumentos de planeamento e gestão pretende identificar quais as políticas e estratégias definidas ao nível municipal e/ou metropolitano, e ainda identificar as iniciativas implementadas no território e que, de forma planeada ou não, têm impacto no sistema alimentar urbano, no seu funcionamento e dinamismo e nos esquemas de coordenação que se estabelecem entre os diferentes atores. Algumas questões foram definidas com o intuito de identificar a forma como cada SAURB à escala municipal interage com os SAURBs de municípios vizinhos e de alguma forma perceber a existência de continuidades e complementaridades entre os municípios da AML ao nível do seu sistema alimentar. Ainda nesta primeira parte do questionário procura-se complementar o conhecimento do SAURB através da percepção que cada um dos municípios tem do seu SAURB e das dinâmicas territoriais que nele têm impacto, nomeadamente as alterações do uso do solo.

A segunda parte do questionário, pretende não apenas identificar os atores do SAURB e a sua localização, mas permite também perceber a informação de que dispõem os municípios e de que forma esta é utilizada. A informação surge organizada em 6 grupos distintos de questões que pretendem identificar e quantificar o número de atores e a sua tipologia em cada um dos municípios: Cantinas escolares e restantes refeitórios de gestão autárquica, Mercados municipais de frescos e de levante, identificando o número, localização, o número de operadores e o número de produtores agrícolas que operam nos mercados municipais, retalhistas, de levante ou abastecedores, o número de estabelecimentos de comércio a retalho e por grosso de produtos alimentares, a Restauração, número de estabelecimentos e critérios de licenciamento, o número de estabelecimentos de transformação de produtos alimentares licenciados e critérios de licenciamento, bem como, em alguns casos, tentar perceber a componente local que está associada a cada um destes atores.

Foram contactados os 18 municípios da AML. A taxa de resposta ao questionário é de 44,4%. Além das instituições respondentes temos ainda três outros municípios (16,7%) que se disponibilizaram a responder, não tendo no entanto havido resposta posterior.

Nos restantes municípios não tendo havido uma resposta negativa, não houve por parte do município oportunidade de realizar a reunião pretendida e proceder ao preenchimento do questionário.

3.3.1 Análise de conteúdo – PARTE I

A primeira questão pretende determinar a que é associado o *conceito de sistema alimentar urbano*.

Cerca de 50% dos respondentes, definem o SAURB como Sistema, Cadeia de Valor ou Cadeia Alimentar, e 25% como um conjunto de atividades que envolvem produção, distribuição e consumo sem, no entanto, incluírem uma abordagem sistémica do conceito.

Como elementos essenciais deste sistema, as cantinas escolares são referidas por 12,5% dos inquiridos e os mercados municipais são referidos por 25%. Quando inquiridos relativamente às componentes do SAURB, a primeira associação feita é com a distribuição referida por 75% dos inquiridos, seguindo-se a produção agrícola, 62,5%. A transformação e a reciclagem são referidas por 25 % dos inquiridos, cada uma, e 12,5% dos inquiridos considera apenas as cantinas e mercados municipais enquanto componentes do SAURB. A restauração é referida também por 12,5% dos inquiridos.

É de referir que apenas 25% dos inquiridos refere em simultâneo as quatro componentes do SAURB e 12,5 % exclui a reciclagem enquanto componente deste sistema.

A segunda questão diz respeito ao *território que constitui o SAURB e os instrumentos de gestão territorial*.

Quando inquiridos quanto aos objetivos e medidas específicas incluídos nos instrumentos de gestão territorial em vigor, todos os inquiridos referem que o PDM seria o instrumento por excelência para inclusão de medidas no âmbito do SAURB, mas apenas 62,5% afirma que existem medidas concretas nomeadamente relacionadas com a preservação e proteção dos solos agrícolas, 25% aponta a preservação da identidade rural e cultural, e ainda a garantia de que o território desempenha todas as suas funções incluindo uma função de produção agrícola. Os restantes inquiridos (37,5%) consideram não existirem quaisquer tipos de medidas.

Em termos territoriais as interações do SAURB de cada município com o SAURB de outros municípios não estão bem delineadas embora sejam identificadas pelos diversos inquiridos essencialmente ao nível da fluidez de circulação entre mercados, de produtores e consumidores, fator referido por 100% dos inquiridos. De acordo com as respostas, esta fluidez está relacionada essencialmente com questões de proximidade territorial mas também com a disponibilidade de canais de comercialização de dimensão relevante, essencialmente para o comércio grossista.

As continuidades do território, quer em termos produtivos, quer em termos de consumo, bem como a questão da identidade, são fatores referidos por 37,5% dos inquiridos.

Em relação à questão relacionada com as *iniciativas dos municípios no âmbito do SAURB*, a grande maioria das iniciativas identificadas são de pequena dimensão e não pressupõem qualquer tipo de articulação ao nível do planeamento, ou da execução.

Ao nível dos canais de comercialização podemos identificar essencialmente três tipos de iniciativas. Os mercados biológicos são referidos por 25% dos inquiridos, os mercados tradicionais de produtores são referidos por 37,5% e a comercialização em cabazes, como a iniciativa PROVE, é apontada por 25% dos municípios como uma das iniciativas implementadas. É uma iniciativa já implementada em 14 distritos do território nacional, com cerca de 90 núcleos de produtores com pontos de entrega definidos para o consumidor em geral ou apenas para colaboradores de empresas em que o projeto se desenvolve.

As iniciativas de cariz gastronómico, ligadas ao sector da restauração, mas assumindo muitas vezes a forma de feiras temáticas de produtos alimentares, como queijos, vinhos, etc., são referidas por 62,5% dos inquiridos e surgem geralmente associadas à promoção de um produto típico da região.

Os inquiridos referem a formação, quer em contexto formal (25%) como escolas agrícolas e centros de formação, quer em contexto informal (25%) como a realização de workshops de culinária associados aos produtores locais e biológicos, por exemplo, como iniciativas que contribuem para a dinamização de sistemas alimentares urbanos com uma componente de territorialização mais acentuada.

As iniciativas associadas ao turismo, são referidas por 37,5% dos inquiridos. Outras iniciativas ligadas à organização de mercados, referidas por 12,5% dos inquiridos, do território rural, 12,5% ou a prestação de apoio técnico também referida por 12,5% dos inquiridos.

É o caso do município que prepara um projeto que contempla o envio de equipas especializadas a empresas do sector alimentar com vista ao desenvolvimento de projetos de internacionalização, um gabinete municipal de apoio ao produtor ou o desenvolvimento de um Grupo de Ação Local (GAL).

O município é identificado como o promotor das iniciativas ligadas ao sistema alimentar urbano por todos os inquiridos.

Na realidade, embora não haja uma verdadeira estratégia alimentar ou para o sistema alimentar, desenvolvida de forma articulada entre todos os sectores e componentes do SAURB, com uma avaliação de impactos indiretos nas outras componentes do sistema, existem inúmeras iniciativas municipais que estão de uma forma ou outra ligadas ao SAURB e cuja coordenação seria desejável, senão mesmo indispensável, para se poder maximizar os resultados.

Quando inquiridos quanto à relevância que o tema do planeamento do SAURB assume, tanto ao nível municipal quanto ao nível metropolitano, esta é amplamente reconhecida. Por outro lado, 12,5% dos inquiridos referem a dificuldade em reunir a informação necessária para concretizar qual a importância que o conjunto de actividades ligadas ao SAURB assume no contexto municipal.

Ao nível local podemos distinguir 3 conjuntos distintos de razões apontadas para que a questão assuma relevância.

Em primeiro lugar são referidas questões associadas à ocupação do solo e à distribuição dos produtos alimentares:

- A sazonalidade dos produtos e a capacidade de poder garantir a estabilidade do abastecimento a surgirem como questões fundamentais referidas por 37,5% dos inquiridos.
- A ocupação de solo agrícola com usos urbanos é apontada por 12,5% dos inquiridos, como ameaça à capacidade de auto-abastecimento;
- A necessidade de implementação de cadeias mais longas de abastecimento, que resulta da incapacidade de auto-abastecimento urbano, surge associada por 12,5% dos inquiridos a maiores níveis de desperdício e com maiores impactos ao nível da sustentabilidade no longo prazo.

As questões de natureza económica apontadas pelos inquiridos como factores que conferem relevância à temática de planeamento do SAURB, são de diversas ordens.

- O desenvolvimento de sistemas alimentares urbanos de cariz territorial é referido por 12,5% dos inquiridos como factor que contribui para o aumento da capacidade de resistir às frequentes oscilações económicas;
- 12,5% dos inquiridos refere o SAURB como factor de desenvolvimento local contribuindo para a criação de riqueza e para o aumento do investimento local e, dessa forma, contribuindo para criar emprego e assim para o aumento da qualidade de vida e melhoria da economia local;

Por último, é referido um conjunto de vantagens sociais e de saúde pública que refletem uma das interligações essenciais entre os SAURB e outros sistemas urbanos:

- As questões associadas à mitigação da pobreza, na medida em que algumas actividades ligadas ao SAURB assumem, por vezes, um papel fundamental como complemento ao rendimento para grupos populacionais mais fragilizados, são referidas por 12,5% dos inquiridos como factor que confere relevância ao tema do planeamento do SAURB;

- As questões do desperdício alimentar são identificadas por 12,5% dos inquiridos como um factor fundamental que deve ser integrado em acções de sensibilização nomeadamente em contexto escolar;
- 12,5% dos inquiridos refere um conjunto de benefícios associados às actividades de produção de alimentos que não são refletidos nos preços de mercado. Aqui são incluídas actividades de lazer e ocupação de tempos livres, (re)integração social e preservação de práticas culturais ancestrais.
- Os benefícios para a saúde pública resultantes de um correto planeamento de um SAURB sustentável e eficiente, são apontados por 12,5% dos inquiridos como um dos factores que justificam a relevância do tema na medida em que pode contribuir para o controlo da tendência ao aumento de intolerâncias associadas à exposição continuada a determinado tipo de alimentos, já que aumenta o consumo de produtos sazonais limitando, dessa forma, a exposição ao longo do tempo.

Quando inquiridos quanto à relevância do planeamento do SAURB num contexto metropolitano 75% dos inquiridos reconhecem que é uma questão importante. No entanto quanto aos factores que imprimem relevância a esta temática podemos identificar três abordagens distintas.

Os inquiridos referem, por um lado, o potencial que pode desenvolver-se com base no SAURB:

- 12,5% dos inquiridos identifica um potencial importante para o desenvolvimento regional com base na dinâmica do SAURB,
- Para 12,5% dos inquiridos, o tema assume um destaque cada vez mais maior tendo em conta a perspectiva da prevenção da manutenção e garantia do abastecimento do sistema alimentar local.
- 12,5% dos inquiridos aponta a necessidade de preservar e desenvolver o tripé Natureza – Ambiente - Bem-estar que constitui uma dimensão com grande relevância ao nível da AML e que pode beneficiar de forma decisiva com o desenvolvimento de um SAURB que potencie a associação entre turismo e produtos endógenos.

Por outro lado são referidos alguns factores entendidos como fundamentais para o desenvolvimento de uma estratégia metropolitana para o SAURB;

- 12,5% dos inquiridos refere a articulação da rede metropolitana de transportes como um factor essencial ao desenvolvimento de um SAURB de base territorial, na medida em que possibilita o estabelecimento de circuitos eficazes de distribuição dos produtos da AML.
- 12,5% refere também o aumento do grau de coordenação entre estratégias municipais e supra-municipais numa abordagem bottom-up, como factor decisivo para a definição e implementação de estratégias e políticas concertadas ao nível metropolitano;

Por fim, os inquiridos enfatizam as principais dificuldades ou entraves à concretização de estratégias de dimensão regional.

- 12,5% dos inquiridos enfatizam o facto de ser uma abordagem muito recente, o que lhe confere ainda uma relevância limitada ao nível de estruturas supra-municipais como a AML.
- Ao nível da distribuição e do abastecimento, 12,5% dos inquiridos aponta a falta de escala e dimensão ao nível da produção que garanta a estabilidade do abastecimento e até para aceder a determinados mercados de grande dimensão.
- A lógica de grandes superfícies prevalecente é apontada por 12,5% dos inquiridos como factor que favorece a organização dos sistemas alimentares em cadeias longas de abastecimento em detrimento das produções locais. Como transparece nas palavras de do representante da Câmara Municipal de Mafra, "Consumimos importado e exportamos o que produzimos".

- Para 37,5% dos inquiridos, o planeamento de um SAURB de base territorial para a AML, teria de contar com uma legitimidade de decisão, capacidade de implementação e com uma representatividade política, da AML enquanto entidade supra-municipal com competências ao nível do ordenamento, e que não estão ainda conseguidas.
- 12,5% dos inquiridos, identifica a resistência que ainda se verifica a uma alteração de atitude, passando a privilegiar-se a cooperação e as formas de coordenação que potenciam o desenvolvimento de capacidades e funcionalidades de acordo com a vocação de cada um dos municípios, contribuindo para a implementação de políticas e estratégias que contribuam para a maximização de recursos, em detrimento das posturas de competição entre municípios por fundos, por investimentos, por empregos, por residentes, etc.

A AML é uma pessoa jurídica de direito público, com capacidade para assumir diversas competências, nomeadamente ao nível da gestão de equipamentos públicos de âmbito regional como redes de transporte, por exemplo, mas também com papel na definição de estratégias de articulação de políticas municipais, e assume competências por delegação de competências dos municípios. Assim, a representatividade e legitimidade política requerida e capacidade de decisão depende da delegação de competências por parte dos municípios.

Na maioria dos municípios inquiridos (87,5%) os produtos locais, nomeadamente ao nível de hortícolas e vinhos, tem ainda uma relevância considerável. Não sendo municípios que se caracterizem por uma componente produtiva agrícola representativa, para os restantes inquiridos (12,5%), o consumo de produtos locais acaba por ser limitado e residual. Nestes casos os produtos consumidos são essencialmente provenientes de municípios limítrofes nomeadamente através do mercado abastecedor.

Os inquiridos apontam razões para o reduzido dinamismo do SAURB com base em produtos locais (mesmo quando consideram que os produtos locais assumem alguma relevância no consumo). Os principais entraves apontados ao desenvolvimento dos sistemas alimentares de base territorial prendem-se, nos municípios com função de produção relevante, com a capacidade de escoamento do produto.

Como nos refere o representante da Câmara de Palmela, "Onde há oferta há procura", no entanto a eficiência das redes de distribuição implementadas não favorece o escoamento dos produtos locais.

As razões apontadas para que não haja uma maior relevância dos produtos locais (regionais) no consumo dos municípios da AML, prende-se com questões ligadas aos circuitos de distribuição para 62,5% dos inquiridos:

- Para 25% dos inquiridos não existe encontro entre oferta e procura. 12,5% considera que uma central de distribuição que proporcionasse um lugar de encontro entre oferta e procura de produtos locais contribuiria para aumentar a componente local do SAURB e 12,5% considera que como a maioria da produção se destina a Lisboa, a oferta local acaba por ficar diminuída.
- 25% dos inquiridos considera que as feiras e mercados municipais não favorecem o dinamismo da componente local do SAURB na medida em que muitas vezes existe um défice de qualidade e o horário e frequência não se coaduna muitas vezes com os ritmos da vida actual.
- 12,5% considera que os mercados mais dinâmicos são os que se localizam em zonas mais próximas das freguesias rurais onde existe uma grande relevância de hortícolas e pecuária.

- Para 12,5% dos inquiridos a lógica prevalecente de grandes superfícies e grandes cadeias de distribuição é contrária ao desenvolvimento de um SAURB com uma componente local mais relevante.

De acordo com a opinião expressa pelos inquiridos, o principal factor que condiciona a importância dos produtos locais no consumo local tem a ver com o desencontro entre oferta e procura, seja pela ineficiência das cadeias de distribuição estabelecidas em termos de distribuição geográfica, de compatibilização de horários de funcionamento, seja pelo facto de os municípios onde a função de produção é mais desenvolvida não coincidirem muitas vezes com aqueles em que a procura é mais acentuada.

Na opinião do representante da câmara de Palmela, a existência de uma plataforma logística que permitiria reunir escala nas situações em que esta é insuficiente para abastecer a procura a partir do escoamento do produto de municípios excedentários contribuiria para coordenar uma rede de distribuição de âmbito local promovendo o encontro entre oferta e procura.

Quando inquiridos em relação às *tendências registadas ao nível do tecido agrícola*, os inquiridos partem do conhecimento do território para comparar as tendências que identificam na atualidade com as registadas aquando do último recenseamento agrícola.

Ao nível da caracterização do tecido agrícola, as tendências identificadas pelos inquiridos são díspares:

- Em 12,5% dos municípios inquiridos, verifica-se uma **diminuição do número de explorações e um aumento da dimensão média**. Para esta tendência contribui a morte dos produtores mais idosos disponibilizando terra e, na medida em que as gerações mais novas não seguem a mesma profissão, essencialmente ao nível das explorações de menor dimensão. As explorações de maior dimensão aumentam o seu peso relativo, além de poderem aumentar de dimensão, uma vez que existe disponibilidade de terra.
- 12,5% dos inquiridos considera que continua a verificar-se a mesma tendência para a **redução do nº de explorações e da área das explorações agrícolas**. O abandono agrícola, ligado a uma economia agrícola débil, sem competitividade e com pouca capacidade concorrencial, é o factor evidenciado como determinante desta tendência.
- Cerca de 25% dos inquiridos identifica uma tendência actual para **estabilização do nº de explorações agrícolas e da área cultivada**. Para esta tendência podem contribuir diversos factores:
 - 12,5% dos inquiridos aponta a diminuição das pressões urbanísticas devido às tendências actuais de crise e às expectativas no mercado imobiliário como um factor que viabiliza a utilização agrícola da terra contribuindo para a estabilização da tendência de abandono agrícola;
 - A preservação de terrenos rurais pelo PDM é considerada por 12,5% dos inquiridos como determinante da estabilização da tendência para o abandono agrícola;
- 25% dos inquiridos identifica algum **retorno à agricultura**
 - O aumento do interesse pela fileira das forragens é referido por 12,5% dos inquiridos como um factor que contribui para contrariar a tendência anterior;
 - A agricultura de subsistência e como complemento ao rendimento é referida por 12,5% dos inquiridos como um factor associado à situação de crise económica e desemprego que se atravessa atualmente e que contribui para um retorno agrícola essencialmente ao nível das hortas familiares e explorações de pequena dimensão.

O retorno agrícola é uma das tendências identificadas por 50% dos inquiridos e 25% dos inquiridos refere uma estabilização da mão-de-obra agrícola reflectindo uma desaceleração no abandono agrícola, mas evidenciando tendências distintas.

- 62,5% dos inquiridos aponta para um aumento da mão-de-obra a tempo parcial, sendo referido por 25% que neste caso a actividade agrícola surge como complemento de outras actividades profissionais.
- 12,5% dos inquiridos refere a tendência para um aumento da mão-de-obra agrícola a tempo inteiro e diminuição a tempo parcial resultante essencialmente do desemprego que se verifica noutros sectores.
- 12,5% dos inquiridos identifica que apesar continua a prevalecer a tendência para a diminuição da mão-de-obra agrícola tanto a nível parcial como a tempo inteiro.

O município de Oeiras, refere que apesar das tentativas para implementar e desenvolver um programa municipal de hortas, em resposta à procura registada, existe um constrangimento impeditivo ao nível da disponibilidade de terra.

Quando inquiridos sobre a *tendência que se verifica no município ao nível da produção agrícola para alimentação humana*, 75% dos inquiridos considera que existe uma tendência para o aumento deste tipo de produção, essencialmente no que diz respeito à produção hortofrutícola.

Como fatores determinantes para esta tendência, surgem dois grupos distintos:

- Aumento da produção para consumo próprio: 25% dos inquiridos refere o aumento das hortas familiares / auto-consumo e 12,5% refere o aumento das hortas ilegais.
- Aumento da produção com intuito comercial: 12,5 % dos inquiridos refere a tendência para aumento da dimensão das produções com maior rentabilidade e maiores economias de escala e 12,5% refere um aumento dos novos agricultores com métodos produtivos mais sustentáveis.

Relativamente às *tendências verificadas ao nível da procura e disponibilidade de terras*, os inquiridos identificam alguns problemas mais em termos de acesso do que em termos de disponibilidade de terra. Apenas no município de Oeiras se verifica um problema efectivo de disponibilidade de terras.

- 12,5 % dos inquiridos afirma não haver falta de terra mas paradoxalmente onde existe maior disponibilidade é também onde o abandono é mais acentuado.
- 25% dos inquiridos aponta a existência de questões relacionadas com partilhas como um dos problemas que limita a disponibilidade e o acesso a terra agrícola.
- No mercado fundiário, 32,5% dos inquiridos aponta o preço como um constrangimento ao funcionamento do mercado fundiário e 25% identifica mesmo um elevado grau de inércia do mercado.
- Quanto ao mercado de arrendamento, existe alguma dinâmica de acordo com 25% dos inquiridos, no entanto 12,5% identifica alguma dificuldade no arrendamento de longo prazo devidos a expectativas elevadas de urbanização e ao receio quanto ao funcionamento do mercado.

Além das estratégias e políticas atuais dos municípios que de alguma forma têm relação com as diferentes componentes do SAUR da AML, um dos objectivos do questionário prendia-se com a identificação de estratégias futuras no sentido de dinamizar a componente local do SAURB do município.

Quando inquiridos relativamente à *elaboração de estratégias futuras*, podemos identificar alguns pontos comuns.

Relativamente à dinamização e desenvolvimento de circuitos de comercialização:

- 37,5% dos inquiridos prevê implementar estratégias ligadas à dinamização e requalificação dos mercados municipais, nomeadamente enquanto centros de serviços e atividades âncora.
- 25% prevê o desenvolvimento de iniciativas de implementação de circuitos de comercialização do tipo cabaz de comercialização.

Ao nível da comercialização e divulgação as estratégias identificadas passam por:

- 12,5 % dos inquiridos prevê acções de *branding* com a criação de uma marca municipal;
- 25% dos inquiridos pretende promover a associação entre cultura, turismo e produtos endógenos, representando a continuidade e aprofundamento de algumas das iniciativas e estratégias atuais.

O associativismo é assumido como um elemento fundamental para a promoção dos produtos locais por 12,5% dos inquiridos. O desenvolvimento de cooperativas e associações de produtores e a recuperação de espécies autóctones por parte destas associações são algumas das iniciativas previstas.

Já ao nível da produção podemos identificar algumas estratégias:

- 37,5% dos inquiridos afirma haver uma estratégia tendente ao desenvolvimento de hortas municipais com vertente comunitária, social ou pedagógica.
- 12,5% dos inquiridos aposta na promoção de hortícolas.
- A implementação de um banco de terras está prevista por 12,5% dos municípios com o objectivo de promover o encontro entre quem tem terras para disponibilizar e quem procura terra para cultivar.
- 12,5% dos inquiridos prevê a instalação de um gabinete de apoio ao produtor agrícola e ainda a formação de equipas que possam apoiar os produtores e actividades tradicionais, nomeadamente ligadas ao sistema alimentar a desenvolver processos de investimento, aumento de dimensão e/ou internacionalização da actividade.

Do lado da produção, o desenvolvimento das hortas urbanas surge muito como resultado da pressão do lado da procura e na medida em que as iniciativas em curso têm evidenciado uma procura muito superior à oferta.

O desenvolvimento de ações que possam contribuir para aumentar as oportunidades de escoamento, nomeadamente através do estabelecimento de cadeias de distribuição inovadoras e de menor dimensão, pode ter um papel decisivo no estabelecimento de SAURB's com dimensões territoriais mais marcadas.

Quando inquiridos sobre *eventuais estratégias com potencial para contribuir para o estabelecimento de um SAURB de base territorial*, são referidas por 12,5% dos inquiridos o estabelecimento de estratégias de formação de preços que permitam uma maior atratividade da atividade agrícola, na medida em que a atual formação do preço resulta numa compressão da margem apropriada pelo produtor agrícola desincentivando a instalação de novas unidades produtivas.

Neste sentido, a utilização da fiscalidade como instrumento de discriminação positiva premiando a manutenção de espaços produtivos, e compensando pela prestação de serviços de paisagem, ambiente, etc., poderia ser um instrumento interessante e que não pode atualmente ser legalmente aplicado.

Ainda assim, no município do Montijo o regulamento de taxas municipais prevê a redução das taxas de licenciamento de atividades económicas de cariz tradicional ou consideradas de interesse pela autarquia, como atividades de transformação de produtos agrícolas.

Ainda que a disponibilidade de terra não seja, na maioria dos municípios, um entrave decisivo ao desenvolvimento da produção agrícola, a utilização da fiscalidade como forma de incentivar a disponibilização de terras actualmente incultas para produção, poderia contribuir para o aumento da oferta com um impacto positivo nos preços tornando a terra agrícola mais acessível.

Um dos objectivos definidos para este trabalho era, à partida, tirar algumas ilações quanto às *competências que seria necessário desenvolver para que o SAURB fosse incluído nas estratégias de planeamento urbano* de modo a poder traduzir-se em planos de acção concretos.

Assim foi solicitado aos inquiridos que identificassem um conjunto de competências a desenvolver para o planeamento, gestão e implementação de um SAURB de base territorial na AML, tanto ao nível local como regional.

Ao nível do conhecimento e da informação relativos ao território, ao SAURB e à produção, 37,5% dos inquiridos identifica falhas importantes, pelo que sentem necessário adquirir competências nas seguintes áreas:

- Recolha, tratamento, organização e análise de dados relativos ao território, ao SAURB, e às actividades agrícolas e de circuitos comerciais (12,5%);
- Caracterização e cartografia dos solos (12,5%);
- Sistemas e técnicas agrícolas (12,5%);
- Gestão, organização da produção e estratégias de preços (25%);

25% dos inquiridos identifica a falta de competências de associação, quer ao nível da produção no sentido de adquirir escala produtiva, de organização, e poder de negociação, quer ao nível das instituições.

As competências na área da formação são identificadas por 12,5% dos inquiridos quer ao nível técnico agrícola, de gestão e organização, de conhecimento e gestão dos solos, dos circuitos de comercialização, da gestão e organização de mercados.

Foi ainda identificada por 12,5% dos inquiridos a necessidade de desenvolver competências para o desenvolvimento de instrumentos e mecanismos adequados a uma reorganização mais eficiente da propriedade agrícola:

Ao nível da AML, é identificada essencialmente a necessidade de desenvolvimento de competências de coordenação, decisão e gestão regional orientadas para o SAURB.

3.3.2 Análise de conteúdo - Parte II

A segunda parte do questionário tem como objetivo primordial a identificação dos atores do sistema alimentar em cada município, permitindo também aferir de forma indireta o tipo de informação disponível no município relativa ao SAURB.

Assim, esta componente do questionário subdivide-se em 5 grupos diferentes de questões relativamente ao número de estabelecimentos e critérios de licenciamento ou formas de funcionamento de: Cantinas escolares, de funcionários ou outras municipais, Restauração, Comércio por grosso e a retalho de produtos alimentares, Indústria alimentar e Entidades associativas.

Apenas 5 municípios responderam a esta parte do questionário e, os municípios que responderam à primeira parte do questionário, mas não a esta, apontaram algumas dificuldades na recolha da informação solicitada, com diferentes tipos de argumentos:

- A competência pela informação referente a cada um dos atores referenciados cabia a diferentes departamentos pelo que a informação se encontra dispersa.

- Por outro lado, a competência do licenciamento de estabelecimentos é apenas parcialmente da competência dos municípios pelo que não existe muitas vezes informação de forma imediata do número de estabelecimentos licenciados por exemplo na indústria transformadora.

- A forma de organização da informação nos serviços municipais não corresponde à organização do questionário, dificultando a recolha de informação pelos serviços ou pelo menos implicando a sua morosidade.

As cantinas escolares e refeitórios municipais.

Foram identificadas 220 refeitórios municipais, cantinas escolares e de funcionários.

O fornecimento de refeições é feito através de 2 contratos de prestação de serviços e 3 protocolos com associações de pais e Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS). Foram identificadas 76 cantinas com confeção própria (35% do total de cantinas).

Nos contratos de prestação de serviços, a aquisição dos produtos alimentares é da responsabilidade da empresa prestadora de serviços, de acordo com o caderno de encargos aprovado e com as especificações técnicas e dietéticas estabelecidas.

No caso dos protocolos com Associações de Pais e IPSS a aquisição é da responsabilidade das entidades protocoladas e tende a privilegiar produtores e comerciantes locais, ou o mercado abastecedor, o que não quer dizer que a totalidade dos produtos sejam de origem local.

Nos refeitórios municipais com confeção própria é possível identificar duas situações distintas:

- A primeira situação, onde a confeção é feita no local mas uma entidade prestadora de serviços que é responsável pela aquisição de produtos alimentares e pela contratação de pessoal.

- A contratação dos serviços é feita por concurso público internacional obedecendo à legislação aos concursos públicos e os alimentos oferecidos pela entidade prestadora de serviços obedecem ao caderno de encargos e especificações técnicas estabelecidas podendo prever-se a possibilidade de os responsáveis escolares ou do refeitório solicitarem o fornecimento de produtos particulares ou fornecidos de acordo com processos produtivo específicos, mas não são incluídos critérios de proximidade.

- A outra situação é aquela em que o município faz a aquisição de produtos alimentares através de concurso público internacional para o fornecimento de produtos alimentares de acordo com as especificações técnicas estabelecidas no caderno de encargos.

Relativamente aos critérios que possam contribuir para a aquisição de produtos locais, ainda que de forma indireta, 40% dos municípios inquiridos inclui nos cadernos de encargos critérios de "fresco" relativamente a alguns produtos, 40% não inclui qualquer especificação nesse sentido e 20% prevê nos cadernos de encargos a possibilidade de fornecimento de acordo com critérios específicos como produtos "biológicos", "com raiz", desde que tal seja solicitado pelo estabelecimento de ensino.

Quanto aos montantes envolvidos no fornecimento de refeições nos 5 municípios em questão temos um total de 11.094.750€, correspondendo a um valor médio de cerca de 2.219.000€ por município, desde um valor mínimo de 1.025.000€ a um máximo de 4.605.853€.

Dos municípios inquiridos, 40% considera que as cantinas municipais podem potencialmente constituir instrumentos para a implementação de SAURB's territorializados, 20% considera que não, 20% considera que seria possível desde que ultrapassados alguns entraves que contribuem para a inviabilização desse tipo de estratégias. 20% do total dos respondentes.

Como principais entraves são referidas as regras de fiscalidade que associa uma taxa de IVA de 23% aos estabelecimentos que fornecem refeições escolares quando a confeção é local, sendo taxados de acordo com as regras aplicáveis à restauração privada. Para além disso, a proibição de discriminar positivamente os produtores locais em detrimento de quaisquer outros produtores nacionais ou de qualquer dos Estados Membros, a necessidade de obedecer a

critérios de contratação pública internacional e as regras para a fixação de critérios técnicos torna difícil o acesso de produtores de menor dimensão ou de empresas de serviços de âmbito local ou regional, o que contribui para a concentração destes mercados.

Os mercados municipais

A responsabilidade de gestão dos mercados é partilhada, de acordo com a legislação em vigor, entre as Câmaras Municipais e as Juntas de Freguesia.

Nos 5 municípios que responderam à 2ª parte do questionário, foram identificados 60 mercados municipais, dos quais 45 mercados de frescos, 2 mercados abastecedores e 13 mercados de levante.

Apenas 3 municípios forneceram dados relativos aos operadores dos mercados identificados. Nestes 3 municípios foram identificados 844 operadores de mercado, dos quais apenas 12 são identificados como produtores agrícolas.

As condições de funcionamento nos mercados municipais faz-se por controlo do serviço de veterinária e pela ASAE. Embora não existam dados concretos por não ser feito um controlo do nº de visitantes aos mercados, os inquiridos identificam uma quebra do protagonismo dos mercados municipais enquanto ponto de abastecimento de produtos frescos. As iniciativas associadas aos mercados prendem-se essencialmente com a sua dinamização como a realização de mercados temáticos, a associação de atividades culturais aos mercados, ou a realização de workshops de alimentação saudável, saúde, culinária etc..., tem por objetivo a dinamização dos mercados. Os respondentes consideram os mercados municipais como o instrumento por excelência para a dinamização de um sistema alimentar de proximidade, necessitando de estratégias de dinamização e promoção da atividade.

4. Diagnóstico



O diagnóstico do SAURB da AML identifica os principais pontos fortes e pontos fracos que é possível extrair da análise do ponto anterior, correspondente às características intrínsecas do SAURB da AML, bem como às oportunidades e ameaças que se colocam em relação aos factores externos que poderão influenciar o sistema alimentar.

Como pontos fortes, partimos da significativa concentração populacional da AML e da necessidade de provir alimentos, em quantidade e qualidade, para assegurar esta população urbana de acordos com critérios de sustentabilidade e resiliência, à semelhança do que está a ser considerado como prioridade na agenda urbana de diversas metrópoles europeias e internacionais. Por outro lado, as condições biofísicas da AML são particularmente favoráveis à produção agrícola e florestal e o território que se encontra disponível com esta vocação corresponde a mais de 50% do total da área metropolitana, tornando possível considerar o planeamento do sistema alimentar numa lógica de proximidade. Poderemos também considerar como força a diversidade de valores ambientais e paisagísticos da AML, em boa parte coincidentes com as áreas com funções de produção, permitindo perspectivar o SAURB numa lógica de multifuncionalidade, em que a qualidade ambiental e a conservação da biodiversidade podem ser compatibilizadas com as várias componentes do sistema alimentar. Esta abordagem ao sistema alimentar poderá ser considerada em termos de gestão do território ao nível da Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA) da AML e da Reserva Ecológica Municipal (REM), se considerarmos a proposta que consta da revisão do Plano Regional de Ordenamento do Território (PROT – AML, 2009), em especial através da definição da Estrutura Ecológica Municipal no âmbito dos Planos Diretores Municipais (PDM), alguns dos quais se encontram em fase de revisão.

Ao nível dos indicadores estudados como é o caso da área das explorações agrícolas, verifica-se em 2009 uma redução significativa do número de explorações agrícolas e uma certa reestruturação da dimensão com um aumento do peso relativo de explorações com maior SAU. Esta evolução poderá evidenciar o aumento da viabilidade económica da exploração e um nível de profissionalismo da actividade agrícola superior a períodos anteriores.

A diversidade de produtos vegetais e animais produzidos é ainda considerado um ponto forte na AML, a par de uma certa especialização produtiva por parte de alguns municípios.

Como pontos fracos podemos apontar a total ausência de estratégia de planificação do SAURB, em relação ao qual a grande maioria dos decisores não tem ideais claras, nem acerca de conceitos nem de práticas neste âmbito. Como tal, mesmo algumas iniciativas pontuais que existam não têm articulação com a gestão do território, nem à escala municipal nem intermunicipal.

Por outro lado, quando considerados indicadores como a redução da SAU, o aumento da população agrícola envelhecida, a redução da mão-de-obra agrícola e do PIB regional para o sector agrícola, em 2009, relativamente a períodos anteriores, poderíamos considera-los fraquezas para o futuro da sustentabilidade do SAURB. Contudo, admite-se que nos últimos 5 anos, como resposta à crise económica e ao progressivo aumento da consciência pública acerca da importância de uma alimentação saudável, tal tendência possa estar a ser invertida.

Em termos espaciais e urbanos deverá considerar-se ainda como fraqueza a fragmentação do território, em particular no que se refere à dispersão urbana e à acentuada infraestruturação, como o caso das acessibilidades. Uma das principais fragilidades do SAURB referida pelos respondentes do questionário aplicado é a falta de planificação da distribuição dos produtos alimentares na AML, o que se constitui como limitação importante para o escoamento dos produtos e para uma articulação adequada entre a produção e o consumo. Também a falta de capacidade de organização e a ausência de tradição de modos de cooperação e associativismo em qualquer uma das componentes do SAURB contribuem significativamente para a sua deficiente dinâmica e organização.

Como oportunidades são de referir as inúmeras iniciativas que têm sido levadas a cabo em vários municípios no âmbito das componentes do SAURB. Ainda que não prossigam uma visão estratégica e territorial, evidenciam que existe um potencial a desenvolver e uma necessidade de formação e de informação para ampliar o campo de atuação neste domínio. Este aspeto é reforçado pela opinião manifestada pela maioria dos respondentes ao questionário de que o SAURB é reconhecido como essencial ao desenvolvimento local no quadro do “regresso à agricultura”.

Considera-se também uma oportunidade o actual quadro legal nacional e de programação financeira europeia para o desenvolvimento desta temática. A recente aprovação da Lei Quadro dos Solos, do Ordenamento do Território e do Urbanismo (Lei nº 31 de 2004 de 30 de Maio) abre desafios interessantes para a integração deste tema no planeamento territorial e desenvolvimento urbano. Também as oportunidades criadas pelo Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020 deverão ser atendidas, sobretudo na transição entre as áreas urbanas e rurais da AML e nas NUTII confinantes com esta, como é o caso da Região do Oeste e Vale do Tejo e da Região Alentejo. Será também relevante o papel que os municípios poderão desempenhar na implementação de um projecto com o objectivo de planificar o sistema alimentar urbano no âmbito municipal e intermunicipal, para o que os Programas Operacionais Regionais poderão ser oportunidades a considerar.

As principais ameaças referem-se ao peso que os mercados internacionais e as grandes superfícies comerciais desempenham no abastecimento alimentar, tornando grande e exigente o desafio de planear o SAURB numa lógica de proximidade. Por outro lado, também em termos institucionais é necessário haver um esforço de articulação e cooperação entre as suas organizações governamentais e não governamentais, públicas e privadas, pois os âmbitos metropolitano, inter-municipal e inter-regional são essenciais para assegurar a escala necessária à definição de uma região funcional onde o SAURB possa ser planeado, operacionalizado e viabilizado a médio e longo prazo.

5. Conclusões



A emergência de estratégias de planeamento alimentar urbano que têm sido anunciadas nos últimos anos em todo o mundo, colocam este tema na agenda política urbana internacional e europeia. São inúmeros os exemplos de estratégias de planeamento do sistema alimentar que, desde 2009 se têm constituído como importantes ferramentas de desenvolvimento urbano como são exemplos Nova York, Toronto, Vancouver, Londres e uma rede alargada de cidades no Reino Unido, Paris, Amesterdão, Tóquio, Belo Horizonte, entre muitas outras.

Em Portugal, ainda que não exista propriamente uma estratégia de planeamento agro-alimentar tem-se verificado nos últimos anos o surgimento de iniciativas em diversos pontos do país que demonstram interesse e empreendedorismo por parte de entidades públicas e privadas em dinamizar o sector da produção, da distribuição e do consumo, com especial destaque para as iniciativas na área de influência da AML. Esta dinâmica evidencia que começa a existir informação, massa crítica e capacidade técnica para poder desencadear processos que relacionem o ordenamento do território com o desenvolvimento urbano tendo o sistema alimentar urbano como objecto de planeamento e gestão.

Esta necessidade assume particular relevância quando verificamos que a balança alimentar nacional tem uma forte dependência do exterior, pois a proporção do Valor Acrescentado Bruto da Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca tem vindo a decrescer e em 2012 era de 2,1%. Por outro lado, quando analisadas as dinâmicas territoriais, essencialmente com base nos Censos de 2011, verifica-se que cerca de 78% do território nacional continental apresenta uma dinâmica territorial reduzida ou muito reduzida, apesar das condições físicas de que o país dispõe para a produção agrícola e das condições de acessibilidades que permitem assegurar a sua distribuição.

Este fenómeno à escala nacional é espelhado, de algum modo, na AML, onde se concentra cerca de um terço da população nacional, com a SAU a ocupar 37%, e o total da área agrícola e florestal superior a 50% do seu território. Fazendo uso do mesmo indicador, em 2012, a contribuição do Setor da Agricultura, produção animal, caça, silvicultura e pesca para o VAB é muito baixa na AML (0,4%) o que se justifica pelo valor registado na NUT III da Grande Lisboa (0,2%) e da Península de Setúbal (1,6%), ligeiramente mais elevado mas, ainda assim, inferior ao do Continente.

Assim, e na sequência dos resultados apresentados no presente relatório, pensa-se que existe um enorme potencial que justifica o planeamento do SAURB na AML, não desprezando o interesse e a premência do mesmo exercício para outras áreas metropolitanas e cidades de média dimensão, podendo inclusivamente pressupor uma abordagem de âmbito nacional. Um desafio desta natureza deverá ser considerado como um projecto de investigação aplicada, que envolva uma rede de parcerias ativa incluindo a academia, organizações governamentais e não-governamentais, de onde se destaca a importância da AML e das Câmara Municipais.

Os principais objetivos de tal projecto serão

- i)* Caracterizar detalhadamente o atual sistema agroalimentar metropolitano;
- ii)* Analisar o território com aptidão agrícola potencial e actual como base para a identificação das áreas e dos usos do solo necessários a realocização do sistema alimentar da AML e as suas componentes de modo sustentável;
- iii)* Definição das linhas estratégicas capazes de promover um SAURB sustentável e resiliente na AML;
- iv)* Identificar os atores chave do sistema alimentar da AML, tal como as formas de coordenação das redes cívicas e institucionais que influenciam o processo de decisão;
- v)* Assegurar formação adequada para técnicos, decisores ou elementos da sociedade civil que possam ser intervenientes em iniciativas do SAURB.

Como objetivos específicos poderemos considerar:

- (i) Contribuir para o debate nacional de um tema chave da agenda científica e política em emergência ao nível europeu;
- (ii) Contribuir para dar resposta a objetivos estratégicos do Europa 2020 e políticas relacionadas previstas para o período 2014-2020;
- (iii) Introduzir na agenda política nacional a relevância da sustentabilidade alimentar através do sistema alimentar urbano como fator de coesão territorial, de modo a poder informar políticas de âmbito nacional, regional e local;
- (iv) Articular diversos domínios de análise e disciplinares autónomos e com poucas relações entre si em torno de um foco comum;
- (v) Apresentar uma abordagem mais abrangente do sistema alimentar enquanto Sistema Produtivo Local, que para além de um importante sistema económico é também um sistema social, cultural, ambiental e territorial que se desenrola num quadro político e estratégico nacional e internacional, muito particular. Reunir e sistematizar informação significativa para a definição de uma região alimentar funcional e resiliente na AML e para a definição de uma *urban food strategy*, tendo a AML como estudo de caso;
- (vi) Identificar e mobilizar um painel de experts nacional e internacional que apoie a presente investigação e permita o seu desenvolvimento, assegurando a formação necessária aos seus principais agentes e público interessado.

Atualmente o programa europeu Horizon 2020, que financia a investigação, destaca a necessidade de compreender as “Mudanças Societais” para garantir uma capacidade de resposta aos novos paradigmas emergentes. Em particular, uma das suas linhas de financiamento “Saúde, Alterações Demográficas e Bem-estar” prevê um conjunto de medidas relacionadas com a segurança alimentar, a agricultura sustentável, a investigação sobre o mar e a bio-economia. Deste modo o estudo dos sistemas alimentares urbanos torna-se fundamental para uma abordagem integrada no conjunto destas prioridades internacionais. Contudo, este tema está ainda por iniciar nas agendas políticas e académicas portuguesas, o que é simultaneamente uma oportunidade e um desafio.

Também as oportunidades criadas pelo Plano de Desenvolvimento Rural 2014-2020 deverão ser atendidas, sobretudo na transição entre as áreas urbanas e rurais da AML e nas NUTII confinantes com esta, como é o caso da Região do Oeste e Vale do Tejo e da Região Alentejo. Será também relevante o papel que os municípios poderão desempenhar na implementação de um projecto com o objectivo de planificar o sistema alimentar urbano no âmbito municipal e intermunicipal, para o que os Programas Operacionais Regionais poderão ser considerados.

Bibliografia



AML, 2014. Território Área Metropolitana de Lisboa. Disponível em: <http://www.aml.pt/aml/territorio/>

PROT-AML, 2009a. Diagnóstico Sectorial Padrões de Ocupação do Solo/ Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental

PROT-AML, 2009b. Diagnóstico Sectorial Agricultura e Florestas

PROT-AML, 2010a. Plano Regional de Ordenamento do Território da Área Metropolitana de Lisboa. Sumário Executivo.

PROT-AML, 2010b. Diagnóstico Estratégico.

INE, Recenseamento Geral Agrícola - séries históricas, Decenais 1989 – 1999 - 2009

INE, Recenseamento da População e Habitação, Decenais 1991 – 2001 – 2011

INE, Contas Económicas Regionais, Anuais 2004 – 2008 - 2012

INE, Sistema de Contas Integradas das Empresas, Anuais 2004 – 2008 - 2012

Anexos



Anexo 1

Conferência e Workshop - Programa (Leaflet I)

	<p>EN</p>		<p>PT</p>
<p>The current global crisis and the acknowledgement that, in coming decades, the world population will be predominantly urban, brings about new necessities and demands for innovative approaches to food systems' planning.</p> <p>The need urges to identify the most efficient and consistent ways to deal with challenges concerning economic and energetic efficiency, environmental quality, food security, job creation and urban development.</p> <p>In the past few years, according to the international political and scientific agendas, strategies for food security in metropolitan areas, both in and out of Europe, highlight the need to re-localize production-consumption systems through more efficient shorter supply chains, as a mean to promote sustainable urban development via place-based approaches. The provision of efficient responses to environmental, economic and social concerns, emerging in a context of complex global change, needs to be tackled at a local and regional level.</p> <p>In order to do so, it is imperative to identify land-use management and strategic planning guidelines able to promote the re-localization of the Lisbon Metropolitan Area (LMA's) food system in a sustainable way.</p>		<p>A actual crise global e o reconhecimento de que, nas próximas décadas, a população mundial será predominantemente urbana, geram novas necessidades e a procura de novas abordagens ao planeamento do sistema alimentar.</p> <p>Torna-se premente a identificação de formas mais eficientes e consistentes para lidar com estes novos desafios que dizem respeito à eficiência económica e energética, qualidade ambiental, segurança alimentar, criação de emprego e desenvolvimento urbano.</p> <p>Nos últimos anos, de acordo com as agendas políticas nacionais e internacionais, as estratégias definidas para a segurança alimentar em áreas metropolitanas, tanto na Europa como fora, realçam a necessidade de re-localizar os sistemas de produção-consumo, através de circuitos de comercialização mais curtos e mais eficientes, como um meio para a promoção do desenvolvimento urbano sustentável através de abordagens com base no "lugar". É ao nível local e regional que se devem encontrar respostas eficientes a preocupações ambientais, económicas e sociais, num contexto de mudança global.</p> <p>Para o fazer, torna-se imperativa a identificação de linhas de orientação para o planeamento estratégico e para a gestão do uso do solo, capazes de promover a realocação do Sistema Alimentar da Área Metropolitana de Lisboa (AML) de forma sustentável.</p>	
<p>For further information: Rosário Oliveira FCSH/NOVA, tlf 217908300 ext 1221; tlm 912810707; www.fcsch.unl.pt/e-geo</p> <p>Free entrance. Registration by 5 December to the Email: anatole.fcsch@gmail.com</p> <p>All the programme is translated to PT, EN, ES and FR</p>		<p>Para mais informações: Rosário Oliveira FCSH/NOVA, tlf 217908300 ext 1221; tlm 912810707; www.fcsch.unl.pt/e-geo</p> <p>Entrada livre sujeita a inscrição, até 5 de Dezembro, para Email: anatole.fcsch@gmail.com</p> <p>Todo o programa é traduzido em PT, EN, ES e FR</p>	
 <p>Investir dans notre futur commun</p>		 <p>Cofinancé avec l'appui de l'Union européenne FEDER - Programme Espace Atlantique</p>	
		<p>INTERNATIONAL CONFERENCE PLANNING THE URBAN FOOD SYSTEM OF THE LISBON METROPOLITAN AREA</p> <p>WORKSHOP ANATOLE ATLANTIC NETWORK ABILITIES FOR TOWNS TO ORGANIZE LOCAL ECONOMY</p>  <p>Faculty of Social Sciences and Humanities Universidade NOVA de Lisboa FCSH/NOVA</p> <p>e-GEO – Research Centre for Geography and Regional Planning</p> <p>LISBON December 10-12th 2013</p>   	

Conferência e Workshop - Programa (Leaflet II)

INTERNATIONAL CONFERENCE PLANNING THE URBAN FOOD SYSTEM OF THE LISBON METROPOLITAN AREA 10 DECEMBER 2013 Auditório 1, Torre B	WORKSHOP ANATOLE ATLANTIC NETWORK ABILITIES FOR TOWNS TO ORGANIZE LOCAL ECONOMY 11 – 12 DECEMBER 2013 Sala Multiusos 2, Edifício ID
09:00 – 09:30 Reception of the participants	Dec. 11th: Workshop ANATOLE: Sharing experiences
09:30 – 10:00 Conference opening session: Professor Francisco Caramelo, Vice-Dean, FCSH/NOVA	09:00 - 13:00 Presentation of the diagnosis of the needs and availability of skills identified in each ANATOLE partners territory
10:00 – 10:30 Introduction to the conference and the ANATOLE workshop Fascal Dagron and Rosário Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> Open discussion
10:30 – 11:00 Coffee Break	13:00 - 14:30 Lunch
11:00 – 13:00 The Urban Food System Planning and Economy of Proximity in the international framework - Moderated by José Afonso Teixeira, FCSH/NOVA	14:30 - 17:30 Presentation of the diagnosis of the Urban Food System in MAL
<ul style="list-style-type: none"> Ana Moragues Faus, School of Planning and Geography, Cardiff University, UK. Expert on Urban Food Strategies Carlos Verdaguer, School of Architecture, Technical University of Madrid, ES. Expert on Sustainable Urban Planning Natalie Corade, Ecole Nationale Supérieure des Sciences Agronomiques de Bordeaux-Aquitaine, FR. Expert on Economy of Proximity 	<ul style="list-style-type: none"> Margarida Pereira, FCSH/NOVA Artur Cristóvão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Expert on Agricultural and Rural Development Mónica Truninger e João M. Mourato, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Experts on Sustainability and Food Consumption, Spatial Planning and Public Policies Rosário Oliveira, Maria João Morgado, Rita Martinho, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA. Experts on Urban-Rural Dynamics, Local Economy, Landscape Multifunctionality Ana Firmino, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA. Expert on Rural Economy and Organic Farming
	20:00 Dinner
	Dec. 12th: Leonardo Programme and field visit
	09:00 - 13:00 Set up the 2014/2015 Leonardo application
	<ul style="list-style-type: none"> Establishing partnerships among participants, (municipalities, Universities and others)
	13:00 - 18:00 Field visit
	<ul style="list-style-type: none"> Wholesale market – Loures "Zona saloia" Municipalities around Lisbon that traditionally furnished agricultural products to city markets Wine cellar and tasting of Carcavelo's wine
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL PLANEAR O SISTEMA ALIMENTAR URBANO DA ÁREA METROPOLITANA DE LISBOA 10 DEZEMBRO 2013 Auditório 1, Torre B	WORKSHOP ANATOLE REDE ATLÂNTICA DE COMPETÊNCIAS PARA AS CIDADES ORGANIZAREM A ECONOMIA LOCAL 11 – 12 DECEMBER 2013 Sala Multiusos 2, Edifício ID
09:00 – 09:30 Receção dos participantes	11 Dez.: Workshop ANATOLE: Partilhar experiências
09:30 – 10:00 Sessão de Abertura: Professor João Costa, Diretor da FCSH/NOVA	09:00 - 13:00 Apresentação do diagnóstico de disponibilidade e necessidades de competências no território de cada parceiro ANATOLE
10:00 – 10:30 Apresentação da conferência e Workshop ANATOLE - Fascal Dagron e Rosário Oliveira	<ul style="list-style-type: none"> Debate aberto
10:30 – 11:00 Pausa para café	13:00 - 14:30 Almoço
11:00 – 13:00 O Planeamento do Sistema Alimentar Urbano e a Economia de Proximidade no contexto internacional - Moderação de José Afonso Teixeira, FCSH/NOVA	14:30 - 17:30 Apresentação do diagnóstico do Sistema Alimentar Urbano da AML
<ul style="list-style-type: none"> Ana Moragues Faus, Escola de Planeamento e Geografia, Universidade de Cardiff, UK. Especialista em Estratégias Alimentares Urbanas Carlos Verdaguer, Escola de Arquitectura, Universidade Politécnica de Madrid, ES. Especialista em Planeamento Urbano Sustentável Natalie Corade, Escola Nacional Superior de Ciências Agrárias de Bordeaux-Aquitaine, FR. Especialista em Economia de Proximidade 	<ul style="list-style-type: none"> Margarida Pereira, FCSH/NOVA Artur Cristóvão, Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Especialista em Desenvolvimento Rural e Agrícola Mónica Truninger e João Mourato, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Especialistas em Sustentabilidade e Consumo Alimentar, Ordenamento do Território e Políticas Públicas Rosário Oliveira, Maria João Morgado, Rita Martinho, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA. Especialistas em Dinâmicas Urbano-Rurais; Economia Local; Multifuncionalidade da Paisagem Ana Firmino, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas/NOVA. Especialista em Economia Rural e Agricultura Biológica.
	20:00 Jantar
	12 Dez.: Programa Leonardo e Visita de Campo
	09:00 - 13:00 Preparação da candidatura ao programa Leonardo 2014/2015
	<ul style="list-style-type: none"> Estabelecimento de parcerias entre os participantes nacionais e internacionais (municípios, universidades, associações)
	13:00 - 18:00 Visita de campo
	<ul style="list-style-type: none"> Mercado abastecedor da Região de Lisboa (MARL) Municípios da "zona saloia" que tradicionalmente fornecem produtos agrícolas aos mercados da cidade Região Demarcada do Vinho de Carcavelos e prova

Conferência e Workshop - Notas Conclusivas

Na sequência da Conferência Internacional "Planear o Sistema Alimentar Urbano da Área Metropolitana de Lisboa", que teve lugar de 10 a 12 de Dezembro de 2013, enunciam-se as conclusões mais relevantes como resultado dos conteúdos apresentados e debatidos e anunciam-se os próximos passos para o prosseguimento desta linha de investigação e de acção. Estas notas conclusivas resultam da intervenção de 3 Conferencistas Internacionais, 5 Conferencistas Nacionais e 77 participantes.

1. Contributos Teóricos

Partimos de duas evidências:

(i) um quadro de referência conceptual, comum às várias intervenções.

A alimentação é essencial à vida, como tal o abastecimento alimentar deveria ser planeado como uma componente fundamental da qualidade de vida, assegurando a disponibilidade de alimentos e a segurança alimentar nos centros urbanos num contexto de sustentabilidade.

Em Portugal, como na maioria dos países, os centros urbanos são servidos por sistemas alimentares de grande complexidade, representando uma fatia significativa das actividades económicas, com implicações em todos os demais sistemas urbanos.

Por **Sistema Alimentar** entende-se o sistema adaptativo complexo, multidimensional, multi-sectorial, e multi-escala, constituído pelo conjunto de actividades envolvidas na cadeia alimentar, da produção primária à transformação, distribuição e consumo e ainda a gestão de resíduos e sua reciclagem.

Em contexto de crise global e perante a evidência de que nas próximas décadas a população mundial será maioritariamente urbana, surgem novas necessidades que exigem abordagens inovadoras para o **planeamento do Sistema Alimentar**, no sentido de identificar formas mais eficientes e coerentes de responder a problemas como: eficiência económica e energética, qualidade ambiental, segurança alimentar, criação de emprego e desenvolvimento local.

O sistema alimentar pode constituir um instrumento de integração das dimensões económica, social, ambiental, cultural e institucional da sustentabilidade, valorizando a justiça, a equidade social e a saúde pública. O conhecimento do **Sistema Alimentar Urbano** (SAUR) existente constitui o ponto de partida fundamental para o estabelecimento de uma **Estratégia Alimentar Urbana**.

ii) um conjunto de indicadores que evidenciam a necessidade de planeamento do Sistema Alimentar Urbano na Área Metropolitana de Lisboa (AML).

A AML, composta por 18 Municípios das NUTS III Grande Lisboa e Península de Setúbal (segundo INE, 2011 e RGA, 2009) corresponde à maior concentração urbana do país, com 2.821.876 residentes – correspondentes a cerca de 27% da população portuguesa e uma superfície 300.196 ha – cerca de 3 % do território.

A área de explorações agrícolas é de 110.512ha e a Superfície Agrícola Utilizada (SAU) é de 87.588ha, o que corresponde a cerca de 37% e 30 % do total da área da AML, respectivamente, contrariando a ideia de que os centros urbanos de elevada densidade não dispõem de áreas agrícolas produtivas relevantes. Aqui se concentra cerca de 25% da população activa, 30% das empresas nacionais, 33% do emprego, contribuindo com mais de 36% do PIB nacional.

Alguns dados relativos às actividades económicas associadas ao Sistema Alimentar Urbano permitem ter uma ideia aproximada da sua relevância: 7.524 explorações agrícolas; uma rede de profissionais de transformação e uma rede de distribuição e pontos de venda que no total representa cerca de 14% das empresas com sede na AML, uma rede de mercados especializados, de propriedade pública, com dimensão significativa.

As características específicas deste sistema alimentar, em termos de dimensão e estrutura são também os factores que determinam o potencial para que constitua um motor para o estabelecimento de dinâmicas urbano-rurais que contribuam para um desenvolvimento territorial equilibrado numa perspectiva de coesão territorial.

Tais evidências conduzem a questões como:

Qual a estratégia para alimentar a AML de forma sustentável? Como pode o sistema alimentar urbano contribuir para o aumento do bem-estar, da saúde, do aproveitamento da diversidade de culturas gastronómicas, para a dinamização de actividades económicas e circuitos de distribuição inovadores garantindo a segurança alimentar e contribuindo para o ordenamento do território, para a eficiência económica, ambiental, energética e para a criação de emprego?

2. Desafios

Os atuais e complexos SAUR estão na origem de problemas de saúde, impactos ambientais e ineficiências energéticas e económicas, geradas pela desarticulação entre produção e procura em situações em que se consome produto importado em detrimento do produto local que acaba por constituir excedente ou ser exportado.

Assim, uma Estratégia Alimentar sustentável pretende garantir o acesso a uma alimentação saudável e de qualidade para todos, contribuindo para o aumento da saúde e da qualidade de vida, nomeadamente em grupos populacionais mais frágeis como as crianças e os idosos, aspecto em que as entidades governativas locais e instituições sem fins lucrativos desempenham um papel crucial.

A redução dos impactos ambientais é outro dos grandes objetivos a considerar nesta estratégia, nomeadamente a necessidade de manter espaços verdes produtivos e com funções recreativas, a redução das emissões de CO₂ pela promoção de sistemas produtivos mais sustentáveis, a preservação de práticas e paisagens rurais que constituem um património cultural valioso e o testemunho de uma diversidade cultural e identitária.

Atingir estes objetivos pressupõe uma diversidade de acções, nomeadamente ao nível da articulação com o ordenamento do território, da qualidade ambiental e paisagística, da dinamização da economia de proximidade e do envolvimento e participação dos consumidores, desenvolvendo redes locais e regionais, contribuindo para o aumento da capacidade de acção ao nível das compras públicas, garantindo a alimentação escolar saudável e contribuindo para a redução do desperdício alimentar e para a redução de resíduos.

3. Próximos Passos

O actual quadro de programação financeira europeu, previsto para o período 2014-2020, inclui oportunidades de financiamento importantes, quer ao nível da investigação, quer de iniciativas a promover pelas entidades com responsabilidade na gestão do SAUR, nomeadamente medidas vocacionadas para a intensificação de dinâmicas urbano-rurais que favorecem o ordenamento do território, o aumento da coesão social e territorial, a qualidade ambiental e a criação de emprego, contribuindo para o desenvolvimento rural e regional sustentável.

O desenvolvimento de estratégias alimentares em outros países, dentro e fora da Europa, com exemplos de boas práticas como os de Londres, Amsterdão, Nova Iorque, Vancouver, Belo Horizonte, justifica que este tema tenha lugar na agenda científica e política em Portugal. Algumas iniciativas como o programa PROVE, demonstram também existirem casos de sucesso em Portugal. Assim, as oportunidades de financiamento, permitem não apenas o desenvolvimento do conhecimento acerca do SAUR da Área Metropolitana de Lisboa, mas estabelecem uma oportunidade que não deverá ser descurada para a definição de estratégias conducentes ao planeamento e gestão do SAUR da AML.

O papel dos Municípios é fundamental, não apenas pelo papel que desempenham na definição de estratégias territoriais e de desenvolvimento, como no potencial de coordenação que pode desenvolver-se a partir de entidades intermunicipais como a Área Metropolitana de Lisboa.

Para além do território e das instituições que integram a área metropolitana é essencial definir uma região funcional estruturante do sistema alimentar urbano, não necessariamente de base administrativa, mas que assegure o estabelecimento de continuidades e complementaridades potenciadas por acções concertadas e de cooperação territorial.

Como em qualquer outro processo de planeamento urbano, o objetivo central é, sem dúvida, o aumento da qualidade de vida e o principal indicador é o nível de satisfação – saúde, bem-estar e conforto – de que usufruem os indivíduos, para o que se deverá prever indicadores específicos para

a avaliação e monitorização do SAUR. Neste contexto, qualquer abordagem ao SAUR não pode senão ser uma abordagem holística, transversal aos diversos sectores envolvidos, traduzindo continuidades entre as diversas escalas e sectores e pressupondo o envolvimento da multiplicidade de actores que dele fazem parte.

4. Próxima Iniciativa

Workshop: DIAGNÓSTICO E PLANO DE AÇÃO PARA O SAUR DA AML

- Apresentação da Caracterização e Diagnóstico do Sistema Alimentar Urbano da Área Metropolitana de Lisboa, com base nos resultados das entrevistas às Câmaras Municipais da AML.
- Estabelecimento de um Plano de Ação para ser considerado no âmbito de candidaturas que já se encontram abertas para financiamento.
- Estabelecimento de uma rede de parcerias.

Local: FCSH; **Data:** A anunciar brevemente

Anexo 2

Este questionário insere-se no âmbito do Projecto ANATOLE cujo objectivo é o de recolher informação nas Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, com vista à caracterização das componentes do Sistema Alimentar Urbano.

Nome do entrevistador: Maria João Morgado

Câmara _____ Municipal _____ de

Nome _____ do
entrevistado: _____

Cargo _____ que
desempenha: _____

Data da entrevista ____/____/____ Hora _____

SISTEMA ALIMENTAR

A – CONCEITOS E ABORDAGENS TERRITORIAIS

A1. Conceito geral

1. O que entende por sistema alimentar no contexto deste município?
- 1.1. Quais as componentes que o integram?

A2. Gestão territorial

1. No âmbito dos instrumentos de gestão territorial em vigor existem objectivos e medidas específicas para o sistema alimentar?
 - 1.1. Se sim, quais?
2. Existe alguma interacção evidente entre o sistema alimentar local e os de outros concelhos limítrofes?
 - 2.1. Se sim que tipo de interacção
3. Existem iniciativas locais que se relacionem com alguma das componentes do sistema alimentar
 - 3.1. Se sim, qual/quais a entidade(s) promotora(s)
 - 3.2.
4. Qual a relevância que atribui a esta temática na actualidade?
 - 4.1. No âmbito local

4.2. No âmbito metropolitano

5. Considera que a proposta de lei dos solos, do ordenamento do território e urbanismo prevê oportunidades relevantes para o planeamento do sistema alimentar

5.1. Se sim, quais?

(Solo urbano/rural, Expectativas relativas à urbanização, Bolsas de terras, gestão de baldios...)

6. Estão previstas no futuro estratégias do município para o planeamento e gestão do sistema alimentar urbano?

6.1. Se sim, quais?

6.2.

7. Considera que as redes de transportes e as acessibilidades viárias têm a capacidade de contribuir para potenciar uma organização do sistema alimentar de base territorial?

8. Que competências técnicas e instrumentos seriam necessários para definir e implementar um conjunto de medidas específicas com o objectivo de potenciar o estabelecimento de um sistema alimentar de base territorial?

A3. Tecido agrícola

1. Qual o papel dos produtos locais no sistema alimentar do município

(Peso, Relação qualidade e segurança alimentar, Interação produtor/consumidor, Identidade Cultural)

2. Em média, a superfície de explorações agrícolas corresponde a cerca de 30% da superfície da AML.

No município de _____ é de _____ e cresceu /decreceu entre 89 e 09.

2.1. Identifica na actualidade a mesma tendência?

2.2. Quais as principais razões que aponta para esse facto

3. A maior parte da superfície dedicada a culturas temporárias diz respeito a prados e culturas forrageiras e não a alimentos.

3.1. Qual a relevância que a produção de alimentos agrícolas assume no município?

3.2. Identifica uma tendência na actualidade para o aumento da produção de produtos alimentares?

Emprego agrícola

4. Nos municípios da AML verifica-se uma diminuição geral da mão-de-obra agrícola, verifica-se uma quebra superior a 50% na mão-de-obra familiar e de cerca de 30-40% na mão-de-obra não familiar (entre 89 e 09).

4.1. Existe na actualidade uma tendência para o aumento/diminuição do nº de explorações agrícolas familiares?

4.2. Existe tendência para o aumento/diminuição da actividade agrícola no município

4.2.1. A tempo inteiro

4.2.2. A tempo parcial

Dimensão da Propriedade

5. Verifica-se neste município a mesma tendência da AML que aponta para um aumento do peso relativo das explorações de maior dimensão, de acordo com dados estatísticos de 2009?

6. Que questões considera constituir a maior dificuldade no acesso a terrenos agrícolas?

(O preço da terra, Especulação, Falta de terra disponível para usos agrícolas, Desconhecimento da disponibilidade)

7. Que medidas estratégicas ao nível da produção e do acesso a terra, poderiam ter um impacto positivo no desenvolvimento de um sistema alimentar de base territorial?

8. Que competências técnicas e instrumentos seriam necessários para as implementar?

Este questionário insere-se no âmbito do Projecto ANATOLE cujo objectivo é o de recolher informação nas Câmaras Municipais da Área Metropolitana de Lisboa, com vista à caracterização das componentes do Sistema Alimentar Urbano.

Nome do entrevistador: Maria João Morgado

Câmara _____ Municipal _____ de

Nome _____ do
entrevistado: _____

Cargo _____ que
desempenha: _____

Data da entrevista ____/____/____ Hora _____

Os atores do sistema

A – CANTINAS ESCOLARES

1. Quantas cantinas escolares existem no município? ____

2. Qual o esquema de fornecimento de alimentação nas cantinas escolares?
 - 2.1. Contratos de prestação de serviços: ____
 - 2.2. Confeção própria: ____
 - 2.2.1. Como é feita a aquisição de produtos alimentares?

3. São incluídos nas especificações técnicas de aquisição, requisitos do tipo “fresco”, “produzidos de acordo com técnicas tradicionais”, “produção biológica” ou outros?

4. Quais os montantes envolvidos?

5. Considera que as cantinas podem constituir um instrumento com capacidade para potenciar um sistema alimentar de base territorial?

B – MERCADOS MUNICIPAIS

1. A quem compete a gestão dos mercados e feiras do município?

2. Quantos mercados há no município?

2.1. Mercados de frescos ____ Localização?

2.2. Mercados abastecedores ____ Localização _____

2.3. Mercados de Levante ____ Localização?

3. Quantos operadores de mercado?

	Nº de operadores	Nº de produtores agrícolas
Mercados de frescos		
Mercados abastecedores		
Mercados de Levante		

4. Como é feito o controlo das condições de higiene e segurança alimentar?

5. É feito um controlo regular do número médio de visitantes do mercado?

5.1. É possível identificar uma tendência para aumentar/diminuir o número de consumidores que frequenta o mercado?

6. Os mercados e feiras são objecto de iniciativas de dinamização?

6.1. Pode descrever algumas?

8. Considera que os mercados municipais e abastecedores podem constituir um elemento com capacidade para potenciar um sistema alimentar de base territorial?

8. Que competências técnicas e instrumentos seriam essenciais para o estabelecimento de uma rede de mercados com essa capacidade?

C – RESTAURAÇÃO E SIMILARES

1. Nº de estabelecimentos licenciados

2. Para o seu licenciamento são tidos em conta critérios:

2.1. De regulação da actividade: Sim / Não

2.2. De distribuição da actividade: Sim / Não Qual (quais)?

Nº de estabelecimentos do mesmo tipo

Capacidade dos estabelecimentos p/capita

Outros. Quais?

2.3. De adequação ao tipo de população Sim / Não Qual (quais)?

Idade média dos residentes

Zona comercial e de serviços / zona residencial

População residente / população flutuante (estudantes, turistas...)

Outros. Quais?

3. Que papel pode desempenhar este sector no desenvolvimento de um sistema alimentar de base territorial.

D – ESTABELECIMENTOS DE COMÉRCIO DE PRODUTOS ALIMENTARES

D1 – Comércio a Retalho

1. Nº de estabelecimentos de comércio a retalho licenciados _____

2. Para o seu licenciamento são tidos em conta critérios:

2.1. De regulação da actividade: Sim / Não

2.2. De distribuição da actividade: Sim / Qual (quais)?

Nº de estabelecimentos do mesmo tipo

Capacidade dos estabelecimentos p/capita

Outros. Quais?

2.3. De adequação ao tipo de população Sim / Não Qual (quais)?

Idade média dos residentes

Zona comercial e de serviços / zona residencial

População residente / população flutuante (estudantes, turistas...)

Outros. Quais?

D2 – Comércio por grosso

1. Nº de estabelecimentos de comércio por grosso licenciados _____

2. Para o seu licenciamento são tidos em conta critérios:

2.1. De regulação da actividade: Sim / Não

2.2. De distribuição da actividade: Sim / Qual (quais)?

Nº de estabelecimentos do mesmo tipo

Capacidade dos estabelecimentos p/capita

Outros. Quais?

2.3. De adequação ao tipo de população Sim / Não Qual (quais)?

Idade média dos residentes

Zona comercial e de serviços / zona residencial

População residente / população flutuante (estudantes, turistas...)

Outros. Quais?

3. Que papel pode desempenhar este sector no desenvolvimento de um sistema alimentar de base territorial.

E – INDÚSTRIA ALIMENTAR

1. Nº de estabelecimentos da indústria alimentar licenciados? _____

Sector: Conserveiro

Bebidas

Panificação

Outros. Quais?

2. Que papel pode desempenhar este sector no desenvolvimento de um sistema alimentar de base territorial.

F – ENTIDADES ASSOCIATIVAS

1. Associações do Município:

Associações de produtores

Associações de consumidores

Associações de desenvolvimento

2. Que papel podem desempenhar este sector no desenvolvimento de um sistema alimentar de base territorial.

A equipa do projecto ANATOLE agradece a sua disponibilidade

Nota: Algumas das questões de âmbito estritamente técnico poderão ser respondidas e enviadas à posteriori até 30 de Novembro de 2013.

O **projeto ANATOLE** procura contribuir para o desenvolvimento da Economia de Proximidade com base no consumo local de produtos locais, através do desenvolvimento e implementação de métodos organizacionais inovadores, conferindo às cidades um papel central em todo o processo na medida em que possuem a legitimidade administrativa, o poder político e as competências de governança, essenciais para o estabelecimento de dinâmicas territoriais com base nos sistemas alimentares urbanos.

Os resultados do projeto são ferramentas operacionais (Guia de políticas públicas, Guia de boas práticas e estudos quantitativos de diagnóstico e avaliação das iniciativas) com vista à replicabilidade de propostas em contextos diferentes.

Site do projecto

<http://www.anatoleproject.eu/>

Download das publicações

http://dl.dropbox.com/u/17042654/web_notocar/Gu%C3%ADas%20ANATOLE/Gu%C3%ADa_Buenas_Pr%C3%A1cticas_ANATOLE.pdf

http://dl.dropbox.com/u/17042654/web_notocar/Gu%C3%ADas%20ANATOLE/Argumentario_ANATOLE.pdf